

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL



GRADUAÇÃO EM
TECNOLOGIA EDUCACIONAL

**Projeto Pedagógico de
Curso de Graduação**

2018 a 2022

2018

Secretaria de Tecnologia Educacional
Universidade Federal de Mato Grosso



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO**

Tecnologia Educacional

Licenciatura

**Projeto Pedagógico de Curso de Graduação
2018 A 2022**

Campus Universitário de Cuiabá

2017



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO

Projeto Pedagógico de Curso de Graduação
Tecnologia Educacional
Licenciatura

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO

Prof. Dr. Alexandre Martins dos Anjos – SIAPE 2087290

Profa. Dra. Taciana Mirna Sambrano – SIAPE 1645759

Prof. Dr. Cristiano Maciel – SIAPE 1646983

Prof. Dr. Benedito Diélcio Moreira – SIAPE 1123981

Prof. Dr. Silas Borges Monteiro – SIAPE 1220513

Profa. Dra. Kátia Morosov Alonso – SIAPE 0417511

Técnica Rosana Abutakka Vasconcelos dos Anjos – SIAPE 1834533

Técnica Maria Aparecida Reis- Matrícula/Seduc – 69498

Técnico Ezemar Mourão da Silva - Matrícula/Seduc – 84254

Sumário

1. INTRODUÇÃO	8
1.1. Histórico.....	8
1.2. Justificativa	11
2. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	16
2.1. Contexto educacional, profissional, laboral.....	16
2.2. Concepção do curso.....	17
2.2.1. O curso e as políticas institucionais da UFMT	17
2.2.2. Regime acadêmico.....	18
2.2.3. Número de vagas e entrada:.....	18
2.2.4. Turno de funcionamento	18
2.2.5. Formas de ingresso no curso	18
2.2.6. Períodos mínimo e máximo de integralização	18
2.2.7. Dimensão das Turmas.....	19
2.2.8. Trancamento de matrícula e transferência.....	19
2.2.9. Perfil do egresso e objetivos do curso.....	19
2.2.10. Objetivo Geral:.....	20
2.2.11. Objetivos Específicos:	21
3. MATRIZ CURRICULAR	22
3.1.1. Proposta de fluxo curricular	29
3.1.2. Metodologia de ensino e aprendizagem	34
3.1.3 Ementário	36
3.2. Operacionalização do curso	36
3.2.1. Formas de nivelamento para o ingressante.....	38
3.2.2. Concepção teórico-metodológica do trabalho acadêmico	38
3.2.3. Estágio Curricular Supervisionado.....	39
3.2.4. Práticas como Componente Curricular.....	39

3.2.5. Atividades Teórico-Práticas	40
3.2.6. Iniciação à pesquisa científica e programas de extensão	40
3.2.8. Processo de avaliação da aprendizagem	41
3.2.9. As TIC no processo de ensino-aprendizagem	48
3.2.10. Apoio ao discente	48
3.2.11. Atividades de tutoria	49
3.2.12. Material didático instrucional	50
3.2.13. Interação docentes-tutores-estudantes	50
3.2.14. Interação com redes públicas de ensino	51
4. CORPO DOCENTE, ADMINISTRATIVO E TUTORIAL	52
4.1. Corpo docente	52
4.2. Corpo Técnico-administrativo	52
4.3. Corpo tutorial	53
5. INFRAESTRUTURA	54
5.1. Infraestrutura dos polos de apoio presencial	54
5.1.1. Infraestrutura do Polo de Aripuanã/MT	54
5.1.2. Infraestrutura do Polo de Água Boa/MT	56
5.1.3. Infraestrutura do Polo de Diamantino/MT	58
5.1.4. Infraestrutura do Polo de Cuiabá/MT	60
5.2. Infraestrutura existente e demandada	61
5.2.1. Infraestrutura física existente e recursos humanos existentes	61
5.2.2. Demanda de recursos humanos	62
5.2.3. Demanda de infraestrutura física	62
5.2.4. Demanda de equipamentos	62
5.3. Material didático	62
6. GESTÃO DO CURSO	63
6.1. Órgãos colegiados e comitê de ética	63

6.1.1. NDE.....	63
6.1.2. Colegiado de curso.....	63
6.2.Coordenação e avaliação do curso	64
6.2.1. A coordenação do curso.....	64
6.2.2. Avaliação interna e externa do curso	65
6.2.3. Acompanhamento e avaliação do PPC	67
7. DISPOSIÇÕES GERAIS.....	69
7.1. Parcerias e convênios necessários ao desenvolvimento do curso	69
7.1.1. Termos de compromisso – direção das Unidades Acadêmicas envolvidas com o curso	69
BIBLIOGRAFIA.....	70
8. APÊNDICE A – EMENTAS	72
9. APÊNDICE B – REGULAMENTO DE ESTÁGIO	130
10. ANEXO I - Protocolo para realização e início do estágio: passos importantes	137
11. ANEXO II - TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO.....	138
12. REGULAMENTO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO NÃO OBRIGATÓRIO	143
13. TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO NÃO OBRIGATÓRIO	144
14. APÊNDICE C – REGULAMENTO DAS ATIVIDADES TEÓRICO-PRÁTICAS	149
15. APÊNDICE D – REGULAMENTO DAS PRÁTICAS COMO COMPONENTE CURRICULAR	153
16. APÊNDICE E – REGULAMENTO DOS LABORATÓRIOS DIDÁTICOS	154

1. INTRODUÇÃO

1.1. Histórico

O Programa Universidade Aberta do Brasil – UAB foi criado pelo Ministério da Educação em 2005, no âmbito do Fórum das Estatais pela Educação, para a articulação e integração de um sistema nacional de educação superior a distância, em caráter experimental, visando sistematizar as ações, programas, projetos, atividades pertencentes às políticas públicas voltadas para a ampliação e interiorização da oferta do ensino superior gratuito e de qualidade no Brasil.

Objetivando a consecução e fomento dos cursos da UAB, e conseqüentemente, a democratização, expansão e interiorização da oferta de ensino superior público e da formação de gestores públicos, o Ministério de Educação estimula a oferta de cursos que vão ao encontro das necessidades das escolas públicas contemporâneas, que buscam profissionais capacitados para atuar na esfera regional, de forma a contribuir para o alcance dos objetivos da nação.

Para atender a demanda pela formação superior de professores no Estado de Mato Grosso, incluindo seus mais distantes municípios, a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) intenta ofertar o curso de graduação em Tecnologia Educacional, Licenciatura, na modalidade a distância (EaD), como forma eficaz para ampliar o número de beneficiários da formação superior gratuita e de qualidade, cumprindo assim sua missão e colaborando com o desenvolvimento da sociedade brasileira.

O projeto pedagógico do curso está pautado na observância aos dispositivos legais e dispositivos regimentares institucionais, como:

- I.** LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20.12.1996);
- II.** Portaria Normativa Nº 40, de 12/12/07, consolidada e republicada em 29/12/10;
- III.** Decreto nº 5622, de 19 de dezembro de 2005 e Decreto Federal nº 6303/07 de 13 de dezembro de 2007;
- IV.** Instrumento de avaliação de cursos de graduação presencial e a distância;
- V.** Resolução CNE nº 02/2015 e o Parecer CNE 02/2015 [*Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada*]. Como o curso não possui Diretrizes Curriculares específicas, a Resolução supracitada embasa a elaboração do presente Projeto Pedagógico (Anexo E).
- VI.** Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFMT;
- VII.** Resolução CONSEPE/UFMT nº 118, de 10 de novembro de 2014; e

VIII. Resolução CONSEPE/UFMT nº 117, de 11 de agosto de 2009.

A Universidade Federal de Mato Grosso tem como uma de suas principais e históricas missões institucionais o contínuo desenvolvimento de ações voltadas para a melhoria da educação no Estado, desafio que vem sendo enfrentado por aqueles que reconhecem a relevância social e o papel das licenciaturas na consecução deste objetivo. Criada por meio da Lei 5.647, de 10 de dezembro de 1970, seu campus central começou a ser construído no início daquela década e é um dos locais mais visitados da capital, Cuiabá.

Considerando o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), a expansão quantitativa e qualitativa da UFMT faz dela a mais abrangente instituição de ensino superior no Estado está presente de alguma forma em quase todas as regiões de Mato Grosso, um território com mais de 900 mil quilômetros quadrados, e tem por objetivo promover o ensino, a pesquisa e a extensão nos diferentes ramos do conhecimento, bem como a divulgação científica, técnica e cultural.

Os princípios institucionais são compromisso social, democracia, inclusão, interação, formação e autonomia.

Além da capital, mais quatro cidades têm campi da UFMT - Rondonópolis, Pontal do Araguaia e Barra do Garças, Sinop. Atualmente, a UFMT vem estreitando suas relações no sentido de aproximar o conhecimento aos professores já inseridos no mercado criando cursos em caráter permanente, dirigido a professores da rede pública de ensino, em efetivo exercício do magistério na educação básica, não portadores do título de licenciado, interessados em candidatar-se a vagas de qualquer dos cursos de licenciatura, nas modalidades presencial ou a distância. Desde sua criação, já foram diplomados diversos professores das redes públicas do Mato Grosso e que se encontram inseridos no mercado de trabalho em diversos setores.

Com o objetivo de atender a demanda de formação da rede pública, a UFMT vem empreendendo ações em parceria com Estado e Município que remontam a data de sua criação. Como destaque, é possível citar projetos pioneiros no campo da Educação a Distância, e dentre esses, pode-se referenciar o Núcleo de Educação a Distância da UFMT, que foi criado em 1982, e atuou como um dos principais parceiros da rede pública contribuindo de modo relevante para a formação de professores.

Com a crescente demanda de cursos e projetos educacionais que se apoiam na utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação, observa-se, atualmente, nos programas de formação a distância e nos processos de formação que acontecem na rede pública a necessidade de um profissional que possa não apenas atuar em sala de aula, mas também desenvolver ações que possam apoiar no planejamento sistematizado do ensino e da aprendizagem de modo articulado ao currículo da escola com foco no uso das TIC.

Com os resultados de formação dessa proposta de licenciatura, imagina-se então que experiências serão potencializadas de forma a ampliar a atuação da UFMT com vistas a atender uma demanda reprimida de pessoas e professores da rede pública de ensino que não têm acesso a

um curso de Licenciatura na modalidade presencial, e ao mesmo tempo preparar profissionais que possam apoiar a oferta de cursos cuja mediação pedagógica ocorra por meio das TIC, justificando-se, assim, a necessidade de a UFMT ofertar cursos organizados não presencialmente.

Além disso, em razão da grande extensão territorial do Estado, nem sempre é possível um curso presencial que possa contemplar todas as cidades. Desta forma, a UFMT encontra no ensino a distância uma forma de oferecer a estas pessoas a oportunidade de terem formação em nível superior e qualificação socialmente comprometida.

A perspectiva de ampliação dos cursos de graduação como acima apontado é pensada com base nas experiências acumuladas de vários outros cursos já ofertados na modalidade a distância, proporcionando desenvolvimento profissional de pessoas que se inserem no mercado de trabalho e que, por muitas razões, não podem cursar formação presencial. Isso em razão de fatores como o da distância das ofertas de formação e seus domicílios, jornada de trabalho em tempo integral, falta de informação sobre oportunidades de formação, entre outros.

Para que os cursos sejam ofertados com sucesso as IPES contam com o Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB, que tem a finalidade de atender a demanda de formação, considerando os elementos que constituem a modalidade a distância, como por exemplo os polos de apoio presencial. No caso de MT esses polos estão distribuídos no estado, tendo em vista a oferta de outros cursos que não o proposto agora, de modo a assegurar uso mais intenso das TIC necessárias aos processos de mediação, bem como com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior. A UAB continua sendo, portanto, um dos programas que mais tem possibilitado a UFMT atender a formação de professores e administradores públicos no estado, cumprindo seu papel social e acadêmico junto a sociedade matogrossense.

Participando de todas as Chamadas da CAPES/UAB, a UFMT ofereceu até agora 3.075 (sem contar com o Parfor presencial) vagas para graduação, 2.815 vagas para cursos de pós-graduação Lato Sensu. Além disso, a UFMT ofereceu, no âmbito da UAB, cursos de aperfeiçoamentos, num total de 3.660 vagas.

Além de capacitar a demanda externa, a UAB/UFMT também capacita seus profissionais por meio de cursos de extensão. Desde 2009, já foram ofertadas 1.560 vagas em cursos de capacitação para profissionais ligados à Educação a Distância nos mais variados cursos, como o de Formação de Tutores, Formação de Autores e Formação de Gestores em EaD, Ambiente Virtual de Aprendizagem etc., por meio dos Planos Anuais de Capacitação Continuada.

Assim, até 2014, a UAB/UFMT atendeu um total de 11.110 estudantes e pretende aumentar esse alcance por meio do curso de graduação em Tecnologia Educacional, Licenciatura, por ora proposto.

1.2. Justificativa

Nas últimas décadas, após a publicação da Lei n.9.394/96, a educação brasileira vem sendo submetida a um conjunto de reformas que buscam a democratização e a melhoria na qualidade do ensino, a fim de responder os desafios do mundo globalizado. Parte-se do pressuposto de que a expansão democrática da educação superior se fundamenta na garantia de acesso à educação que potencialize o desenvolvimento humano, em sua mais ampla concepção, o que requer quadro docente qualificado, valorizado e posicionado política-socialmente.

Transformações nos campos sociais, políticos, econômicos e científico-tecnológicos são identificadas mundialmente, exigindo profundas transformações de todos nós em todas as esferas sociais. Tais mudanças impõem desafios no âmbito das instituições formadoras, principalmente, no que tange aos seus projetos educativos, preconizando, deste modo, a formação de sujeitos que compreendam e participem mais significativamente dos vários espaços de trabalhos existentes na sociedade.

A fim de atender as demandas impostas por tantas mudanças, as instituições formadoras buscam criar e estabelecer políticas e programas que orientem a organização e o funcionamento das instituições educativas em todos os níveis e modalidades de ensino, bem como a formação dos profissionais que irão atuar diretamente no processo educativo nessas instituições.

Em um contexto de transformações, as escolas, enquanto contextos sociais, também passam por mudanças, dentre elas o uso das TIC entendido como recurso pedagógico e que exige profissional que possa repensar o cotidiano escolar. Nesse contexto, o professor que planeje, sistematize e organize práticas/ações educacionais, permeadas, pelo uso das TIC.

Objetivando proporcionar formação em nível superior para suprir a necessidade das instituições de ensino, a UFMT, por meio da UAB, propõe a criação do curso de graduação em Tecnologia Educacional, Licenciatura, na modalidade a distância, que se enquadra, de acordo com a classificação da Capes, na grande área das Ciências Humanas (70000000), na área de conhecimento de Educação (70800006) e na subárea de Tecnologia em Educação (70804036), como pode ser visto no Anexo D.

A proposição que se apresenta de um curso de graduação em Tecnologia Educacional, Licenciatura, vai ao encontro das demandas da Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso que preconiza, em seu Plano Estadual de Educação (MATO GROSSO, 2014), a necessidade de “Ampliar a oferta de cursos de licenciatura e de formação continuada para profissionais da educação básica pública e privada, possibilitando que tenham, também, conhecimento do mundo virtual e das novas tecnologias educacionais”.

O Projeto Político Pedagógico do curso de Graduação em Tecnologia Educacional, Licenciatura, está respaldado nas Diretrizes Curriculares Nacionais e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96 que afirmam que a formação docente para atuar na educação básica deve ser realizada em nível superior, em curso de Licenciatura, de Graduação Plena, em universidades

e institutos superiores de educação. A realização do curso de licenciatura a distância, justifica-se, tendo em conta crescimento desta oferta em todo mundo, bem como experiência anterior da UFMT em cursos não presenciais e de pesquisas que constituem reflexões/proposições de uso mais intenso das TIC nos processos do ensinar e aprender. Por tais razões os cidadãos e as instituições veem nessa forma de educação um meio de democratizar o acesso ao conhecimento e de expandir oportunidades de trabalho e aprendizagem seja ela inicial ou ao longo da vida e em tempos/espacos diversificados.

O curso de Graduação em Tecnologia Educacional, Licenciatura, na modalidade a distância tem como premissa a articulação da tecnologia em favor da educação, objetivando proporcionar trabalho docente/escolar mais afeitos às demandas da atualidade e de melhorias na educação básica do Estado de Mato Grosso. Pretende-se, ainda, com este projeto de curso, reduzir as carências profissionais de licenciados em Tecnologia Educacional, tendo em vista a demanda dos sistemas educacionais para uso mais intenso das TIC, considerando o entorno de uma sociedade da informação.

Por outro lado, muito se tem dito, debatido e pensado sobre a denominada “Cultura Digital”, terminologias surgem para que se diga sobre um mesmo fenômeno: o uso crescente e intensificado das TIC. Evidente que tal uso é a expressão mais evidente de transformações profundas por que passam as sociedades, principalmente as ocidentais. No movimento de criação, recriação, uso e reinvenção das TIC há uma gama enorme de acontecimentos que mobilizam nossos cotidianos e modos de ser e estar no mundo. Se no campo econômico as sociedades tecno-informacionais priorizam o uso das TIC para integrar a produção como nos ensinou Santos (1996), no âmbito do consumo das mídias digitais – internet, telefonia móvel, jogos de computador, televisão interativa, entre os principais – tem-se, como afirmou Buckingham (2010, p. 37-38), elemento “*indispensável no tempo de lazer das crianças e jovens. De fato, a primeira relação deles com tecnologia digital já não ocorre no contexto escolar como fora nos anos de 1980 e mesmo no início dos 1990 -, pois ela se tornou do domínio da cultura popular*”. Essa é uma ruptura importante para se pensar o contexto educacional em suas possibilidades e impossibilidades, tratando disso e o uso mais intenso das TIC.

Antes, porém, de adentrar ao debate dos possíveis e impossíveis, relevante destacar que “cultura digital” abrange uma série de definições, implicações e, claro, redundâncias. Dizer de origens, elementos, aspectos, influências e magnitudes implica trabalhar com um “estado da arte” complexo e bastante amplo. No entanto, não há como se ignorar que pensar processos formativos no contexto da cultura digital requer, necessariamente, superar visão tecnocêntrica nesse processo. Isso implica repensar a ideia de informática educacional inclusive cujos preceitos se alinhavam mais à compreensão técnica do uso das TIC que suas implicações pedagógicas/educacionais

No Brasil, houve investimentos até vultosos nos últimos anos em tecnologias educativas, em especial nas TIC, com objetivo de fornecer aos professores da rede pública de Educação Básica infraestrutura para que eles utilizassem esses recursos no ensino.

Desde 1997, quando foi criado o Programa Nacional de Informática na Educação – PROINFO – com o objetivo de promover o uso pedagógico da informática na rede pública de Educação Básica, temos visto apoio a iniciativas, com base em diferentes projetos, que se destinam ao fornecimento de equipamentos tais como: instalação de laboratórios de informática nas escolas, fornecimento de laptops para alunos e professores, fornecimento de projetor multimídia para as escolas e instalação de banda larga nos laboratórios de informática das escolas. Outros focaram a formação de professores, a oferta de software educacional e objetos de aprendizagem.

No entanto, várias são as pesquisas que evidenciam problemas no e para o desenvolvimento das iniciativas antes mencionadas. Porto (2009), por exemplo, em pesquisa realizada em escolas urbanas de nível fundamental da rede pública, na cidade de Pelotas/RS, aponta que embora 48,8% delas tivessem laboratório de informática (61,7% das 47 escolas estaduais e 32,4% das 37 escolas municipais), somente 33,3% possuíam conexão com a internet. A pesquisa envolvia, ao final, 55.000 alunos e quase 4.000 professores, dos quais apenas 21% usavam o laboratório de informática. Quando os professores foram instados a relatar dificuldades para uso das TIC os fatores mais citados foram: despreparo do professor para lidar e trabalhar com as TIC; escolas em processo de implantação dos laboratórios; laboratórios fechados; escolas com necessidade de assessoria para integrar as TIC; falta de tempo dos docentes e escolas sem autonomia financeira para gerenciar e manter as TIC. As escolas dependiam e dependem dos repasses de recursos/verbas das secretarias de Educação, que instalam os laboratórios, mas depois têm dificuldades para realizarem sua manutenção.

Lopes et al. (2010), por meio da Fundação Victor Civita, também investigou o uso das TIC nas escolas brasileiras. Em 80 Escolas municipais e estaduais dos níveis fundamental e médio, localizadas em doze capitais brasileiras: Belém e Manaus (Região Norte); São Luís, Fortaleza e Recife (Região Nordeste); Goiânia e Brasília (Região Centro-Oeste); Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo (Região Sudeste); Curitiba e Porto Alegre (Região Sul). Embora com objetivos um pouco diferentes da pesquisa antes mencionada bem como de abrangência bastante superior àquela, os resultados mostraram as mesmas problemáticas: os laboratórios de informática existiam, mas não eram, em sua maioria, utilizados; a falta de infraestrutura, a precária formação de professores; falta do acesso à internet; manutenção dos equipamentos; falta de profissional especializado para uso das TIC.

Em pesquisa realizada por Mendonça (2016) sobre inclusão digital induzida em escolas estaduais de Cuiabá/MT, a autora conclui o mesmo que as pesquisas anteriores. Há uma semelhança enorme entre os problemas e, daí a subutilização daquilo que já chegou até as escolas.

Num intervalo de aproximadamente 30 anos, entre o início de programas, projetos e ações voltadas para a disseminação do uso de computadores e TIC, vimos acumular os mesmos e conhecidos entraves para o uso mais intensificado destas tecnologias. Há o reconhecimento da relevância e necessidade de se trabalhar com as TIC, agora TDIC na formação, mas, ao mesmo tempo, são observados obstáculos tão pueris na execução destes programas e projetos, cau-

sando decepções e descrenças que custarão muito serem superadas. De toda maneira o olhar sobre isso nos remete a algumas interrogações: Até que ponto a escola poderá se atualizar, considerando a mediação dos conhecimentos com vista à formação? Redescobrir e reafirmar uma lógica para a escola não significa apartá-la do mundo tecnológico, mas reconhecer que a tarefa de educar requer certos princípios, processos e procedimentos que não coincidem com os modos de operar em rede por meio das TIC. Não basta mais prescrever maneiras de trabalhar com programas e aplicativos que estão na internet, mas conforme afirmado por Abrahamson, Blikstein e Winlensky (2007), trata-se de trabalhar com o computador como objeto social, isso como elemento central na escola inclusive. Afinal computadores e redes não surgiram para serem utilizados no espaço escolar e na escolarização, há tentativas enormes para que a finalidade do formar/educar possa se aproveitar também do uso das TIC. Para Buckingham (2010) a ocorrência desse fenômeno pauta-se pela aceitação acrítica de retórica sobre a sociedade da informação e, por outro lado, a ideia de que o uso das TIC produziriam certos efeitos – *“por exemplo, em relação aos estilos de aprendizagem ou determinadas formas de cognição – sem restrição dos contextos sociais em que seja usada, nem mesmo dos atores sociais que a usem”*. (p.41).

Diante do exposto o uso das TIC na formação implicam problemas de duas ordens: no caso brasileiro a universalização do acesso seja pelas pessoas ou pela instituição escola; e das finalidades mesma de seu uso no e pelo escolar.

Sem dúvida que a chegada das TIC nas escolas faz questionar modelos mais “fechados” de escolarização, que ignoram a aproximação de mídias variadas, introdutoras de novos códigos e linguagens que precisam ser entendidos até para serem mais bem aproveitados. Isso, contudo, não é tarefa apenas da escola há toda uma reconfiguração de significados postos no conviver que implicam repactuar não apenas domínios de ordem socioafetiva, de interação, de motivação e de integração dos conhecimentos às experiências de vida que influenciam, mais e mais, o ideário educativo-formativo. Isto não é novo, desde que a escola se configurou como espaço institucional dedicado à formação humana com vistas à transmissão da cultura/conhecimentos a preocupação em moldá-la a determinados desígnios não é novidade. O problema, ao que parece agora, é que os desígnios que se colocam transcendem, em muito, a simples transmissão cultural e de conhecimentos, há a expectativa de que a escola possa, frente às muitas incertezas que vivenciamos na atualidade, prover sentidos à cultura que se desenvolve fora dela... O aprendizado é cada dia mais social, colaborativo e cooperativo com maior participação em comunidades de práticas. Estar em conexão é desejável, propiciando aprendizagens ativas, justamente o que se percebe negado pelo escolar. É, pois, nessa conjunção de fatos e acontecimentos que se discute o “uso pedagógico”, como denominado por várias iniciativas governamentais, das TIC nas escolas. O maior problema de tais iniciativas tem a ver, com o pensamento, ainda reducionista, de que bastaria trabalhar algumas competências/habilidades técnicas para que estas tecnologias fossem mais bem aproveitadas no cotidiano dos estabelecimentos escolares. Compreender, de fato, as implicações que o uso intensificado delas apresenta, é, sem dúvida, elemento crucial para se empreender fazeres que subsidiassem, aí sim, outra maneira de organizar o escolar com as TIC. Sem uma compreensão do que sejam

os novos letramentos, que envolvem as novas mídias (as eletrônicas especialmente), difícil pensar uma outra escola. Não basta mais trabalhar algumas competências e habilidades técnicas que credenciem usar os computadores e internet, necessário “uma reconceituação mais ampla do que queremos dizer com letramento num mundo cada vez mais dominado pela mídia eletrônica[...] isso não é sugerir que o letramento verbal não é mais relevante, nem que os livros devam ser descartados, mas sim que o currículo não pode seguir confinado a uma noção estreita de letramento, definida só em termos do impresso. Com base nessas reflexões é que se propõe o curso em pauta. De caráter experimental em sua primeira oferta, o que se pretende é buscar alternativas que possam, no contexto da escola, trabalho cooperativo e colaborativo com uso mais intenso das TIC. Evidente que o formado no curso de Tecnologia Educacional, Licenciatura, não será o “Hércules” que por meio de seus doze trabalhos faça transformar o cotidiano da escola. A história mitológica do personagem já nos adverte sobre os riscos daquelas tarefas, embora Hércules as tenha cumprido e se tornado imortal, não é esse o caso, a ideia é que o egresso do curso possa cumprir seu trabalho junto e com o conjunto dos profissionais da escola aglutinando potencialidades, projetos e ações que façam repensar o escolar, seu currículo e as TIC. Daí o perfil e competências aqui descritas.

Com base nesse entendimento e considerando a distância dos municípios no estado de Mato Grosso e o alto custo de implantação de campi avançados em muitas localidades, a modalidade a distância de formação em nível superior, proporcionado pelo Ministério da Educação – MEC – por meio da UAB, torna viável levar o conhecimento a localidades não atendidas com cursos superiores e, em especial o de Graduação em Tecnologia Educacional, Licenciatura. De modo a atender demandas seja na capital seja no interior do estado. Isso como forma de romper com o juízo de que as TIC seriam mais afetadas ou mais bem aproveitadas nos contextos urbanos e tecnificados. Ao contrário, a proposta é de que por meio da formação do profissional a atuar com as tecnologias educacionais se promova aproximação, reflexão e experimentos em contextos diferentes naquilo que é organização dos sistemas/estabelecimentos escolares.

2. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

2.1. Contexto educacional, profissional, laboral

O curso de Graduação em Tecnologia Educacional, Licenciatura, visa formar professores para atuar na proposição, organização de experiências com o conjunto dos profissionais da educação que atuam nas escolas do Ensino Fundamental, Ensino Médio e Profissionalizante, e em atividades de planejamento, concepção e desenvolvimento de projetos educacionais que se utilizam de mídias e das TIC com vistas a integração curricular delas.

Para isso, as competências e habilidades a serem adquiridas pelos discentes durante o curso são as seguintes, de acordo com o conjunto de competências:

- Competências para a Educação Básica e Profissionalizante

Ser capaz de:

- Planejar, junto com os demais profissionais da escola, projetos/experiências que integrem currículo e as TIC;
- Apoiar os professores de outras áreas em relação ao uso das TIC;
- Desenvolver orientação acadêmica/tutoria ao conjunto da escola no desenvolvimento das TIC no processo do ensinar e aprender;
- Trabalhar com metodologias e técnicas que apoiem uso ético das TIC;
- Apoiar a administração da escola na tomada de decisões em relação às TIC e o planejamento educacional;
- Apoiar, coordenar e desenvolver projetos de que possam facilitar a gestão educacional;
- Apoiar a avaliação educacional (da instituição, de professores, de alunos, de aprendizagem, de recursos de apoio, entre outras);
- Desenvolver, junto com os demais profissionais da escola, material pedagógico (site, software educacional, objetos de aprendizagem, entre outros) com uso das TIC;
- Planejar e atuar em projetos pedagógicos voltados para inclusão e acessibilidade.
- Competências para atuação em instituições organizacionais de um modo geral.

Ser capaz de:

- Identificar necessidades organizacionais;
- Realizar planejamento de capacitações;
- Apoiar no desenvolvimento de materiais;
- Realizar formação e avaliar processos de aprendizagem;
- Desenvolver projetos de sistemas, acompanhar e avaliar software na área educacional;
- Planejar, projetar e desenvolver propostas de uso mais intenso das TIC para diferentes modalidades educacionais;
- Planejar e atuar em projetos interdisciplinares e temas transversais.

2.2. Concepção do curso

2.2.1. O curso e as políticas institucionais da UFMT

A Universidade Federal de Mato Grosso tem como missão “Formar e qualificar profissionais nas diferentes áreas, produzir conhecimentos e inovações tecnológicas e científicas que contribuam significativamente para o desenvolvimento regional e nacional” (PDI, 2013-2018).

A partir do que foi definido no PDI, a UFMT tem como uma de suas Políticas Estruturantes a “Busca de maior qualidade e de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, articulada com as necessidades regionais” e, para tanto, elenca como um de seus objetivos a criação de novos cursos de graduação, bem como a melhoria da qualidade destes cursos.

Com maior ênfase, o Objetivo 5 do PDI estabelece a promoção da Educação a Distância, o desenvolvimento de Tecnologias de Informação e Comunicação Aplicada à Educação (TIC) para a inovação das práticas pedagógicas.

Assim, a proposição deste curso de Graduação em Tecnologia Educacional, Licenciatura, vai ao encontro do objetivo disposto no seu Plano de Desenvolvimento Institucional com o objetivo de licenciar professores para atuar nos sistemas públicos de ensino no nível Fundamental, Médio e Profissional e em atividades de planejamento, concepção e desenvolvimento de propostas/projetos educacionais que se utilizam de mídias e TIC para melhor entendimento e uso mais otimizado de recursos das TIC na e pelas escolas.

2.2.2.Regime acadêmico

Este curso será ofertado a partir do regime acadêmico crédito semestral, na modalidade a distância.

2.2.3. Número de vagas e entrada:

A entrada do curso de Tecnologia Educacional, Licenciatura, ocorrerá em uma única entrada e totaliza 180 vagas. As vagas ofertadas se subdividem da seguinte maneira: polo de Cuiabá com 60 vagas/2 turmas de 30 alunos; polo de Diamantino com 60 vagas/ 2 turmas de 30 alunos; polo de Água Boa com 30 vagas/1 turma de 30 alunos; Aripuanã com 30 vagas/1 turma de trinta alunos.

O número de vagas ofertadas está demonstrado na tabela que se segue:

Polo (Município)	Vagas
Cuiabá	60
Diamantino	60
Água Boa	30
Aripuanã	30
Total	180

2.2.4. Turno de funcionamento

Por ser curso ofertado na modalidade a distância, os alunos têm autonomia em definir o seu tempo de estudo. No entanto, os momentos de apoio por meio da tutoria e os momentos necessários para encontros presenciais são definidos de acordo com cada atividade.

Assim, o turno de funcionamento será integral, contemplando os períodos matutino e vespertino para encontros presenciais e vespertino e noturno para encontros com a finalidade de tutoria.

2.2.5. Formas de ingresso no curso

O ingresso dos alunos no curso será por meio de processo seletivo de provas escritas, específica e única para todos os polos na mesma data e hora realizado pela UFMT.

2.2.6.Períodos mínimo e máximo de integralização

Mínimo de 8 semestres e máximo de 10 semestres para integralização curricular. O tempo total para integralização do curso não poderá exceder 10 semestres, sendo que o tempo de duração mínima será de 8 semestres. Assim, os acadêmicos que porventura não conseguirem cumprir

no tempo máximo de integralização os requisitos para serem graduados, ficarão sujeitos à legislação institucional vigente referente à regularidade de vínculo acadêmico institucional dos estudantes nos cursos de graduação da UFMT.

2.2.7. Dimensão das Turmas

As turmas são constituídas por 30 alunos, uma vez que cada tutor se responsabiliza pelo acompanhamento de, em média, 25 a 30 alunos, conforme os indicativos da CAPES, sendo que essa lógica de divisão se aplica para os momentos de Seminário Integrador e atividades práticas.

Ademais, considerando norteamento da CAPES, para as turmas de Estágio, considera-se cinco alunos para um professor.

2.2.8. Trancamento de matrícula e transferência

Por se tratar de um curso com recursos advindos de um programa especial em que não há previsão e garantias de turmas subsequentes, uma vez que a oferta do curso está sujeita a publicação de editais da CAPES ou agências de fomento designadas pelo MEC, não será permitido o trancamento de matrícula.

No que diz respeito à transferência entre polos, as solicitações serão analisadas pelo colegiado de curso a partir das determinações institucionais, referendadas por resoluções que a normatizem, quando houver.

As transferências externas e transferências para portadores de diploma em curso superior serão regidas, quando houver possibilidade, por edital próprio da UFMT/UAB.

2.2.9. Perfil do egresso e objetivos do curso

O licenciado é um profissional docente que incorpora competências, saberes e habilidades de criatividade e inovação, de cooperação e de trabalho em equipe, de gestão e tomada de decisões, de aquisição e produção de conhecimentos, de expressão e comunicação, não sendo somente reprodutor de conhecimentos já estabelecidos.

Trata-se de um profissional capaz de: atuar na docência visando à aprendizagem multidimensional do aluno e compreender a prática pedagógica como um processo de investigação, de desenvolvimento e de aprimoramento contínuo; estabelecer relações entre as áreas do conhecimento e o contexto social que atua; desempenhar um papel transformador da realidade de forma a contribuir para o desenvolvimento da ciência, tecnologia, arte, cultura e o trato da diversidade; promover a formação de cidadãos para uma sociedade fundada no conhecimento, no trabalho e na necessária reflexão sobre valores éticos, de justiça e de integração social.

O desenvolvimento de competências é processual e a formação inicial é, apenas, a primeira etapa do desenvolvimento profissional permanente. A perspectiva de desenvolvimento de competências exige a compreensão de que o seu trajeto de construção se estende ao processo de formação continuada, sendo, portanto, um instrumento norteador do desenvolvimento profissional permanente.

Os egressos do curso de Graduação em Tecnologia Educacional, Licenciatura, devem desenvolver competências e habilidades para:

- compreender processos educativos e de aprendizagem, de forma a estabelecer relações e integrar as TIC e educação, de maneira multidisciplinar, transversal e multidimensional, redirecionando ações nos processos do ensinar e aprender;
- implementar, avaliar, coordenar e planejar o desenvolvimento de projetos pedagógicos nas modalidades de ensino presencial e/ou a distância, com base na integração currículo/TIC;
- atuar no planejamento das escolas de ensino fundamental, ensino médio e profissionalizante para atender as necessidades do corpo docente e dos alunos, acompanhando e avaliando os processos educacionais;
- atuar junto as coordenação pedagógicas das escolas para fomentar o trabalho coletivo, organizando ações que possam facilitar o processo comunicativo entre a comunidade escolar e as associações a ela vinculadas.

Os egressos do curso de Graduação em Tecnologia Educacional, Licenciatura, devem desenvolver competências específicas, quer de natureza docente ou de se trabalhar as TIC em processos de formação não formais, podendo atuar, assim, em instituições que utilizam-se das TIC para desenvolver processos educativos de caráter geral.

O curso de licenciatura deve preparar profissionais para: (a) investigação e desenvolvimento do conhecimento das TIC e educação de maneira multi, inter e transdisciplinar, (b) análise e desenvolvimento de alternativas para o processo de formação com uso mais intenso das TIC e (c) projeto e implementação de recursos educacionais de apoio aos processos de ensino e aprendizagem e de administração escolar.

Esses profissionais também serão preparados para compreender teórico/prática/metodologicamente o uso das TDIC na educação, atuando no/para o desenvolvimento, aplicação e suporte a sistemas de banco de dados, atendendo assim a necessidades dos sistemas educacionais.

2.2.10. Objetivo Geral:

Licenciar professores para atuar no desenvolvimento de projetos/ações voltadas para uso mais intenso das TIC no Ensino Fundamental, Ensino Médio e Ensino Profissional em atividades de

planejamento, concepção e implementação conjunta de propostas educacionais que se utilizam de mídias e TIC no sentido de integrá-las ao currículo escolar.

2.2.11. Objetivos Específicos:

Os objetivos do Curso de Graduação em Tecnologia Educacional, Licenciatura, visam capacitar os alunos a:

- Aplicar, de maneira criativa e efetiva as TIC nos processos de planejamento, gestão e avaliação do ensino e aprendizagem em contextos educacionais;
- Desenvolver atividades de orientação acadêmica/tutoria em cursos não presenciais ou semipresenciais;
- Especificar, projetar, desenvolver e analisar softwares com finalidades educacionais;
- Reconhecer e identificar contextos de uso das TIC de forma a adequar e promover significativamente a aprendizagem dos envolvidos no processo educativo;
- Conhecer as faculdades e recursos que possuem as mídias e TIC de modo a integrá-las às práticas pedagógicas em diferentes modalidades educacionais;
- Selecionar software e hardware adequados aos requisitos de diferentes soluções educacionais, por meio da pesquisa e técnicas de análise de requisitos em organizações com finalidades educacionais;
- Planejar, desenvolver, assessorar e promover atividades de ensino e aprendizagem com utilização das TIC de maneira integrada e multidisciplinar;
- Planejar e desenvolver propostas voltadas para formação não presencial com base em projetos pedagógicos das instituições de ensino, prevendo necessidades computacionais, de sistemas e de recursos humanos;
- Gerenciar, acompanhar e validar projetos e recursos para ambientes virtuais de aprendizagem;
- Atuar em projetos de extensão e pesquisa científica no âmbito educacional das TIC e áreas correlatas.

3. Matriz Curricular

A organização curricular do Curso de Graduação em Tecnologia Educacional, Licenciatura, da Universidade Federal de Mato Grosso /Universidade Aberta do Brasil, contempla a Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015, especialmente o disposto no Art. 13º que explicita, para cursos de licenciatura, a carga horária mínima de 3200 (três mil e duzentas) horas de efetivo trabalho acadêmico em cursos com duração de, no mínimo 8 (oito) semestres ou 4 (quatro) anos, compreendendo:

I - 400 (quatrocentas) horas de prática como componente curricular, distribuídas ao longo do processo formativo;

II - 400 (quatrocentas) horas dedicadas ao estágio supervisionado, na área de formação e atuação na educação básica, contemplando também outras áreas específicas, se for o caso, conforme o projeto de curso da instituição;

III - pelo menos 2.200 (duas mil e duzentas) horas dedicadas às atividades formativas estruturadas pelos núcleos definidos nos incisos I e II do artigo 12 desta Resolução, conforme o projeto de curso da instituição;

IV - 200 (duzentas) horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos estudantes, conforme núcleo definido no inciso III do artigo 12 desta Resolução, por meio da iniciação científica, da iniciação à docência, da extensão e da monitoria, entre outras, consoante o projeto de curso da instituição.

A estrutura curricular do curso contempla disciplinas cujos conteúdos revelam as inter-relações das dimensões da realidade nacional e das esferas federal, estadual e municipal, numa perspectiva histórica e contextualizada de sua aplicabilidade no âmbito das organizações e do meio, utilizando as TIC como recursos educacionais. A partir do exposto no Art. 12º da Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015, os componentes curriculares estão organizados em três núcleos interdependentes, quais sejam:

I. Núcleo de estudos de formação geral do campo educacional e das áreas específicas.

Compõem este núcleo os seguintes componentes curriculares: Processos de Aprendizagem em EaD; Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) na Educação; Leitura e produção de textos; História da Educação e Tecnologias; TDIC e os Processos Cognitivos; Metodologia de Pesquisa Científica e Educacional; Fundamentos políticos, filosóficos e sociológicos das TDIC na educação; Currículo Escolar e as Tecnologias; Didáticas e Práticas Pedagógicas com Tecnologias; Planejamento e Avaliação do uso de Tecnologias no Sistema Escolar; Educação mediada por TDIC; Educação Inclusiva e Acessibilidade; Aspectos Éticos e Legais no uso da Internet; Fundamentos em Sistemas de Computação; Introdução a Algoritmos; Metodologias do Ensino e Aprendizado em Libras; Introdução ao Design Instrucional – Planejamento e Desenvolvimento; Ambientes Virtuais de Aprendizagem; Recursos Educacionais Abertos; Paradigmas de Programação Educacional.

II. Núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos das áreas de atuação profissional. Compõem este núcleo os seguintes componentes curriculares: Introdução a Banco de Dados; Análise e Projeto de Software Educacional; Design e arte digital; estéticas tecnológicas e práticas pedagógicas;

Planejamento e Produção de Material Didático – I; Planejamento e Produção de Material Didático – II; Teoria da Informação Audiovisual; Edição e publicação de vídeos educacionais; Sistemas Multimídia para Educação; Produção multimídia;

Programação para Web I; Ambientes Virtuais de Aprendizagem Tridimensionais; Jogos digitais interativos educacionais; Fundamentos de Interação Humano-Computador nos processos educativos; Programação para Jogos Educacionais; Governança de Tecnologia da Informação no setor público; Programação para Web II; Direitos Autorais para produção de material didático; Realidade Virtual e Aumentada Para Educação; Inteligência Artificial na Educação.

III. Núcleo de estudos integradores para enriquecimento curricular. Compõem este núcleo os seguintes componentes curriculares: Estágio Supervisionado I a IV; Seminário Integrador I a VIII e Atividades Teórico-Práticas.

NÚCLEO	Componente Curricular	Natureza (Optativa, Obrigatória)	U.A.O	Carga Horária					Créditos					
				T	P	PCC	Ext.	TOTAL	T	P	PCC	Ext.	TOTAL	Pré Requisito
1º Núcleo - Estudos de formação geral do campo educacional e das áreas específicas	Processos de Aprendizagem em EaD	Obrigatória	IE/DTFE	40	8	-	-	48	2,5	0,5	-	-	3	-
	Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) na Educação	Obrigatória	IE/DTFE	56	8	-	-	64	3,5	0,5	-	-	4	-
	Leitura e produção de textos	Obrigatória	FCA	48	-	-	-	48	3	-	-	-	3	-
	História da Educação e Tecnologias	Obrigatória	IE/DTFE	64	-	-	-	64	4	-	-	-	4	-
	TDIC e os Processos Cognitivos	Obrigatória	DEOE/IE	64	-	-	-	64	4	-	-	-	4	-
	Metodologia de Pesquisa Científica e Educacional	Obrigatória	IE/DTFE	40	8	-	-	48	2,5	0,5	-	-	3	-
	Fundamentos políticos, filosóficos e sociológicos das TDIC na educação	Obrigatória	DEOE/IE	64	-	-	-	64	4	-	-	-	4	-
	Currículo Escolar e as Tecnologias	Obrigatória	IE/DTFE	64	-	-	-	64	4	-	-	-	4	-
	Didáticas e Práticas Pedagógicas com Tecnologias	Obrigatória	DEOE/IE	60	4	-	-	64	3,75	0,25	-	-	4	-
	Planejamento e Avaliação do uso de Tecnologias no Sistema Escolar	Obrigatória	IE/DTFE	64	-	-	-	64	4	-	-	-	4	-
	Educação mediada por TDIC	Obrigatória	IE/DTFE	64	-	-	-	64	4	-	-	-	4	-
	Educação Inclusiva e Acessibilidade ²	Obrigatória	DEOE/IE	60	4	-	-	64	3,75	0,25	-	-	4	-
	Aspectos Éticos e Legais no uso da Internet	Obrigatória	IE/DTFE	64	-	-	-	64	4	-	-	-	4	-
	Fundamentos em Sistemas de Computação	Obrigatória	IEEng	56	8	-	-	64	3,5	0,5	-	-	4	-
	Introdução a Algoritmos	Obrigatória	IEEng	56	8	-	-	64	3,5	0,5	-	-	4	-
	Metodologias do Ensino e Aprendizado em Libras ³	Obrigatória	DEOE/IE	56	8	-	-	64	3,5	0,5	-	-	4	-
	Introdução ao Design Instrucional – Planejamento e Desenvolvimento	Obrigatória	IE/DTFE	56	8	-	-	64	3,5	0,5	-	-	4	-
	Ambientes Virtuais de Aprendizagem	Obrigatória	IE/DTFE	56	8	-	-	64	3,5	0,5	-	-	4	-
	Recursos Educacionais Abertos	Optativa I	IEEng/IE/ DTFE	56	8	-	-	64	3,5	0,5	-	-	4	-
	Paradigmas de Programação Educacional			56	8	-	-	64	3,5	0,5	-	-	4	-
SUBTOTAL		-	-	1.088	80	-	-	1.168	68	5	-	-	73	-

NÚCLEO	Componente Curricular	Natureza (Optativa, Obrigatória)	U.A.O	Carga Horária					Créditos					Pré Requisito
				T	P	PCC	Ext.	TOTAL	T	P	PCC	Ext.	TOTAL	
2º Núcleo – Aprofundamento e diversificação de estudos das áreas de atuação profissional	Introdução a Banco de Dados	Obrigatória	IEng	52	12	-	-	64	3,25	0,75	-	-	4	-
	Análise e Projeto de Software Educacional	Obrigatória	IEng	60	4	-	-	64	3,75	0,25	-	-	4	-
	Design e arte digital	Obrigatória	FCA	56	8	-	-	64	3,5	0,5	-	-	4	-
	Estéticas tecnológicas e práticas pedagógicas	Obrigatória	IE/DTFE	56	8	-	-	64	3,5	0,5	-	-	4	-
	Planejamento e Produção de Material Didático - I	Obrigatória	DEOE/IE	56	8	-	-	64	3,5	0,5	-	-	4	-
	Planejamento e Produção de Material Didático - II	Obrigatória	IE/DTFE	60	4	-	-	64	3,75	0,25	-	-	4	-
	Teoria da Informação Audiovisual	Obrigatória	FCA	64	-	-	-	64	4	-	-	-	4	-
	Edição e publicação de vídeos educacionais	Obrigatória	FCA	52	12	-	-	64	3,25	0,75	-	-	4	-
	Sistemas Multimídia para Educação	Obrigatória	IEng	56	8	-	-	64	3,5	0,5	-	-	4	-
	Produção multimídia	Obrigatória	IE/DTFE	56	8	-	-	64	3,5	0,5	-	-	4	-
	Programação Web I	Obrigatória	IEng	60	4	-	-	64	3,75	0,25	-	-	4	-
	Ambientes Virtuais de Aprendizagem Tridimensionais	Obrigatória	IE/DTFE	56	8	-	-	64	3,5	0,5	-	-	4	-
	Jogos digitais interativos educacionais	Obrigatória	FCA	64	-	-	-	64	4	-	-	-	4	-
	Fundamentos de Interação Humano-Computador nos processos educativos	Obrigatória	IEng	64	-	-	-	64	4	-	-	-	4	-
	Programação para Jogos Educacionais	Optativa II	IEng	40	8	-	-	48	2,5	0,5	-	-	3	-
	Governança de Tecnologia da Informação no setor público													-
	Programação para Web II	Optativa III	IEng/IE/DTFE	40	8	-	-	48	2,5	0,5	-	-	3	-
	Direitos Autorais para produção de material didático													-
	Realidade Virtual e Aumentada para Educação	Optativa IV	IEng/IE/DTFE	40	8	-	-	48	2,5	0,5	-	-	3	-
	Inteligência Artificial na Educação													-
SUBTOTAL	-	-	932	108	-	-	1.040	58,25	6,75	-	-	65	-	

NÚCLEO	Componente Curricular	Natureza	U.A.O	Carga Horária					Créditos					
		(Optativa, Obrigatória)		T	P	PCC	Ext.	TOTAL	T	P	PCC	Ext.	TOTAL	Pré Requisito
3º Núcleo - Estudos integradores para enriquecimento curricular	Estágio Supervisionado I	Obrigatória	IE/DTFE	-	100	-	-	100	-	6,25	-	-	6,25	-
	Estágio Supervisionado II	Obrigatória	IE/DTFE	-	100	-	-	100	-	6,25	-	-	6,25	Ter realizado o Estágio Supervisionado I
	Estágio Supervisionado III	Obrigatória	IE/DTFE	-	100	-	-	100	-	6,25	-	-	6,25	Ter realizado o Estágio Supervisionado II
	Estágio Supervisionado IV	Obrigatória	IE/DTFE	-	100	-	-	100	-	6,25	-	-	6,25	Ter realizado o Estágio Supervisionado III
	Seminário Integrador I	Obrigatória	IE/DTFE	-	-	50	14	64	-	-	3,125	0,875	4	-
	Seminário Integrador II	Obrigatória	IE/DTFE	-	-	50	14	64	-	-	3,125	0,875	4	-
	Seminário Integrador III	Obrigatória	IE/DTFE	-	-	50	14	64	-	-	3,125	0,875	4	-
	Seminário Integrador IV	Obrigatória	IE/DTFE	-	-	50	14	64	-	-	3,125	0,875	4	-
	Seminário Integrador V	Obrigatória	IE/DTFE	-	-	50	14	64	-	-	3,125	0,875	4	-
	Seminário Integrador VI	Obrigatória	IE/DTFE	-	-	50	14	64	-	-	3,125	0,875	4	-
	Seminário Integrador VII	Obrigatória	IE/DTFE	-	-	50	14	64	-	-	3,125	0,875	4	-
	Seminário Integrador VIII	Obrigatória	IE/DTFE	-	-	50	14	64	-	-	3,125	0,875	4	-
	Atividades Teórico-Práticas	Obrigatória	IE/DTFE	-	-	100	100	200	-	-	6,25	6,25	12,5	-
	SUBTOTAL		-	-		400	500	212	1.112	-	25	31,25	13,25	69,5
	Estágio Supervisionado Não Obrigatório	Optativa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Ter cursado 1.860 horas
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO:				3320 horas						207,5 créditos				
ENADE*														

Legenda: T – Teórica; P- Prática; PCC – Prática como Componente Curricular; Ext. - Extensão. ENADE: será realizado em conformidade à legislação em vigor.

1. Educação em Direitos Humanos, conforme previsto na Resolução CNE/CP Nº1, de 30/05/2012; Educação Ambiental em cumprimento da Lei nº9.795/1999 e Decreto nº4.281/2002, Parecer CNE/CP nº 14/2012 e Resolução CNE/CP nº2/2012; Relações Étnico-raciais em cumprimento ao disposto na Lei nº11.645/2008 e ao Decreto nº 4.281/2002, Parecer CNE/CP nº 03/2004 e Resolução CNE/CP nº1/2004.

2. Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, conforme disposto na Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012; Condições de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida”, de acordo com a Lei Nº10.098, de 19 de dezembro de 2000, nos decretos nº5.296, de 2 de dezembro de 2004, nº6.949, de 25 de agosto de 2009, nº7.611, de 17 de novembro de 2011 e Portaria nº3.284, de 7 de novembro de 2003

3. Em atendimento a lei nº 10.436/2002 e Decreto nº 5.626/2005.

	Componente Curricular	Natureza	U.A.O	Carga Horária					Créditos					Pré Re- quisito
		(Optativa, Obri- gatória)		T	P	PCC	Ext.	TOTAL	T	P	PCC	Ext.	TOTAL	
Rol das disciplinas optativas	Paradigmas de Programação Educacional	Optativa I	IEng/IE/ DTFE	56	8	-	-	64	3,5	0,5	-	-	4	-
	Recursos Educacionais Abertos	Optativa I	IEng/IE/ DTFE	56	8	-	-	64	3,5	0,5	-	-	4	-
	Programação Para Jogos Educacionais	Optativa II	IEng/IE/ DTFE	40	8	-	-	48	2,5	0,5	-	-	3	-
	Governança de Tecnologia da Informação no setor público	Optativa II	IEng/IE/ DTFE	40	8	-	-	48	2,5	0,5	-	-	3	-
	Programação para Web II	Optativa III	IEng/IE/ DTFE	40	8	-	-	48	2,5	0,5	-	-	3	-
	Direitos Autorais para produção de material didático	Optativa III	IEng/IE/ DTFE	40	8	-	-	48	2,5	0,5	-	-	3	-
	Realidade Virtual e Aumentada para Educação	Optativa IV	IEng/IE/ DTFE	40	8	-	-	48	2,5	0,5	-	-	3	-
	Inteligência Artificial na Educação	Optativa IV	IEng/IE/ DTFE	40	8	-	-	48	2,5	0,5	-	-	3	-

Legenda: T – Teórica; P- Prática; PCC – Prática como Componente Curricular; Ext. - Extensão

3.1.1. Proposta de fluxo curricular

O aluno poderá se matricular no máximo de 35 (trinta e cinco) créditos por semestre.

Semestre	Componente Curricular	Natureza	U.A.O.	Carga Horária					Créditos					Pré-Requisito
		Optativa/ Obrigatória		T	P	PCC	Ext	Total	T	P	PCC	Ext	Total	
1º	PROCESSOS DE APRENDIZAGEM EM EAD	Obrigatória	IE/DTFE	40	8	-	-	48	2,5	0,5	-	-	3	-
	TECNOLOGIAS DIGITAIS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TDIC) NA EDUCAÇÃO	Obrigatória	IE/DTFE	56	8	-	-	64	3,5	0,5	-	-	4	-
	LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTOS	Obrigatória	FCA	48	-	-	-	48	3	-	-	-	3	-
	HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO E TECNOLOGIAS	Obrigatória	IE/DTFE	64	-	-	-	64	4	-	-	-	4	-
	TDIC E OS PROCESSOS COGNITIVOS	Obrigatória	DEOE/IE	64	-	-	-	64	4	-	-	-	4	-
	SEMINÁRIO INTEGRADOR I	Obrigatória	IE/DTFE	-	-	50	14	64	-	-	3,125	0,875	4	-
	SUBTOTAL	-	-	272	16	50	14	352	17	1	3,125	0,875	22	-
2º	METODOLOGIA DE PESQUISA CIENTÍFICA E EDUCACIONAL	Obrigatória	IE/DTFE	40	8	-	-	48	2,5	0,5	-	-	3	-
	EDUCAÇÃO MEDIADA POR TDIC	Obrigatória	IE/DTFE	64	-	-	-	64	4	-	-	-	4	-
	FUNDAMENTOS EM SISTEMAS DE COMPUTAÇÃO	Obrigatória	IEng	56	8	-	-	64	3,5	0,5	-	-	4	-
	INTRODUÇÃO A ALGORITMOS	Obrigatória	IEng	56	8	-	-	64	3,5	0,5	-	-	4	-
	OPTATIVA I	Optativa	IE/DTFE IEng	56	8	-	-	64	3,5	0,5	-	-	4	-
	SEMINÁRIO INTEGRADOR II	Obrigatória	IE/DTFE	-	-	50	14	64	-	-	3,125	0,875	4	-
	SUBTOTAL	-	-	272	32	50	14	368	17	2	3,125	0,875	23	-

Semestre	Componente Curricular	Natureza	U.A.O.	Carga Horária					Créditos					Pré-Requisito
		Optativa/ Obrigatória		T	P	PCC	Ext	Total	T	P	PCC	Ext	Total	
3º	FUNDAMENTOS POLÍTICOS, FILOSÓFICOS E SOCIOLÓGICOS DAS TDIC NA EDUCAÇÃO	Obrigatória	DEOE/IE	64	-	-	-	64	4	-	-	-	4	-
	CURRÍCULO ESCOLAR E AS TECNOLOGIAS	Obrigatória	IE/DTFE	64	-	-	-	64	4	-	-	-	4	-
	INTRODUÇÃO A BANCO DE DADOS	Obrigatória	IEng	52	12	-	-	64	3,25	0,75	-	-	4	-
	PROGRAMAÇÃO WEB I	Obrigatória	IEng	60	4	-	-	64	3,75	0,25	-	-	4	-
	OPTATIVA II	Optativa	IE/DTFE IEng	40	8	-	-	48	2,5	0,5	-	-	3	-
	SEMINÁRIO INTEGRADOR III	Obrigatória	IE/DTFE	-	-	50	14	64	-	-	3,125	0,875	4	-
	SUBTOTAL	-	-	280	24	50	14	368	17,5	1,5	3,125	0,875	23	-
4º	DIDÁTICAS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS COM TECNOLOGIAS	Obrigatória	DEOE/IE	60	4	-	-	64	3,75	0,25	-	-	4	-
	PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO DO USO DE TECNOLOGIAS NO SISTEMA ESCOLAR	Obrigatória	IE/DTFE	64	-	-	-	64	4	-	-	-	4	-
	INTRODUÇÃO AO DESIGN INSTRUCIONAL – PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO	Obrigatória	IE/DTFE	56	8	-	-	64	3,5	0,5	-	-	4	-
	AMBIENTES VIRTUAIS DE APRENDIZAGEM	Obrigatória	IE/DTFE	56	8	-	-	64	3,5	0,5	-	-	4	-
	OPTATIVA III	Optativa	IE/DTFE IEng	40	8	-	-	48	2,5	0,5	-	-	3	-
	SEMINÁRIO INTEGRADOR IV	Obrigatória	IE/DTFE	-	-	50	14	64	-	-	3,125	0,875	4	-
	SUBTOTAL	-	-	276	28	50	14	368	17,25	1,75	3,125	0,875	23	-

Semestre	Componente Curricular	Natureza	U.A.O.	Carga Horária					Créditos					Pré-Requisito
		Optativa/ Obrigatória		T	P	PCC	Ext	Total	T	P	PCC	Ext	Total	
5º	DESIGN E ARTE DIGITAL	Obrigatória	FCA	56	8	-	-	64	3,5	0,5	-	-	4	-
	ESTÉTICAS TECNOLÓGICAS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS	Obrigatória	IE/DTFE	56	8	-	-	64	3,5	0,5	-	-	4	-
	PLANEJAMENTO E PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO - I	Obrigatória	DEOE/IE	56	8	-	-	64	3,5	0,5	-	-	4	-
	OPTATIVA IV	Optativa	IE/DTFE IEng	40	8	-	-	48	2,5	0,5	-	-	3	-
	SEMINÁRIO INTEGRADOR V	Obrigatória	IE/DTFE	-	-	50	14	64	-	-	3,125	0,875	4	-
	ESTÁGIO SUPERVISIONADO I	Obrigatória	IE/DTFE	-	100	-	-	100	-	6,25	-	-	6,25	-
	SUBTOTAL	-	-	208	132	50	14	404	13	8,25	3,125	0,875	25,25	-
6º	PLANEJAMENTO E PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO - II	Obrigatória	IE/DTFE	60	4	-	-	64	3,75	0,25	-	-	4	-
	TEORIA DA INFORMAÇÃO AUDIOVISUAL	Obrigatória	FCA	64	-	-	-	64	4	-	-	-	4	-
	EDIÇÃO E PUBLICAÇÃO DE VÍDEOS EDUCACIONAIS	Obrigatória	FCA	52	12	-	-	64	3,25	0,75	-	-	4	-
	METODOLOGIAS DO ENSINO E APRENDIZADO EM LIBRAS ²	Obrigatória	DEOE/IE	56	8	-	-	64	3,5	0,5	-	-	4	-
	SEMINÁRIO INTEGRADOR VI	Obrigatória	IE/DTFE	-	-	50	14	64	-	-	3,125	0,875	4	-
	ESTÁGIO SUPERVISIONADO II	Obrigatória	IE/DTFE	-	100	-	-	100	-	6,25	-	-	6,25	Ter realizado o Estágio Supervisionado I
	SUBTOTAL	-	-	232	124	50	14	420	14,5	7,75	3,125	0,875	26,25	-

Semestre	Componente Curricular	Natureza	U.A.O.	Carga Horária					Créditos					Pré-Requisito
		Optativa/ Obrigatória		T	P	PCC	Ext	Total	T	P	PCC	Ext	Total	
7º	SISTEMAS MULTIMÍDIA PARA EDUCAÇÃO	Obrigatória	IEng	56	8	-	-	64	3,5	0,5	-	-	4	-
	PRODUÇÃO MULTIMÍDIA	Obrigatória	IE/DTFE	56	8	-	-	64	3,5	0,5	-	-	4	-
	FUNDAMENTOS DE INTERAÇÃO HUMANO-COMPUTADOR NOS PROCESSOS EDUCATIVOS	Obrigatória	IEng	64	-	-	-	64	4	-	-	-	4	-
	AMBIENTES VIRTUAIS DE APRENDIZAGEM TRIDIMENSIONAIS	Obrigatória	IE/DTFE	56	8	-	-	64	3,5	0,5	-	-	4	-
	SEMINÁRIO INTEGRADOR VII	Obrigatória	IE/DTFE	-	-	50	14	64	-	-	3,125	0,875	4	-
	ESTÁGIO SUPERVISIONADO III	Obrigatória	IE/DTFE	-	100	-	-	100	-	6,25	-	-	6,25	Ter realizado o Estágio Supervisionado II
	SUBTOTAL	-	-	232	124	50	14	420	14,5	7,75	3,125	0,875	26,25	
8º	ASPECTOS ÉTICOS E LEGAIS NO USO DA INTERNET	Obrigatória	IE/DTFE	64	-	-	-	64	4	-	-	-	4	-
	EDUCAÇÃO INCLUSIVA E ACES-SIBILIDADE ³	Obrigatória	DEOE/IE	60	4	-	-	64	3,75	0,25	-	-	4	-
	JOGOS DIGITAIS INTERATIVOS EDUCACIONAIS	Obrigatória	FCA	64	-	-	-	64	4	-	-	-	4	-
	ANÁLISE E PROJETO DE SOFTWARE EDUCACIONAL	Obrigatória	IEng	60	4	-	-	64	3,75	0,25	-	-	4	-
	SEMINÁRIO INTEGRADOR VIII	Obrigatória	IE/DTFE	-	-	50	14	64	-	-	3,125	0,875	4	-
	ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV	Obrigatória	IE/DTFE	-	100	-	-	100	-	6,25	-	-	6,25	Ter realizado o Estágio Supervisionado III
	SUBTOTAL	-	-	8	108	50	14	420	15,5	6,5	3,125	0,875	26,25	-

Semestre	Componente Curricular	Natureza	U.A.O.	Carga Horária					Créditos					Pré-Requisito
		Optativa/ Obrigatória		T	P	PCC	Ext	Total	T	P	PCC	Ext	Total	
	Atividades Teórico-Práticas	Obrigatória	IE/DTFE	-	-	100	100	200	-	-	6,255	6,25	12,5	-
	SUBTOTAL	-	-	-	-	100	100	200	-	-	6,25	6,25	12,5	-
	Estágio Supervisionado Não Obrigatório	Optativa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Ter cursado 1.860 horas
	ENADE*													
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO			3320 horas						207,5 créditos					

Legenda: T – Teórica; P- Prática; PCC – Prática como Componente Curricular; Ext. - Extensão. ENADE: será realizado em conformidade à legislação em vigor.

1. Educação em Direitos Humanos, conforme previsto na Resolução CNE/CP Nº1, de 30/05/2012; Educação Ambiental em cumprimento da Lei nº9.795/1999 e Decreto nº4.281/2002, Parecer CNE/CP nº 14/2012 e Resolução CNE/CP nº2/2012; Relações Étnico-raciais em cumprimento ao disposto na Lei nº11.645/2008 e ao Decreto nº 4.281/2002, Parecer CNE/CP nº 03/2004 e Resolução CNE/CP nº1/2004.

2. Em atendimento a lei nº 10.436/2002 e Decreto nº 5.626/2005.

3. Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, conforme disposto na Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012; Condições de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida”, de acordo com a Lei Nº10.098, de 19 de dezembro de 2000, nos decretos nº5.296, de 2 de dezembro de 2004, nº6.949, de 25 de agosto de 2009, nº7.611, de 17 de novembro de 2011 e Portaria nº3.284, de 7 de novembro de 2003.

3.1.2. Metodologia de ensino e aprendizagem

Entende-se que, para um curso de graduação a distância é necessária uma concepção diferenciada em relação a um curso ofertado na modalidade presencial, por ter características próprias que a faz particular em todos os aspectos que envolvem o processo ensino-aprendizagem.

Como a educação a distância, mediada pelas TIC, baseia-se em diálogo mediado por recursos tecnológicos entre professor e o estudante localizados em espaços geográficos diferentes, possibilita-se ao acadêmico a aquisição de conhecimentos por meio de mediação tecnológica, esta por sua vez condicionada a processos e procedimentos que incluam aprendizagem individual e em grupo.

A educação a distância, por meio de recursos tecnológicos pretende assegurar formação com foco no aluno e nas relações com as redes socioculturais. O estudante é considerado partícipe em seu aprendizado, com vistas a desenvolver maior autonomia e independência em seu percurso de estudos.

Cada um dos semestres foi organizado em disciplinas correspondentes ao eixo temático norteador dos estudos e atividades. O material didático utilizado nessas disciplinas é disponibilizado aos alunos no formato impresso, através de Fascículos elaborados, revisados e editorados por uma equipe de autores e editores das IES, bem como via eletrônica através da Plataforma Moodle, sendo editado um Ambiente Virtual de Aprendizagem. Importante frisar que em cada uma das disciplinas do curso, para além do antes mencionado, as equipes de professores especialistas e tutores, responsáveis pelo acompanhamento dos estudantes, poderá criar, recriar e agregar recursos de estudo outros que os não previstos neste PPC a depender das dificuldades e possibilidades postas pelo conjunto dos acadêmicos, respeitando, por óbvio, as ementas que definem a formação. Tal observação é importante levando em conta o caráter experimental da proposta em tela.

De maneira geral, o funcionamento didático-pedagógico ocorre em quatro etapas, descritas abaixo:

a. Elaboração e Editoração de Material Impresso

Para cada uma das disciplinas foi atribuída uma ementa e sugestão de Bibliografia coerente com o eixo temático de estudos. Assim, a partir do ementário, os professores conteudistas, elaboram um material impresso organizado em Fascículos Temáticos, revisados e editorados por uma equipe de professores vinculados às IES.

b. Capacitação – Professores Especialistas e Tutores

Após a organização e impressão dos Fascículos, ocorre o encontro entre professores conteudistas, professores especialistas e tutores.

Nos encontros entre estas equipes, é feita a apresentação do material impresso que será disponibilizado aos estudantes, seguida da discussão sobre os temas, as atividades e exercícios de aprendizagem, bem como o processo de avaliação da disciplina. Cada uma das disciplinas terá um “Guia Didático” produzido pela equipe de professores especialistas e tutores para fazer convergir compreensão e entendimentos comuns de modo a facilitar a sistematização dos estudos pelos estudantes. É por meio do “Guia Didático” que os formadores e estudantes conhecerão os processos e procedimentos da formação incluindo os de conteúdos, critérios de avaliação e tempo necessário para os estudos.

Durante a capacitação, todos os envolvidos têm a oportunidade de aprofundar os estudos sobre os temas da disciplina, contribuindo na definição do Guia Didático disponibilizado no Ambiente Virtual de Aprendizagem.

c. Construção e acompanhamento no Ambiente Virtual de Aprendizagem

A construção do Ambiente Virtual de Aprendizagem é feita pelo professor especialista, lembrando que a constituição do denominado Guia Didático é labor da equipe de formação (professores especialistas e tutores) e que equipe de técnicos em design, soluções tecnológicas e de suporte ao AVA deverá ser alocada pela instituição de modo a compor equipe multidisciplinar para o curso. Para além do Guia Didático são inseridos no AVA: versão online do Fascículo, contendo leituras básicas e complementares, atividades de formação e os recursos de comunicação que facilitam o diálogo entre equipe de formação e os estudantes. Tais recursos serão definidos em conjunto pela equipe multidisciplinar com fundamento nos objetivos de formação de cada um dos núcleos/disciplinas do curso.

Tanto o professor especialista como os tutores são responsáveis pelo acompanhamento

do acesso dos estudantes o Ambiente Virtual de Aprendizagem, participando das redes de comunicação, aprimorando o diálogo entre formação e estudante, conferindo processo de acompanhamento e avaliação efetivos, e necessários, ao processo de aprender e ensinar.

Durante o desenvolvimento de uma disciplina o professor especialista e tutores acompanham os estudantes, buscando facilitar a compreensão dos temas estudados, os encontros presenciais nos polos, conforme o previsto em legislação terá por objetivo, sempre, ampliar o processo da formação assegurando acesso a outros espaços de “encontros” como palestras, troca de experiências, visita às escolas, e seminários de pesquisa. No AVA o diálogo será constante, tendo em conta os recursos de comunicação postos à disposição dos formadores e acadêmicos.

d. Avaliação

A avaliação do Ensino Aprendizagem na UFMT segue a normativa estabelecida na Resolução CONSEPE nº 27/1999 e o que estabelece o Artigo 4º do Decreto 9.057/2017.

3.1.3 Ementário

O ementário das disciplinas está definido no Apêndice A.

3.2. Operacionalização do curso

A Educação a Distância, embora prescindida da relação face a face em todos os momentos do processo ensino e aprendizagem, exige relação dialógica efetiva entre estudantes, professores formadores e orientadores. Por isso, impõe uma organização de sistema que possibilite o processo de interlocução permanente entre os sujeitos da ação pedagógica.

Dentre os elementos imprescindíveis ao sistema estão:

- A implementação de uma rede que garanta a comunicação entre os sujeitos do processo educativo;
- A produção e organização de material didático apropriado à modalidade;
- Processos de orientação e avaliação próprios;
- Monitoramento do percurso do estudante; e
- Criação de ambientes virtuais que favoreçam o processo de estudo dos estudantes.

Para o curso de graduação em Tecnologia Educacional, Licenciatura, na modalidade a distância, a estrutura e a organização do sistema que dá suporte à ação educativa, preveem:

a) Rede Comunicacional

Torna-se necessário o estabelecimento de uma rede comunicacional que possibilite a ligação dos vários polos com a UFMT e entre eles. Para tanto, é imprescindível a organização de estrutura física e acadêmica na UFMT que garanta, por exemplo, a designação de um coordenador que acompanhe o curso em seus aspectos acadêmico e administrativo.

b) Produção de Material Didático

O material didático configura-se como dinamizador da construção curricular e balizador metodológico. A Universidade Aberta do Brasil coloca à disposição do Curso, quando existir, um material didático mínimo de referência para todas as disciplinas obrigatórias. Esse material é elaborado por profissionais experientes da área, com o apoio de equipe multidisciplinar.

c) Seleção de tutores

Os tutores serão escolhidos por meio de processo seletivo, que terá como critérios para o candidato à função:

- Ser portador de diploma de 3º grau – preferencialmente em Licenciatura, Informática ou áreas afins;
- Ter disponibilidade de, pelo menos, 20 horas semanais para atuar na função de tutoria uma parte a distância (até 08 horas), outra parte presencial (no mínimo 12 horas), a serem cumpridas no polo de apoio aos alunos de seu município;
- Conhecimentos Básicos de Informática;
- Ter disponibilidade para viagem;
- Residir no município em que são ofertadas as vagas.

d) Encontros presenciais

Os encontros presenciais são motivos de amplo planejamento, envolvendo os atores pedagógicos e administrativos do curso. Entre as atividades que são contempladas incluem-se processos de avaliação por meio da apresentação dos Seminários Integradores (ANEXO...), palestras, pesquisas, visitas técnicas e integração social da comunidade acadêmica.

No início do curso, o encontro presencial tem por característica principal a integração entre os diferentes atores do processo de ensino aprendizagem, o aprofundamento do Projeto Pedagógico do Curso e dos processos e procedimentos dos estudos não presenciais, além da formação para uso adequado do AVA/MOODLE e para uso do aplicativo para acompanhamento pedagógico do curso.

No início de cada disciplina, os encontros presenciais oferecem a visão geral do processo de desenvolvimento, entrega dos materiais didáticos bem como exploração das atividades de estudo e pesquisa, visando principalmente orientações quanto aos seminários temáticos e estágios.

Cada disciplina prevê encontros presenciais no polo de acordo com sua natureza e necessidade, além das datas das apresentações presenciais com vistas a compor parte da avaliação, respeitando o disposto no Decreto nº 5622/2005.

No final de cada semestre serão apresentadas as pesquisas realizadas nos Seminários Temáticos.

Esses momentos presenciais ao final dos semestres letivos permitirão também atividades culturais e de socialização entre alunos, professores e tutores.

3.2.1. Formas de nivelamento para o ingressante

Para um bom andamento do curso, são programadas atividades que visam a integração dos acadêmicos à metodologia de ensino. Para isso, são planejadas Introdução a EaD para habilitar o aluno a lidar com as tecnologias que dão suporte ao curso, especialmente no tocante ao Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA.

3.2.2. Concepção teórico-metodológica do trabalho acadêmico

A concepção de cursos de formação profissional docente em Tecnologia Educacional abrangerá o enfoque de formação especializada e multidisciplinar. Esse requisito é fundamentado no fato de que o campo de atuação do profissional licenciado em Tecnologia Educacional deverá contemplar a educação básica nas escolas e a educação profissional, para as demandas produtivas do trabalho de formação geral e especializada.

O objeto de estudo do curso terá como foco os conceitos fundamentais das TIC em contextos educacionais; a utilização e criação de AVA; o desenvolvimento, planejamento de projetos/ações para uso mais intenso das TIC; os processos de educação mediada por TIC; a formação de profissionais e professores para se trabalhar com conhecimentos oriundos do campo das TIC e digitais, considerando, sempre, o conjunto dos sistemas de ensino e suas escolas, além de espaços educativos não formais.

A formação de profissionais que atuarão nas diferentes etapas e modalidades da educação básica observará princípios norteadores desse preparo para o exercício profissional específico, que considerem a competência como concepção nuclear na orientação do curso e a coerência entre a formação oferecida e a prática esperada do futuro profissional.

O importante no caso da formação do licenciado em Tecnologia Educacional é a caracterização do curso como de formação profissional docente em Tecnologia Educacional, independentemente do campo de atuação profissional. O perfil do profissional licenciado delimitará o escopo de atuação do educador e dependerá da concepção do projeto político pedagógico do curso e da instituição a qual, em sua abrangência e desenvolvimento, deverá garantir as competências necessárias para a atuação profissional. A formação pedagógica e a formação específica. Tais pressupostos exigem dos alunos e docentes, durante todo o percurso da formação, uma atitude ativa e reflexiva sobre a prática, a Matriz Curricular e conteúdos apresentados e sobre o processo de aprendizagem.

3.2.3. Estágio Curricular Supervisionado

O Estágio Curricular Supervisionado obrigatório e não obrigatório para o Curso de graduação em Tecnologia Educacional, Licenciatura, da Universidade Federal de Mato Grosso são partes integrantes da formação dos profissionais em Nível Superior e têm como finalidade proporcionar a participação do licenciando em atividades que articulem ensino, pesquisa e extensão em situações concretas do ambiente educacional articulando a teoria e a prática.

As atividades de Estágio Supervisionado obrigatório e não obrigatório serão realizadas durante os Semestres 5, 6, 7 e 8, por meio das práticas dos acadêmicos, articulados aos seminários integradores que tem como foco as práticas como componentes curriculares e será cumprido de acordo com o Regimento de Estágio da UFMT, apresentado no Apêndice B.

Assim, os componentes curriculares articulam-se ao estágio, propiciando trocas de práticas e saberes, entre o mundo acadêmico e o campo profissional, entre o vivido no mundo do trabalho e o olhar crítico sobre ele.

3.2.4. Práticas como Componente Curricular

As práticas pedagógicas no Projeto Pedagógico do curso de graduação em Tecnologia Educacional, Licenciatura, da UFMT/UAB não ficarão reduzidas a um espaço isolado, que a restrinja ao estágio, desarticulado do restante do curso. Em contrapartida, a prática estará presente desde o início do curso e permeará toda a formação do profissional, uma vez que permeia as disciplinas que constituem os componentes curriculares de formação específica, assim como nas disciplinas pedagógicas.

Desta forma, as práticas como componente curricular estão divididas em disciplinas que possuem conteúdo prático, além de disciplinas eminentemente práticas como os Estágios Supervisionados e os Seminários Integradores. Estes últimos trazem a “Prática como Componente Curricular (PCC)” como seu eixo norteador e tem como premissa a prática desenvolvida com ênfase nos procedimentos de observação e reflexão, visando à atuação em situações contextualizadas e a resolução de situações-problema.

3.2.5. Atividades Teórico-Práticas

As atividades teórico-práticas contemplam a Matriz Curricular desse curso com, no mínimo 200 horas e compreendem aquelas de caráter científico, cultural e acadêmico, além de atividades de extensão, articulando-se com, e enriquecendo, o processo formativo do acadêmico. O regulamento das Atividades Teórico-Práticas está disposto no Apêndice C.

3.2.6. Iniciação à pesquisa científica e programas de extensão

O curso de graduação em Tecnologia Educacional, Licenciatura, contribui para a iniciação científica uma vez que estimula o método científico e a aprendizagem significativa no desenvolvimento de seus componentes curriculares e das atividades propostas. Em diferentes momentos, os alunos são estimulados ao desenvolvimento da pesquisa como forma de exercitar o trabalho do futuro profissional.

As atividades destinadas à “Prática como Componente Curricular”, caracterizadas neste curso como “Seminários Integradores”, contemplam em sua natureza a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, na medida em que possibilitam aos acadêmicos a elaboração, a partir dos conteúdos estudados e das pesquisas feitas, de produtos que serão socializados junto às instituições de ensino, especialmente instituições responsáveis pela Educação Básica.

Para além destas atividades, os acadêmicos realizarão, ainda, Atividades Teórico-Práticas que também têm como característica a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, conforme pode ser observado no Regulamento das Atividades Teórico-Práticas (Apêndice C).

Dessa forma, os acadêmicos cumprirão no decorrer do curso, no mínimo, 212 (duzentas e doze) horas de atividades de extensão, contempladas nas disciplinas “Seminários Integradores I a VIII” (14 horas em cada um dos oito semestres) e nas Atividades Teórico-Práticas, conforme pode ser demonstrado nos respectivos itens que compõem o projeto por ora apresentado.

No decorrer do curso professores e estudantes deverão organizar eventos extensionistas, bem como de pesquisa e ensino, nos quais a comunidade terá ampla participação, além das descritas no Apêndice C.

O curso promoverá, ainda, palestras proferidas pelos docentes que participam de atividades presenciais.

Ressalta-se que durante o desenvolvimento dos estágios supervisionados, os alunos serão estimulados a participar das feiras de ciências e de outros eventos promovidos pelas escolas de educação básica. Os seminários integradores e de compartilhamento dos resultados dos estágios serão também oportunidades de interação dos estudantes com a comunidade na qual estão inseridos, uma vez que serão eventos abertos à sociedade.

3.2.7. Avaliação do ensino e da aprendizagem

No contexto do Curso de Tecnologia Educacional, Licenciatura, modalidade a distância, a avaliação é entendida como atividade processual com a função de subsidiar tomadas de decisão.

Nesse sentido, o processo de avaliação pressupõe não só análises e reflexões relativas a dimensões estruturais e organizacionais do curso numa abordagem didático/pedagógica, como também a dimensões relativas aos aspectos específicos do processo de formação de educadores para a escola básica e organizações com fins educacionais.

Dentre os aspectos de maior significação para o processo de tomada de decisões relativas ao curso, e considerando o caráter experimental da proposta, destacam-se: avaliação da proposta curricular; avaliação da aprendizagem; avaliação do material didático; avaliação da orientação acadêmica; a avaliação do sistema comunicacional da EaD e a avaliação do impacto sócio-educacional do curso na formação daqueles que atuarão com as TIC nos processos educativos.

Aqui, será destacada a avaliação de aprendizagem, uma vez que os outros aspectos são trabalhados recorrendo-se a subprojetos específicos.

3.2.8. Processo de avaliação da aprendizagem

O processo de avaliação de aprendizagem na EaD, embora possa, segundo Neder (1996), se sustentar em princípios análogos aos da educação presencial, requer tratamento e considerações especiais em alguns aspectos. Primeiro, porque um dos objetivos fundamentais da EaD seria o de obter, dos alunos, não a capacidade de reproduzir ideias ou informações, mas, sim, de produzir e re-construir conhecimentos, de analisar e posicionar-se criticamente diante das situações concretas que se lhes apresentem no contexto do uso mais intenso das TIC na educação. Segundo, porque no contexto da EaD o aluno não conta, comumente, com a presença física do professor. Entendendo também que a aprendizagem tem dimensão individual e coletiva, faz-se necessário desenvolver métodos de estudo individual e em grupo, para que o estudante possa:

- buscar interação permanente com colegas, especialistas e com orientadores acadêmicos, todas as vezes que sentir necessidade;

- obter confiança e auto-estima perante o trabalho realizado;
- desenvolver a capacidade de análise e de elaboração de juízos próprios.

O trabalho do autor, então, ao organizar o material didático básico para a orientação do aluno, deve contribuir para que todos questionem aquilo que julgam saber e, principalmente, para que questionem os princípios subjacentes a esse saber.

Nesse sentido, a relação teoria-prática se coloca como imperativo no tratamento do conteúdo selecionado para o curso, sendo fundamental a relação intersubjetiva, dialógica, professor-aluno, mediada por textos.

O que interessa, portanto, no processo de avaliação de aprendizagem é analisar a capacidade de reflexão crítica dos alunos diante de suas próprias experiências, a fim de que possam atuar, dentro de seus limites, sobre o que os impede de agir para transformar aquilo que julgam limitado em termos do projeto político-pedagógico da escola ou das organizações educativas.

Em razão do exposto, há, no curso, preocupação, em desencadear processo de avaliação que possibilite analisar como se realiza não só o envolvimento do aluno no seu cotidiano, mas também como se realiza o eclodir de outras formas de conhecimento, obtidos de sua prática e experiência, com base nos referenciais teóricos trabalhados no curso.

Para tanto, será estabelecida uma rotina de observação, descrição e análise contínuas da produção do aluno que, embora se expresse em diferentes níveis e momentos, não deve alterar a condição processual da avaliação.

Num primeiro momento (Meio I), buscar-se-á observar e analisar como se dá o processo de estudo do aluno, em diferentes campos:

- **cognitivo:** se está conseguindo acompanhar as abordagens e discussões propostas no material didático; quais as dificuldades encontrados na relação com os conteúdos trabalhados; se tem feito indagações e questionamentos sobre as abordagens propostas;
- **metacognitivo:** como estuda e aprende; como tem superado as dificuldades de compreensão dos textos; como realiza as tarefas propostas em cada área de conhecimento; como desenvolve as propostas de aprofundamento de conteúdos: qual seu interesse em termos de material de apoio, sobretudo bibliográfico; como desenvolve atividades em grupo;
- **didático-pedagógico:** se é capaz de estabelecer relações entre o conhecimento trabalhado e a sua prática pedagógica; se tem experimentado aplicar novos saberes à sua prática com uso mais intenso das TIC, como, e quais os resultados; como se dá o processo de interlocução com a equipe de formação (professores e orientadores);

- **político-social:** se participa ativamente dos componentes curriculares; se participa e como, de ações educativas no interior da escola;
- **afetivo e motivacional:** como é seu relacionamento com a equipe de formação os colegas do curso; como se sente no curso; como está avaliando seu percurso de estudos; se tem problemas de ordem pessoal ou profissional, interferindo no seu processo de aprendizagem.

O acompanhamento feito no Meio I dar-se-á pelo serviço de orientação acadêmica, com o relatório em fichas individuais, assentado em critérios estabelecidos pela equipe pedagógica para análise do envolvimento e do desenvolvimento do aluno no processo. Cada Orientador Acadêmico se responsabilizará por um grupo de, no máximo, 20 alunos, para que possa acompanhá-los individualmente. Caso o aluno não apresente desempenho satisfatório, em termos de compreensão dos conteúdos trabalhados, deverá refazer seu percurso, aprofundando e ampliando suas leituras.

Somente depois de atender às exigências do Meio I, poderá o aluno participar do seguinte.

Num segundo momento (Meio II), buscar-se-á observar como o aluno está acompanhando e compreendendo o conteúdo proposto em cada uma das áreas de conhecimento, e se é capaz de posicionamentos crítico-reflexivos ante as abordagens trabalhadas e ante à sua prática docente (dimensão cognitiva).

Nesse momento, o aluno realizará avaliações formais, com proposições, questões e temáticas que lhe exijam não só um nível de síntese dos conteúdos trabalhados, mas também a produção de textos escritos, com nível de estruturação que um texto acadêmico requer. Essas questões, ou proposições, serão elaboradas pela equipe de formação responsáveis pelas áreas de conhecimento, com a participação de professores especialistas. Esse momento de avaliação será também relatado e registrado nas fichas individuais do aluno.

**Caso o aluno não tenha o desempenho desejado, deverá refazer alguns percursos de estudo, aprofundando mais suas leituras.*

Num terceiro momento (Meio III), o aluno realizará pesquisas, ancoradas em proposições temáticas relacionadas com questões educacionais e uso mais intenso das TIC ligadas ao cotidiano escolar. Os resultados das pesquisas serão apresentados nos eventos dos Seminários Temáticos, ao final de cada área de conhecimento, precedidos de planejamento e orientação. A preocupação, neste momento, será a de ensinar ao aluno elementos para a produção de um trabalho de análise crítico-reflexiva, diante de determinada temática ou situação do cotidiano escolar ou de organizações educativas, e a de receber iniciação à atividade investigativa. A realização do Seminário Temático proporcionará, ainda, uma abordagem integradora entre os conteúdos das diferentes áreas de conhecimento.

Resumindo, a postura de avaliação assumida no ensino-aprendizagem pressupõe, por um lado, a compreensão do processo epistêmico de construção do conhecimento e, por outro, a compreensão da ação de avaliar como processo eminentemente pedagógico de interação contínua entre aluno-conhecimento- equipe de formadores.

Embora a avaliação se dê de forma contínua, cumulativa, descritiva e compreensiva, é possível particularizar três momentos no processo:

Meio I - acompanhamento de percurso do aluno, mediante seu desempenho de estudo dos fascículos;

Meio II - produção de trabalho escrito, que possibilitem síntese dos conhecimentos trabalhados;

Meio III - desenvolvimento e apresentação de resultados de pesquisas realizadas por áreas temáticas.

O acadêmico poderá recompor percursos de estudo apoiado pelo orientador e pela equipe pedagógica desde que não comprometa a integralização de seus estudos em cinco anos (10 semestres).

Somente após a realização desses três momentos indispensáveis de avaliação, será feita a valoração final do desempenho do aluno, traduzida em número por exigência de normas institucionais. O registro será feito de acordo com os sistemas de controle acadêmico da UFMT.

Os requisitos para aprovação nas disciplinas e obtenção do diploma obedecerão às normas legais estabelecidas pelos conselhos de ensino, pesquisa e extensão das instituições ofertantes do curso, em conformidade com as diretrizes do MEC.

O processo de avaliação de aprendizagem na Educação a Distância, embora se sustente em princípios análogos aos da educação presencial, requer tratamento e considerações especiais em alguns aspectos.

Um dos objetivos fundamentais da Educação a Distância deve ser a de obter dos estudantes não a capacidade de reproduzir ideias ou informações, mas sim a capacidade de produzir e reconstruir conhecimentos, analisar e posicionar-se criticamente frente às situações concretas que se lhes apresentem.

Além disso, como na EaD o estudante não conta, comumente, com a presença física do professor, faz-se necessário desenvolver método de estudo individual e em grupo, para que o acadêmico possa:

- Interagir permanente com os colegas, os professores responsáveis pelas disciplinas, e tutores todas as vezes que sentir necessidade;

- Obter confiança e autoestima frente ao trabalho realizado; e
- Desenvolver a capacidade de análise e elaboração de juízos próprios.

O trabalho do professor responsável pela disciplina e por organizar a forma de estudo e avaliação de determinada disciplina, envolve a tarefa de levar o estudante a questionar aquilo que julga saber e, principalmente, para que questione os princípios subjacentes a esse saber.

Nesse sentido, a relação teoria-prática coloca-se como imperativo no tratamento dos conteúdos selecionados para o curso de Tecnologia Educacional, Licenciatura, e a relação intersubjetiva e dialógica entre professor-estudante, mediada por textos (numa compreensão semiótica) é fundamental.

O que interessa, portanto, no processo de avaliação de aprendizagem é analisar a capacidade de reflexão crítica do aluno frente a suas próprias experiências.

Por isso, é importante desencadear um processo de avaliação que possibilite analisar como se realiza não só o envolvimento do estudante no seu cotidiano, mas também como se realiza o surgimento de outras formas de conhecimento, obtidas de sua prática e de sua experiência, a partir dos referenciais teóricos trabalhados no curso.

Para tanto, é estabelecida uma rotina de observação e análise contínuas da produção do aluno que, embora se expresse em diferentes níveis e momentos, não altera a condição processual da avaliação.

O primeiro grande momento de avaliação da aprendizagem acontece no decorrer das disciplinas onde se busca observar e analisar como se dá o estudo do acadêmico e seu processo de compreensão do conteúdo por meio do desenvolvimento de atividades e da participação no AVA, conforme Guia de Estudos e critérios trabalhados pela equipe de formação (professores e tutores).

Nesse momento da avaliação, o tutor procura identificar se o aluno consegue acompanhar as abordagens e discussões propostas no material didático; quais os graus de dificuldades encontrados na relação com os conteúdos trabalhados; seu relacionamento com a equipe de formação; como desenvolve as propostas de aprofundamento de conteúdo; qual sua busca em termos de material de apoio, sobretudo bibliográfico; se tem buscado manter processo de interlocução permanente com a equipe de formação; como se relaciona com outros alunos do curso; se tem realizado as atividades propostas em cada área de conhecimento; se tem utilizado diferentes canais para sua comunicação com a equipe de formação; se é capaz de estabelecer relações entre o conhecimento trabalhado e sua prática pedagógica; se tem feito indagações e questionamentos sobre as abordagens propostas, se tem problemas de ordem pessoal ou profissional interferindo no seu processo de aprendizagem.

O acompanhamento feito nesse nível acontece por meio da orientação/tutoria materializada na interação entre a equipe de formação e aluno por meio dos diferentes recursos disponíveis no AVA.

Ao final desse processo, a avaliação do acadêmico se materializa em relatórios de acompanhamento que expressam uma nota, por exigência de normas institucionais, que será incorporada à próxima fase de avaliação presencial, cuja valoração será definida pelo professor responsável pela disciplina. Em conformidade com decreto 5622/2005 art. 4, inciso II § 2, que prevê que as atividades de avaliação presenciais devam prevalecer sobre os demais resultados obtidos em quaisquer outras formas de avaliação a distância, será aprovada pelo colegiado de curso qual momento e em que contexto essas avaliações serão efetivadas. A nota do aluno será descrita em Ficha de Acompanhamento Avaliativo, por área de conhecimento, como forma de registro.

Num segundo momento, busca-se observar a maneira pela qual o aluno está acompanhando o conteúdo proposto em cada uma das áreas de conhecimento: se é capaz de posicionamento crítico-reflexivo frente às abordagens trabalhadas e frente as suas experiências. Nesse nível, o aluno realiza avaliação formal presencial, com proposições, questões e temáticas que lhe exijam não só um nível de síntese dos conteúdos trabalhados, mas também a produção de textos escritos, com nível de estruturação que um texto acadêmico determina. Essas questões ou proposições são elaboradas pelos professores responsáveis pelas disciplinas.

As datas das avaliações serão previstas em calendário acadêmico divulgado amplamente no Ambiente Virtual de Aprendizagem, bem como a data a ser realizada para outras chamadas dessas avaliações. Isso se aplica tanto as avaliações regulares como as previstas para os alunos que, por razões variadas, tenham de realiza-las em outra data.

Este nível de avaliação é também registrado na Ficha de Acompanhamento Avaliativo possibilitando uma visão geral do processo de aprendizagem do acadêmico na disciplina. Como estabelece a Resolução CONSEPE 27 de 01 de março de 1999, estará aprovado o aluno que obtiver aproveitamento igual ou superior a 7,0 (sete) resultante do processo de avaliação adotado.

O aluno que realizou o primeiro momento da avaliação, ou denominado como meio I e o segundo, meio II, não tendo atingido a média 7,0 (sete), poderá refazer seu percurso de estudos na disciplina que esteja cursando naquele momento. A nota a ser lançada ao final da disciplina e em caso de se refazer percurso de estudos deverá fazer média com a média anterior obtida na disciplina, sendo considerado aprovado o aluno que atingir a nota 5,0 (cinco). O aluno que não cumpriu as atividades do primeiro momento avaliativo só poderá refazer percurso de estudos se a média da avaliação for igual ou maior que 4,0 (quatro).

Outro momento importante de avaliação da aprendizagem refere-se à realização de estudos ou pesquisas a partir de proposições temáticas relacionadas a questões da área. Os resultados desses estudos são apresentados nos seminários integradores, precedidos de planejamento e orientação.

A preocupação neste nível é a de oportunizar ao aluno elementos para a produção de um trabalho de análise crítico-reflexiva frente a uma determinada temática ou situação de seu cotidiano profissional. A realização do seminário oportuniza, ainda, uma abordagem integradora entre os conteúdos das diferentes áreas de conhecimento.

Resumindo, a postura de avaliação assumida no ensino-aprendizagem pressupõe por um lado, uma compreensão do processo epistêmico de construção do conhecimento e, por outro, a compreensão da ação de avaliar como processo eminentemente pedagógico de interação contínua entre aluno/conhecimento/professor.

O estudante será avaliado em três situações distintas:

- Durante a oferta das disciplinas, a partir de atividades realizadas a distância, e previstas no AVA ou outras planejadas para o desenvolvimento da disciplina;
- Durante os encontros presenciais, com realização de atividades escritas, apresentação de trabalhos e de outras tarefas propostas no encontro, e;
- Os produtos elaborados para o Seminário Integrador.

Nessas situações de avaliação, os tutores e os professores formadores deverão estar atentos para observar e fazer o registro dos seguintes aspectos: a produção escrita do estudante, seu método de estudo, sua participação nos Encontros Presenciais, nos momentos de diálogo; se ele está acompanhando e compreendendo o conteúdo proposto em cada uma das disciplinas, se é capaz de posicionamentos crítico-reflexivos frente às abordagens trabalhadas e frente à sua prática profissional (dimensão cognitiva) e na realização de estudos de caso e de pesquisa, a partir de proposições temáticas relacionadas ao seu campo de formação profissional, entre outros fatores.

As avaliações presenciais serão elaboradas pelos professores especialistas em conjunto com os tutores responsáveis para que se constitua entendimento sobre os critérios da avaliação de modo que as equipes que acompanham os alunos tenham visão comum sobre os procedimentos avaliativos.

O aluno que não conseguiu um desempenho satisfatório durante a oferta regular de determinada disciplina é aconselhado a Refazer o Percurso, aprofundando e ampliando suas leituras. Durante o refazer percurso (RP) o aluno será considerado aprovado se atingir média igual ou maior a (7,0) sete.

O acadêmico que for reprovado em uma disciplina deverá cursar a disciplina, obrigatoriamente no Refazer Percurso a ser oferecido no semestre subsequente à oferta regular, ou ainda, em um período acadêmico especial a ser definido pelo colegiado de curso.

Fica a critério do Colegiado de Curso a definição das ofertas de RP para as disciplinas, que deverão ser previstas em calendário acadêmico. A decisão do colegiado de curso levará em

consideração os termos do convênio de oferta do curso: prazos, possibilidade de prorrogação e financiamento do curso e outros fatores burocráticos e institucionais.

Os profissionais deverão observar e fazer o registro dos seguintes aspectos: a produção escrita do estudante, seu método de estudo, sua participação nos Encontros Presenciais e no ambiente virtual, se acompanha e compreende o conteúdo proposto em cada uma das disciplinas, se é capaz de posicionamentos crítico-reflexivos frente às abordagens trabalhadas e frente à sua prática profissional (dimensão cognitiva) e na realização de estudos de caso e de pesquisa, a partir de proposições temáticas relacionadas ao seu campo de formação profissional, entre outros fatores.

3.2.9. As TIC no processo de ensino-aprendizagem

Se o ensino presencial oferece a possibilidade maior de contato com o discente, em salas de aula com 50 ou mais alunos, a percepção do docente não é suficiente para um ensino individualizado. Já a EaD, organizada e sistematizada para acompanhar efetivamente os alunos, permite atendimento mais individualizado, oferecendo aos discentes recursos para que se comuniquem entre si e com as equipes de professores por meio das TIC e do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), além de atendimento da tutoria.

Ademais do um atendimento individualizado, tão preconizado pelos educadores, a EaD possui outra grande vantagem: a possibilidade de se estabelecer formação em rede. Assim o processo de ensino aprendizagem abriga as duas dimensões que o realizam: o individual e o coletivo. Por meio dos recursos comunicacionais que as TIC proveem o diálogo entre os diferentes atores da formação se consolida, permitindo colaboração e cooperação entre eles.

Para que essa interação ocorra, os meios de comunicação deverão, necessariamente, estar à disposição de discentes, docentes e tutores, reconhecendo-se a responsabilidade institucional no processo da formação. O Estado de Mato Grosso tem carência de recursos de comunicação, principalmente fora do município-sede, nesse sentido importante adotar recursos compatíveis com a os disponíveis aos discentes, promovendo, gradativamente, inclusão de tecnologias que sustentem o processo formativo.

Pensando nesse aspecto, e diante das necessidades levantadas anteriormente em pesquisa diagnóstica por região, entende-se que a infraestrutura de atendimento ao discente dar-se-á em espaços viabilizados nos polos de apoio presencial.

3.2.10. Apoio ao discente

Especificamente para os cursos a distância, os alunos contam com o apoio acadêmico de forma presencial prestado pelos tutores e pelos coordenadores de polo. A coordenação do curso,

o colegiado de curso, os tutores, os professores conteudistas e professores especialistas estão à disposição para a orientação acadêmica na plataforma ou por outras formas de contato virtual ou presencial em momentos agendados ou quando solicitado pelo estudante.

O estudante de graduação encontra todas as informações sobre o apoio estudantil no Guia do Estudante disponível no link <http://www.uab.ufmt.br/uab/images/editais2013/guiadoestudante_ufmt.pdf>.

3.2.11. Atividades de tutoria

Nos documentos que tratam da EaD, é comum encontrarmos concepções de tutoria que se aproximam do que a educadora canadense (Delise et al., 1985 apud Martins, 1999) afirma:

O tutor é uma pessoa que assume diversos papéis e cujo objetivo principal é o acompanhamento do estudante em seus esforços de aprender. Tendo conhecimento de base do conteúdo, ele é um facilitador que ajuda o estudante a compreender os objetivos do curso, um observador que reflete, um conselheiro sobre os métodos de estudo, um psicólogo que é capaz de compreender as questões e as dificuldades do aprendiz e de ajudá-lo a responder de maneira adequada e, finalmente, um especialista em avaliação formativa. A essas funções pode ser acrescentada aquela de administrador para dar conta de certas exigências da instituição (Delise et al., 1985 apud Martins, 1999).

Na concepção adotada pela UFMT, a tutoria é muito mais do que isso. Numa abordagem sistêmica e interacionista da modalidade a distância, a tutoria é um dos elementos do processo educativo que possibilita a ressignificação da educação e o rompimento da noção de tempo-espaço da escola tradicional.

Os tutores, profissionais graduados na área da Informática ou área afim e selecionados no município sede dos polos através de processo seletivo, tem como responsabilidade mediar o processo ensino-aprendizagem, atuar como interlocutor do aluno com o material didático e com colegas do curso, assim como colaborar na atividade docente dos professores do curso. É também o responsável pelo acompanhamento e avaliação do percurso de cada estudante sob sua orientação e mantém acesso ao AVA.

Os tutores necessariamente devem participar das atividades de capacitação e atualização para o desempenho de suas funções.

No AVA os tutores são aqueles que prestam orientação via on-line, sanando dúvidas e auxiliando o estudo, com função mais didático-pedagógica.

Ademais, o tutor é o mais próximo de um professor com quem o aluno irá conviver durante o curso. Devendo residir na cidade onde está sediado o Polo Presencial, sendo assim, o tutor é aquele a quem o aluno deverá recorrer num primeiro momento, em caso de dúvidas, devendo

atendê-lo pessoalmente. É do tutor a responsabilidade de informar ao Coordenador de Curso e ao Coordenador de Tutoria o desempenho dos alunos e como cada um está desenvolvendo as atividades.

No desenvolvimento do curso, o tutor é responsável pelo acompanhamento e avaliação do percurso de cada estudante sob sua orientação: em que nível cognitivo se encontra, que dificuldades apresenta, se ele coloca-se em atitude de questionamento reconstrutivo, se reproduz o conhecimento socialmente produzido necessário para compreensão da realidade, se reconstrói conhecimentos, se é capaz de relacionar teoria-prática, se consulta bibliografia de apoio, se realiza as tarefas e exercícios propostos, como estuda, quando busca orientação, se ele relaciona-se com outros estudantes para estudar, se participa de organizações ligadas à sua formação profissionais ou a movimentos sociais locais.

Além disso, o tutor deve, neste processo de acompanhamento, estimular, motivar e, sobretudo, contribuir para o desenvolvimento da capacidade de organização das atividades acadêmicas e de aprendizagem.

Por todas essas responsabilidades, torna-se imprescindível que o tutor tenha formação específica, em termos dos aspectos político-pedagógicos da educação a distância e da proposta teórico metodológica do curso. Essa formação deve ser oportunizada pela UFMT antes do início do curso e ao longo do curso.

3.2.12. Material didático instrucional

O Curso de graduação em Tecnologia Educacional, Licenciatura, ofertado na modalidade a Distância possui configuração teórica, metodológica e organizacional característica dessa modalidade, incluindo material didático específico, o que colabora para a ampliação da experiência de formação a distância por parte da UFMT e, por conseguinte, com a “institucionalização” da modalidade de Educação a Distância nas universidades públicas brasileiras.

O material didático a ser utilizado no curso será elaborado pelos docentes responsáveis pelas disciplinas – chamado de professor conteudista –, respeitando a linguagem dialógica necessária aos materiais utilizados na modalidade a distância.

3.2.13. Interação docentes-tutores-estudantes

Para cada componente curricular a ser trabalhado, os tutores presenciais e a distância são capacitados pelos docentes autores dos fascículos, de forma que eles possam melhor desempenhar suas funções no atendimento aos alunos. Além do mais, pela própria natureza da concepção do curso, os tutores são o principal canal de relacionamento entre os docentes e os alunos que se encontram nos pólos distantes da sede. Quando ocorre a necessidade de revisão de um tema já discutido, o tutor solicita a presença do professor responsável pela dis-

ciplina, para que juntos, docente, tutor e alunos, possam superar as dificuldades encontradas na compreensão daquele conteúdo.

3.2.14. Interação com redes públicas de ensino

A interação entre o curso de graduação em Tecnologia Educacional, Licenciatura, e as redes públicas de ensino é condição sine qua non para o êxito deste curso, uma vez que o objetivo desta graduação é licenciar professores para atuar no ensino da Informática no Ensino Fundamental, Ensino Médio e Ensino Profissional e em atividades de planejamento, concepção e desenvolvimento de soluções educacionais que se utilizam de mídias e Tecnologias da Comunicação e da Informação para agregar valor a diferentes modalidades educacionais.

Dessa forma, a relação a ser estabelecida com as redes públicas dos municípios onde se encontram os polos partirá das parcerias já definidas entre a UFMT e a Universidade Aberta do Brasil com as secretarias municipais de educação, bem como com a Secretaria Estadual de Educação de Mato Grosso, a fim de que sejam definidas as políticas que nortearão a realização de estágios e de pesquisas para os Seminários Integradores e reflexão sobre o trabalho a ser desenvolvido pelo profissional em formação.

4. CORPO DOCENTE, ADMINISTRATIVO E TUTORIAL

4.1. Corpo docente

O curso de graduação em Tecnologia Educacional, Licenciatura, na modalidade à distância possui estrutura administrativo-pedagógica que contempla:

- O estudante: estudante matriculado no curso e que irá estudar ‘a distância’;
- Professores autores ou conteudistas: responsáveis pela produção dos materiais didáticos (impressos e/ou em Ambientes Virtuais de Aprendizagem);
- Professores pesquisadores: responsáveis pela oferta de determinada disciplina no curso; tem a função de acompanhar o desenvolvimento do curso para monitorar e avaliar a disciplina como um todo. Pode ser o mesmo professor conteudista;
- Tutores (presenciais, a distância): profissionais que atuam no polo de apoio presencial, ou na Instituição. Eles têm a função de acompanhar, apoiar e avaliar os estudantes em sua caminhada. Recebem formação em EaD, antes de iniciarem suas atividades e ao longo do curso, sob a supervisão do coordenador do curso ou de um coordenador de ‘tutoria’, caso haja a previsão deste profissional pelo órgão de fomento. Quanto às funções específicas dos ‘tutores presenciais’ e dos ‘tutores a distância’, dependerá do sistema de tutoria adotado pela Instituição
- Equipe de apoio tecnológico e de logística: tem a função de viabilizar as ações planejadas pela equipe pedagógica e de produção de material didático.
- Os docentes que compõem o quadro de profissionais indicados para o curso estão elencados no Apêndice F.

4.2. Corpo Técnico-administrativo

O curso não possui um quadro técnico-administrativo próprio, no entanto essas atividades são desenvolvidas pelo pessoal técnico-administrativo vinculado à Secretaria de Tecnologia e Informação (STI) e à coordenação da UAB/UFMT.

Nos polos onde acontece o curso, essas atividades são desenvolvidas pelos servidores das prefeituras conforme estabelecido no convênio de oferta do curso.

4.3. Corpo tutorial

Os profissionais que desempenharão a função de tutoria, imprescindíveis para o êxito do curso, serão selecionados a partir do perfil do curso, obedecendo-se a legislação vigente e as normativas institucionais da UFMT, da UAB e da CAPES.

4.4. Plano de Formação

A capacitação dos profissionais envolvidos na tutoria ocorre com a realização dos seguintes cursos:

- a. Curso de Extensão para formação teórica e pedagógica dos tutores que atuam nos cursos a distância da UFMT. Essa iniciativa é promovida pela Secretaria de Tecnologia Educacional – SETEC/UFMT, em parceria com a Universidade Aberta do Brasil por meio do mesmo Ambiente Virtual de Aprendizagem utilizado na prática de orientação acadêmica;
- b. Formação Continuada de Tutores: Capacitações presenciais que acontecem no decorrer do curso, com o objetivo de aprofundamento nos conteúdos das disciplinas da Matriz Curricular do curso, além de capacitação pedagógica que subsidie as práticas de tutoria.

5. INFRAESTRUTURA

O curso de graduação em Tecnologia Educacional, Licenciatura, na modalidade a distância está vinculado ao Instituto de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso e, por essa natureza, conta com a infraestrutura da universidade como um todo, do instituto que oferta o curso, da Secretaria de Tecnologia Educacional (SETEC/UFMT) e, sobretudo, da Universidade Aberta do Brasil (UAB/UFMT).

No entanto, como o curso ocorrerá com o apoio do polos presenciais, a seguir, descreve-se a infraestrutura dos polos nos quais o curso será ofertado em um primeiro momento.

5.1. Infraestrutura dos polos de apoio presencial

Segue abaixo uma descrição sucinta da infraestrutura dos polos de apoio presencial onde serão ofertadas as vagas para o curso de graduação em Tecnologia Educacional, Licenciatura.

5.1.1. Infraestrutura do Polo de Aripuanã/MT

Endereço: Rua Pastor Alfredo Nogueira, n.º 607, Centro, CEP 78325-000, Aripuanã/MT.

Telefone: (66) 3565-2349. E-mail: polouabaripuana@gmail.com.

Turno de funcionamento: Segunda à Sexta-Feira das 07h:00 às 11h:00 e das 13h:00 às 17h:00 (havendo também atendimento a noite e aos finais de semana conforme atendimento dos tutores aos cursos ofertados)

Coordenação do Polo: Professor Douglas Henrique de Assis Ferreira. Endereço: Rua Pastor Alfredo Nogueira, n.º 551, Cidade Alta, CEP 78325-000, Aripuanã/MT. Telefone: (66) 8405-7026 / (66) 8115-9203.

E-mail: douglashistoriador@hotmail.com

Corpo técnico-administrativo: além do coordenador, há, no mínimo, um profissional que responda pela secretaria do pólo, um técnico para suporte de informática e um para a biblioteca, além de um responsável pela organização e limpeza do pólo e os tutores presenciais que serão contratados para o curso.

Descrição da Infraestrutura do Polo:

- **Coordenação e Secretaria:** 01 sala climatizada com aparelho de ar condicionado de 9.000 BTUs, com acesso à internet via cabo e Wi-Fi, 01 linha telefônica com aparelho

de telefone sem fio, mobiliada com 03 escrivaninhas, 02 cadeiras fixas, 02 cadeiras giratórias, 02 computadores, 02 impressoras multifuncionais a laser preto e branco, 01 impressora multifuncional a laser colorida, 02 nobreaks, 03 armários e 01 arquivo de 04 gavetas.

- **Biblioteca:** 01 sala climatizada com 02 aparelhos de ar condicionado de 12.000 BTUs cada, com acesso à internet via cabo e Wi-Fi, mobiliada com 01 escrivaninha, 01 cadeira giratória, 01 computador e 01 impressora multifuncional a laser preto e branco e 01 nobreak de uso do auxiliar de biblioteca, 05 mesas redondas de estudo, 20 cadeiras fixas, 14 estantes com livros, 01 quadro branco, 07 nobreaks e 15 computadores de uso dos acadêmicos.
- **Laboratório de Informática:** 01 sala climatizada com 02 aparelhos de ar condicionado de 9.000 BTUs cada, com acesso à internet via cabo e Wi-Fi, mobiliada com 01 escrivaninha, 01 computador, 01 impressora multifuncional a laser preto e branco e 01 nobreak de uso do técnico de informática ou do tutor presencial, 25 cadeiras fixas, 13 escrivaninhas, 01 quadro branco, 13 nobreaks e 25 computadores de uso dos acadêmicos, 25 fones de ouvido, 25 webcams, 01 aparelho televisor de 42", 01 aparelho de Data Show e 01 notebook.
- **Salas de Aula:** 01 sala climatizada com 02 aparelhos de ar condicionado de 9.000 BTUs cada, com acesso à internet Wi-Fi, mobiliada com 01 escrivaninha, 01 cadeira fixa de uso do tutor presencial, 01 quadro branco, 01 aparelho de Data Show, 01 notebook, 50 cadeiras fixas com braço destro, específicas para o uso dos acadêmicos em aula ou na aplicação de provas.
- **Sala de Tutoria:** 01 sala climatizada com 01 aparelho de ar condicionado de 9.000 BTUs, com acesso à internet via cabo e Wi-Fi, mobiliada com 02 escrivaninhas, 02 cadeiras fixas, 02 nobreaks, 02 computadores, 01 impressora multifuncional a laser preto e branco, 01 quadro branco de uso dos tutores presenciais.
- **Laboratório de Matemática:** 01 sala climatizada com 01 aparelho de ar condicionado de 9.000 BTUs, com acesso à internet via Wi-Fi, mobiliada com 04 armários, 02 mesas redondas, 08 cadeiras fixas para usos dos acadêmicos.
- **Auditório:** 01 auditório climatizado com 06 aparelhos de ar condicionado de 50.000 BTUs cada, com acesso à internet via Wi-Fi, cabine de som com 01 mesa, 01 potência, 01 amplificador, 02 microfones sem fio, 07 caixas de som distribuídas pelo ambiente, capacidade para 400 pessoas sentadas, palco, 02 camarins, 70 lâmpadas fluorescentes, 01 porta grande de acesso principal, 02 saídas de emergência, 01 aparelho de Data Show posto em suporte no teto e 01 notebook.
- **Cozinha:** 01 espaço ventilado com 01 geladeira, 01 freezer, 01 fogão, 01 pia, 01 mesa e 01 balcão de mármore.

- **Banheiro Masculino:** 01 banheiro masculino com 04 repartições de granito contendo 01 vaso sanitário cada, além de mais 01 repartição adaptada para portadores de necessidades especiais, 01 lavatório com 04 torneiras, 01 suporte para sabonete líquido, 01 suporte para papel toalha e 01 espelho grande.
- **Banheiro Feminino:** 01 banheiro feminino com 04 repartições de granito contendo 01 vaso sanitário cada, além de mais 01 repartição adaptada para portadoras de necessidades especiais, 01 lavatório com 04 torneiras, 01 suporte para sabonete líquido, 01 suporte para papel toalha e 02 espelhos grandes.

5.1.2. Infraestrutura do Polo de Água Boa/MT

Endereço: Rua 01, nº 2301. Bairro Tropical. CEP:78.635- 000

Telefone: (66) 3468-2736

Turno de Funcionamento: Segunda à Sábado (Horários de acordo com os cursos ofertados).

Coordenação: Julienne Ferreira Vieira

Endereço Residencial: Rua:14, Quadra 20. Bairro Cristalino III

CEP:78.635-000

Telefones de contato (fixo e celulares): (66) 3468-6409 / (66) 8411-8877

Email: julienneferreiravieira@hotmail.com

Corpo técnico-administrativo: além do coordenador, há um profissional que responde pela secretaria do polo, um técnico para suporte de informática e um para a biblioteca, além de um responsável pela organização e limpeza do polo e os tutores presenciais que serão contratados para o curso.

Descrição da Infraestrutura do Polo:

- **Salas administrativas:** Sala coordenação: 33 m². Descrição dos equipamentos e móveis disponíveis: 01 mesa em L com gaveteiro; 01 cadeira giratória; 02 Armário de aço com Maçaneta; 01 Computador com multimídia; 01 Webcam; 01 Nobreak 1400 va; 01 Suporte para CPU;01 Ar Condicionado de 24.000 BTUs; 01 Roteador Wireless.
- **Sala secretaria:** 27,75 m². Descrição dos equipamentos e móveis disponíveis: 01 mesa em L com gaveteiro; 01 cadeira giratória; 01 mesa para fax; 02 Arquivo de aço com 4 gavetas; 03 cadeira fixa; 01 Scanner; 01 computador.

- **Biblioteca:** Tamanho da sala: 52,08 m². Descrição dos equipamentos e móveis disponíveis: 05 mesas redondas; 20 cadeiras fixas; 01 Armário baixo e alto smart; 01 Ar Condicionado SPLIT 24.000 BTUS. Técnicos responsáveis (bibliotecário) Enerina Fiorentini Mews. Turno de funcionamento e horário de atendimento de cada técnico: Horário de acordo com os cursos ofertados. Acervo com total de títulos e exemplares: Não há. O acervo será adquirido de acordo com os cursos ofertados.
- **Laboratórios de Informática:** Tamanho da sala : 68.62 m², Descrição dos equipamentos e móveis disponíveis: 25 Computadores; 40 cadeira fixa; 01 armário de segurança em aço; 01 mesa de fax; 30 Webcam; 01 Impressora Laser; 01 DVD com Karaokê ; 01 TV 42" LCD; 01 HUB SWITCH 24 portas; 01 Roteador Wireless; 01 Scanner; 01 Ar Condicionado Split Teto 60.000 BTUs. Descrição da banda da internet: 10 mega. Técnico responsável: Artur Luiz Seibt. Turno de funcionamento e horário de atendimento do técnico: período matutino e vespertino e quando for solicitado.
- **Salas de aula:**
 - Sala 01:** 53,64 m², Descrição dos equipamentos e móveis disponíveis: 30 cadeiras universitárias (destra) com prancheta frontal escamoteável; 02 cadeiras universitárias (carnota) com prancheta frontal escamoteável; 01 mesa para professor c/ duas gavetas; 01 cadeira fixa para professor; 01 quadro escolar branco; 01 Ar Condicionado Split Teto 60.000 Btus; 01 Roteador Wireless.
 - Sala 02:** 53,73 m², Descrição dos equipamentos e móveis disponíveis: 30 cadeiras universitárias (destra) com prancheta frontal escamoteável; 02 cadeiras universitárias (carnota) com prancheta frontal escamoteável; 01 mesa para professor c/ duas gavetas; 01 cadeira fixa para professor; 01 quadro escolar branco; 01 Ar Condicionado Split Teto 60.000 Btus; 01 Roteador Wireless.
- **Salas de tutoria/Apoio pedagógico:**
 - sala 01:** 21 m², Descrição dos equipamentos e móveis disponíveis: 01 mesa em L com gaveteiro; 01 cadeira giratória; 03 cadeiras fixas; 01 computador C/ multimídia; 01 Impressora Laser; 01 Webcam; 01 Scanner; 01 Armário de aço com maçaneta; 01 Ar Condicionado Split 18.000 BTUs.
 - Sala 02:** 21 m². Descrição dos equipamentos e móveis disponíveis: 01 mesa em L com gaveteiro; 01 cadeira giratória; 03 cadeiras fixas; 01 computador C/ multimídia; 01 Webcam; 01 Armário de aço com maçaneta; 01 Mesa redonda; 01 Ar Condicionado Split 18.000 BTUs.
- **Outros espaços:** Cozinha: 8,04 m², Cantina: 31,08 m², WC Masculino: 7,63 m², WC Feminino: 7,63 m², WC PNE Masculino / Feminino: 3,84 m², Área Livre com rampas de acesso-

bilidade: 350,35 m², Estacionamento: 1.891,50 m², Quadra Poliesportiva Tropical:1.321 m², Campo de Futebol: 9.182 m².

5.1.3. Infraestrutura do Polo de Diamantino/MT

Endereço: Rodovia Senador Roberto Campos (MT – 240), s/n (antiga Escola Agrícola), CEP: 78.400-000,

Telefones: (65) 3336-1604/2999.

Email: polouab2013@yahoo.com.br

Turno de funcionamento: de segunda a sexta, nos períodos matutino e vespertino. Às terças, quartas e sextas-feiras, no período noturno. Aos sábados, no período matutino e, no vespertino, quando há necessidade. Aos domingos, quando há necessidade.

Coordenação: Carla Adriana Rossi Ramos.

Telefones:(65) 3336-2999, (65) 3336-1604.

Email: coord.diamantino.dead@unemat.br

Corpo técnico-administrativo: além do coordenador, há um profissional que responde pela secretaria do polo, um técnico para suporte de informática e um para a biblioteca, além de um responsável pela organização e limpeza do polo e os tutores presenciais que serão contratados para o curso.

Descrição da Infraestrutura do Polo:

- **Salas administrativas:** Sala Coordenação, com área de 21m², contendo 01 Mesa com 06 cadeiras, 01 Armário de madeira com duas portas, 01 computador completo, 01 Mesa para computador, 01 mesa p/ impressora, 01 impressora HP 1660, 01 cadeira giratória, 01 Ar condicionado e 01 Aparelho de telefone sem fio. Sala secretaria: 21 m², com depósito em anexo com 14m² e os seguintes equipamentos e móveis: 01 Computador completo, 03 Armários de aço com duas portas, 02 Arquivos c/ quatro gavetas, 01 arquivo com 05 gavetas, 01 Cadeira Giratória, 02 Cadeiras almofadas, 01 Ar condicionado, 01 Mesas p/ impressora, 01 Escrivadinha, 01 Mesa p/ computador, 01 Nobreak, 01 Estabilizador e 01 aparelho de fone e fax.
- **Biblioteca:** área de 90.46 m² com os seguintes equipamentos e móveis: 10 prateleiras de aço, 01 prateleira porta revista de aço, 02 Computadores completos (administrativo), 04 computadores (para consulta), 01 Mesa p/ computador, 01 Armário de aço, 01 Arquivo de aço 05 gavetas, 01 Cadeira giratória, 03 Mesas grandes, 18 Cadeiras estofadas, 01

Tv 20”, 01 Impressora, 01 Nobreak, 02 Aparelhos de Ar condicionado, 01 Transcoder, 01 Minigravador, 01 Perfurador para encadernação, 01 Plastificadora e 01 Grampeador de apostilas.

Política de informatização da consulta ao acervo: o polo possui um programa para controle de empréstimo. Acervo com total de títulos: 1.699 e 5 887 exemplares. Funcionária Responsável: Profª Esp. Gânia Terezinha Pereira.

Turno de funcionamento e horário de atendimento: Matutino: segundas, quintas e sextas-feiras e Sábado. Noturno: terças, quartas e quintas-feiras.

- **Laboratório de Informática e Webconferência:** sala com 84.63m², contendo 50 Computadores, 01 TV 34”, 01 Data Show, 01 Filmadora / Máquina Fotográfica, 02 Telas para projeção, 26 Mesas para computador/dois lugares, 22 Cadeiras giratórias, 18 Cadeiras estofadas, 10 mesas escolares, 10 cadeiras de madeira, 01 Armário de madeira para TV, 02 Aparelhos de Ar-Condicionado, 01 Impressora, 01 Arquivo de aço, 02 notebook, 01 Impressora a Laser, 01 nobreak de 05 kva, 01 servidor, 01 caixa de som amplificada, 01 webcam semiprofissional, 05 webcam, 04 microfones sem fio, 02 wireless e 34 headset. Internet 02 Mbps.

Técnico responsável: Donizete Costa de Souza.

Turno de funcionamento e horário de atendimento do técnico: Matutino: segundas, terças, quintas, sextas-feiras e sábados; Vespertino: quartas-feiras e sábado; Noturno: quartas-feiras.

- **Salas de aula:** Sala 01, com 50m², contendo 02 aparelhos Ar condicionado, 01 Quadro Branco Grande, 32 cadeiras de madeiras, 32 mesas escolares, 01 escrivaninha, 01 armário de madeira, 01 TV 29”, 01 Som 3 em 1, 01 tela de projeção.(Aguardamos novas carteiras universitárias). Sala 02, com 95.59m², contendo 01 escrivaninha, 01 cadeira almofadada e 60 jogos de mesinhas e cadeiras;
- **Salas de tutoria/Apoio pedagógico:** 48m², dispondo de 01 mesa grande com 06 cadeiras estofadas, 03 Armários de aço com duas portas, 02 Arquivos de aço com 04 gavetas, 03 computadores completos, 01 impressora, 03 mesas para computador, 01 Escrivaninha, 03 cadeiras giratórias, 01 Aparelho de Ar condicionado e 01 wireless.
- **Outros espaços:** Auditório com 95.59 m². Copa com 42.08 m² de área (incluindo dois depósitos anexos), contendo 01 mesa, 01 geladeira pequena, 01 freezer, 02 fogões, 01 bebedouro, 01 armário de madeira e utensílios diversos. Sanitário feminino, com 25.58m² (sanitário administrativo em anexo) e sanitário Masculino com 41.88 m² de área.
- **Espaço para convivência** com 384 m² de área coberta com 20 jogos de mesas e cadeiras escolares.

5.1.4. Infraestrutura do Polo de Cuiabá/MT

Endereço: Rua Comandante Costa nº 1927, Centro Sul.

Telefones: (65)

Email: uab.polocuiaba@gmail.com.

Turno de funcionamento: Segunda à Sábado (Horários de acordo com os Cursos Ofertados)

Coordenação: Elizabete Regina Rossetto. Endereço Residencial: Rua Professor Rafael Rueda, nº 180. Bairro Bosque da Saúde. Apto 104 A. CEP 78050-170. Cuiabá, MT. Telefone: (65) 3653-0895. Celular:(65) 9604-1034. Email: elizabete.rosseto@seduc.mt.gov.br.

Corpo técnico-administrativo: além do coordenador, há um profissional que responde pela secretaria do pólo, um técnico para suporte de informática e um para a biblioteca, além de um responsável pela organização e limpeza do polo e os tutores presenciais que serão contratados para o curso.

Descrição da infraestrutura do polo:

- **Salas administrativas:** Sala da coordenação, com 25,28 m², contendo 02 mesas com gaveteiro; 02 cadeiras giratórias; 01 Armário de 2 portas; 03 Computador com multimídia; 02 Webcam; 03 Nobreak 1400 va; 01 Ar Condicionado de 24.000 BTUs; 01 Roteador Wireless. 01 Impressora multifuncional. 01 mesa de reunião com 08 cadeiras. Sala da secretaria, com 16.4 m², contendo 02 mesas com gaveteiro; 02 cadeira giratória; 03 Armário de com 4 gavetas; 04 cadeiras fixa; 01 Scanner; 02 computadores; 01 Impressora multifuncional.

Técnico responsável: Antônio Almeida Rios.

- **Biblioteca:** Tamanho da sala: 18,67 m², dispondo de 02 mesas redondas; 10 cadeira fixa; 01 Armário baixo e alto smart; 01 Ar Condicionado SPLIT 24.000 BTUS.

Técnico responsável Nailze Paula da Silva.

Turno de funcionamento e horário de atendimento do técnico: Horário de acordo com os cursos ofertados. Acervo com total de títulos e exemplares: 600 livros. O acervo será adquirido de acordo com os cursos ofertados.

- **Laboratórios de Informática:** sala com 64,87 m², contendo: 30 Computadores; 50 cadeiras fixas; 01 armário de segurança em aço; 01 HUB SWITCH 24 portas; 01 Roteador Wireless; 01 Ar Condicionado Split Teto 60.000 BTUs. Descrição da banda da internet fibra ótica: 40 megas.

Técnica responsável Suelen de Paula S Appel.

Turno de funcionamento e horário de atendimento durante período matutino e vespertino e quando for solicitado.

- **Salas de aula:** Sala 01: 37,12m², contendo 40 cadeiras universitária destra com prancheta frontal escamoteável; 02 cadeiras universitária canhota com prancheta frontal escamoteável; 01 mesa para professor c/ duas gavetas; 01 cadeira fixa para professor; 01 quadro escolar branco; 01 Ar Condicionado Split Teto 60.000 Btus; 01 Roteador Wireless. 01 Data Show. Sala 02, com 30,19 m² e contendo 30 cadeiras universitária destra com prancheta frontal escamoteável; 02 cadeiras universitária canhota com prancheta frontal escamoteável; 01 mesa para professor c/ duas gavetas; 01 cadeira fixa para professor; 01 quadro escolar branco; 01 Ar Condicionado Split Teto 60.000 Btus; 01 Roteador Wireless, 01 Data Show. Sala 03 com 32,83 m², contendo 30 cadeiras universitária destra com prancheta frontal escamoteável; 02 cadeiras universitária canhota com prancheta frontal escamoteável; 01 mesa para professor c/ duas gavetas; 01 cadeira fixa para professor; 01 quadro escolar branco; 01 Ar Condicionado Split Teto 60.000 Btus; 01 Roteador Wireless. 01 Data Show.
- **Salas de tutoria/Apoio pedagógico:** sala com 18,12 m², dispendo de 07 mesas com gaveteiro; 07 cadeira giratória; 04 cadeiras fixas; 07 computadores C/ multimídia; 01 Impressora multifuncional; 04 Webcam; 01 Scanner; 01 Armário de aço com maçaneta; 01 Ar Condicionado Split 24.000 BTUs. Professora Rosilene de Fátima Basso.
- **Auditório:** 90 cadeiras; 01 mesa de reunião; 08 cadeiras fixa; 01 quadro escolar branco; 01 Ar Condicionado Split Teto 60.000 Btus; 01 Roteador Wireless. 01 Data Show, 01 mesa redonda.
- **Outros espaços:** Cozinha: 9,22 m², contendo fogão, geladeira e microondas.; Banheiro Masculino 01 e 02: 7,63 m², cada e Banheiro Feminino 01 e 02, com 7,63 m², cada um; WC PNE Masculino / Feminino: 3,84 m²; Área Livre com rampas de acessibilidade: 162,87 m², Área de circulação do bloco 1, com 54,09 m² e Bloco 2, com 33,40 m²; Recepção com 14,8 m²; Sala reunião, com 9,75 m²; Almojarifado com 12,83 m²; Área de serviço, de 18,04 m²; Copa cozinha, com 9,22 m².

5.2. Infraestrutura existente e demandada

5.2.1. Infraestrutura física existente e recursos humanos existentes

Tanto nos polos quanto na sede da UFMT, a infraestrutura física existente atende satisfatoriamente às necessidades do curso, mesmo porque os polos só podem pleitear cursos se estiverem aptos.

5.2.2. Demanda de recursos humanos

Os recursos humanos dos polos são vinculados diretamente aos seus respectivos mantenedores.

5.2.3. Demanda de infraestrutura física

Quando há necessidade de melhorias na infraestrutura física, a demanda é encaminhada pela coordenação do polo ao mantenedor do mesmo (prefeitura ou Estado de Mato Grosso), que tomará as providências cabíveis.

5.2.4. Demanda de equipamentos

Assim como na estrutura física, a aquisição de equipamentos nos polos também é de responsabilidade dos mantenedores, conforme acordo celebrado nos convênios de oferta do curso nos municípios solicitantes.

5.3. Material didático

O material didático principal utilizado pelos estudantes são os fascículos produzidos para atender cada componente curricular.

Por se tratar de um curso diferenciado na sua organização curricular, o material didático utilizado precisará ser produzido especificamente para atender as metas previstas para cada componente curricular.

Os fascículos serão impressos e distribuídos a cada aluno do curso e também disponibilizados nas bibliotecas dos polos e da sede. Além da versão impressa também é disponibilizada a versão eletrônica, no ambiente virtual de aprendizagem. Outro material produzido serão os guias didáticos, utilizados nas atividades presenciais e a distância.

6. GESTÃO DO CURSO

6.1. Órgãos colegiados e comitê de ética

6.1.1. NDE

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) para este curso ainda não foi definido; no entanto, pela natureza do trabalho realizado, pode-se afirmar que, neste momento, o NDE está composto pelos docentes que integraram a comissão de elaboração deste Projeto Pedagógico do curso, uma vez que, de acordo com o SINAES, compete ao NDE a “concepção, acompanhamento, consolidação e avaliação do PPC”

O NDE tem um papel fundamental durante todo o desenvolvimento do curso, contribuindo sistematicamente com o processo de ensino-aprendizagem, devendo, ainda, participar ativamente das ações encaminhadas pelo colegiado e pela coordenação do curso.

6.1.2. Colegiado de curso

O colegiado do curso será composto por:

- a) Coordenador do Curso, como seu presidente, a partir de Portaria de nomeação designada por instância da UFMT competente;
- b) pelo menos 04 (quatro) representantes do corpo docente.

O colegiado de curso é constituído por docentes indicados pelos seus pares, representantes do corpo discente e pelo coordenador do curso que o preside, cuja portaria é expedida pela PROEG.

São atribuições do Colegiado de Curso:

- Propor o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) para apreciação e aprovação do CONSEPE;
- Avaliar a execução didático-pedagógica na implantação do PPC tendo como foco principal a qualidade de ensino;
- Propor modificações no PPC considerando as exigências da formação profissional pretendida em conformidade com as normas vigentes;
- Aprovar em instância final e promover a integração das atividades acadêmicas;
- Definir os regulamentos dos estágios e das atividades teórico-práticas;
- Aprovar atividades especiais pedagógicas propostas para curso;

- Elaborar plano específico de sequência curricular diferenciada para os alunos com dificuldades de acompanhamento das atividades propostas na plataforma ou nas atividades presenciais, respeitando-se o limite máximo de tempo para integralização da Matriz Curricular respectiva;
- Aprovar as atividades acadêmicas complementares;
- Avaliar o material didático pedagógico produzido pelos professores do curso;
- Analisar e emitir parecer sobre trancamento de matrícula;
- Deliberar sobre questões relativas à vida acadêmica tais como frequência, adaptações de estudos ou programa, aproveitamento de estudos e equivalência de atividades acadêmicas, exames e avaliações.

O colegiado se reunirá ordinariamente duas vezes por semestre; no entanto sempre que houver necessidade outras reuniões são marcadas para deliberar sobre aquilo que estiver em pauta.

6.2.Coordenação e avaliação do curso

6.2.1. A coordenação do curso

A Coordenação é exercida por um docente que esteja vinculado a um dos cursos pilares do projeto pedagógico do curso. São requisitos necessários atuar na área de ensino e experiência de pelo menos 5 anos de magistério.

Compete ao Coordenador do curso:

- 1 - Convocar e presidir o Colegiado de Curso;
- 2 - Coordenar as atividades do colegiado;
- 3 - Comunicar e encaminhar todas as deliberações do colegiado a quem de direito para que sejam cumpridas;
- 4 - Adotar medidas de urgência “*ad referendum*” do colegiado;
- 5 - Acompanhar as atividades dos professores especialistas, dos tutores presenciais, dos professores conteudistas e dos tutores à distância;
- 6 - Coordenar e acompanhar a elaboração do material didático pedagógico do curso;
- 7 - Responsabilizar-se pela distribuição de material didático em seu polo;

8 - Responsabilizar-se pelos planos de viagem da equipe de professores e tutores na ocasião dos deslocamentos para os municípios polos;

9 - Elaborar relatório anual sobre o desenvolvimento do curso;

10 - Acompanhar o processo de registro acadêmico de cada estudante

6.2.2. Avaliação interna e externa do curso

A avaliação do curso inclui os processos internos e externos, pois a combinação dessas duas possibilidades permite identificar diferentes dimensões daquilo que é avaliado, diferentes pontos de vista, particularidades e limitações, incluindo-se aqui a avaliação do desempenho dos estudantes (ENADE – Exame Nacional de Desempenho de Estudantes), a ser realizado em conformidade à legislação em vigor.

Diversos instrumentos e métodos combinados serão utilizados para a avaliação interna, conforme necessidades e situações específicas, focos e aprofundamentos exigidos pela própria dinâmica de atuação da UFMT. Os instrumentos a serem utilizados envolvem alunos e avaliação pelos servidores.

As dimensões a serem avaliadas são:

- analisar e avaliar o plano do curso, sua execução e aplicabilidade, além de definir propostas de redirecionamento;
- analisar a produção acadêmica visando possíveis mudanças, atualizações e adequações;
- avaliar a relação do curso com a comunidade por meio da avaliação institucional, buscando fazer com que a atividade acadêmica se comprometa com a melhoria das condições de vida da comunidade;
- avaliar os recursos humanos envolvidos no curso, buscando aprimorar o desenvolvimento profissional de forma permanente;
- avaliar o grau de independência e autonomia da gestão acadêmica, os mecanismos de gestão, buscando coerência entre os meios de gestão e o cumprimento dos objetivos e planejamento institucional;
- infraestrutura física e tecnológica - sua adequabilidade para atendimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão a satisfação dos usuários dos serviços prestados, com vistas à definição de propostas de redimensionamento;
- adequação do projeto do curso ao plano de desenvolvimento institucional;

- avaliar as formas de atendimento ao corpo discente e integração deste à vida acadêmica, identificando os programas de ingresso, acompanhamento pedagógico, permanência do estudante, participação em programas de ensino, pesquisa e extensão, a representação nos órgãos estudantis, buscando propostas de adequação e melhoria desta prática na UFMT para a qualidade da vida estudantil e a integração do aluno à comunidade.

Destaca-se que será adotada uma metodologia participativa, conforme orientação da avaliação institucional e os métodos adotados partem do individual para o coletivo, favorecendo a convergência dos dados em torno de objetivos comuns, bem como a busca compartilhada de soluções para os problemas apresentados.

A avaliação do material didático quanto aos aspectos científico, cultural, ético e estético, didático-pedagógico, motivacional, sua adequação ergonômica aos alunos e às TIC utilizadas também será enfatizada. Todo o material didático constitui-se como dinamizadores da construção curricular e também como um elemento balizador metodológico do curso. Na avaliação do material didático será considerado:

a) Quanto ao material impresso, serão analisados:

- se o material utilizado facilita a aprendizagem;
- sua correta utilização;
- se sua disponibilidade aos alunos está garantida;
- se são motivadores da aprendizagem;
- se estão adequados aos objetivos e atendem ao método;
- se os recursos privilegiam uma tecnologia mais avançada;
- se os recursos possibilitam o desenvolvimento da prática;
- se os recursos/meios foram planejados;

b) Quanto ao material virtual e visual será observado se permite:

- maior flexibilidade de tempo e espaço para a aprendizagem;
- maior acesso a informações, conhecimentos e trocas de experiências e ideias;
- maior interação entre alunos e professores;
- maior participação e exploração;

- maior feedback e cooperação;
- maior autonomia e iniciativa;
- aprendizagem autodirigida (o aluno procura o conhecimento, explora e direciona a aprendizagem);
- aprendizagem auto planejada (agendas ajustáveis às conveniências, necessidades e ritmos de cada aluno);

c) se a internet é usada:

- como recurso para a identificação, avaliação e integração de uma grande variedade de informações;
- como um meio para colaboração, conversação, discussões, troca e comunicação de ideias;
- como uma plataforma para a expressão e contribuição de conceitos e significados;

d) se a apresentação de conteúdo sob a forma de hipertexto torna a sua natureza dinâmica se comparado com material estático de livros ou bibliografias utilizadas;

e) se os estudantes têm a escolha de uma variedade de mídias para expressar suas compreensões e podem adicionar ou enriquecer o material didático oferecido por meio dos recursos disponibilizados para interação;

f) se o correio eletrônico tem facilitado o estudo e a aprendizagem;

g) se a videoconferência tem contribuído para aprendizagem e interação com os especialistas.

6.2.3. Acompanhamento e avaliação do PPC

A avaliação institucional é um processo cíclico, criativo e renovador de análise, interpretação e síntese das dimensões que definem a instituição, visa o aperfeiçoamento da qualidade do ensino, da aprendizagem e da gestão institucional com a finalidade de dar continuidade ao processo de transformação da própria universidade e da sociedade, enquanto uma instituição comprometida com o ensino, à pesquisa e a extensão.

A Lei no 10.861, de 14 de abril de 2004, instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES); regulamentado pela Portaria no 2.051 de 09/07/2004. Tem como objetivo assegurar o processo nacional de avaliação, cuja finalidade é a melhoria da qualidade da edu-

cação superior, a promoção do aprofundamento dos compromissos de responsabilidades sociais, seus valores democráticos, respeito à diferença e à diversidade, afirmação da autonomia e identidade institucional.

Sob a responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) a avaliação institucional é um dos processos do sistema nacional de avaliação, também composto pela: avaliação dos cursos de graduação e avaliação do desempenho dos estudantes (ENADE).

Para subsistir, o processo de auto avaliação da UFMT, além da documentação, normas, legislações e Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), a Comissão Própria de Avaliação (CPA) realiza pesquisa de auto avaliação e conta com a participação voluntária de todos os segmentos: dirigentes, técnicos, discentes, docentes, egressos e comunidade externa.

A avaliação institucional, por conseguinte, ocorre em dois momentos:

- Avaliação interna / auto avaliação: que é o processo de avaliação interna da instituição, conduzido pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), que deve sistematizar e prestar as informações solicitadas pelo INEP e disponibilizá-las à instituição para que sejam estabelecidas estratégias de ação para melhoria das condições de ensino;
- Avaliação externa: que é conduzida por comissões externas designadas pelo INEP, segundo diretrizes da CONAES e acompanhadas pela CPA.

A avaliação conduzida pela CPA tem como principais objetivos:

- a) Produzir conhecimentos sobre todas as ações acadêmicas desenvolvidas pela instituição;
- b) Pôr em questão os sentidos do conjunto de atividades e finalidades cumpridas pela instituição;
- c) Identificar as causas dos problemas e deficiências apresentadas pelas unidades acadêmicas e administrativas;
- d) Aumentar a consciência pedagógica e capacidade profissional do corpo docente, técnico administrativo e discente da instituição;
- e) Fortalecer as relações de cooperação e de trabalho profissional entre os diversos atores institucionais;
- f) Tornar mais efetiva a vinculação da UFMT com a comunidade mato-grossense e regional;
- g) Julgar a relevância científica e social das atividades e resultados do PDI;
- h). Prestar contas à sociedade mato-grossense sobre as ações e políticas propostas pela UFMT

7. DISPOSIÇÕES GERAIS

7.1. Parcerias e convênios necessários ao desenvolvimento do curso

O curso de graduação em Tecnologia Educacional, Licenciatura, na modalidade a distância, da Universidade Federal de Mato Grosso, no âmbito da Universidade Aberta do Brasil, será subsidiado por agências de fomento destinadas pelo Ministério da Educação, conforme já apresentado no presente projeto.

Entretanto, para seu pleno funcionamento, é necessário que haja mais parcerias e, entre elas, destaca-se a parceria firmada com os mantenedores dos Polos de Apoio Presencial, especialmente com as prefeituras dos municípios que abrigam os polos.

Estas parcerias têm como finalidade proporcionar ao curso a estrutura necessária para seu funcionamento e a logística de apoio aos alunos. Assim, a responsabilidade pela estrutura física, incluindo as salas de aula, os laboratórios de informática e demais estruturas necessárias para que o aluno possa desenvolver o aprendizado, fica a cargo do mantenedor do polo – governo municipal ou estadual.

Estas parcerias encontram-se demonstradas por meio dos convênios firmados e disponibilizados no Anexo B.

7.1.1. Termos de compromisso – direção das Unidades Acadêmicas envolvidas com o curso

Os componentes curriculares do curso de graduação em Tecnologia Educacional, Licenciatura, na modalidade a distância, pela sua natureza, contemplam atividades de caráter eminentemente pedagógico, da área da informática e da área da comunicação.

Uma das características do curso na modalidade a distância é não possuir quadro próprio, visto que o seu corpo docente é formado por professores de outros cursos, departamentos ou institutos da UFMT, com formação na área de abrangência do curso em questão.

Ainda que não se possa estabelecer a vinculação de um determinado docente a uma ou mais disciplinas de forma definitiva, o Instituto de Educação, proponente do curso, articulou-se a Faculdade de Comunicação e Artes e ao Instituto de Engenharia da Computação para que, por meio da parceria entre os profissionais, o curso seja ofertado com a qualidade desejada e objetivada pela Universidade Federal de Mato Grosso.

O Termo de compromisso da direção do Instituto acima referido está anexado neste projeto (Anexo C).

BIBLIOGRAFIA

ALONSO, Kátia Morosov; NEDER, Maria Lúcia Cavalli; PRETI, Oreste. A Licenciatura Plena em Educação Básica 1ª e 4ª séries, através de modalidade de EAD. Cuiabá: IE/UFMT,1993.

ALONSO, Katia Morosov; NEDER, Maria Lúcia Cavalli. O Projeto de Educação a Distância da Universidade Federal de Mato Grosso: aspectos definidores de sua identidade. Em Aberto, Brasília: ano 16, nº 70, p.120-125.1996.

ANJOS, Alexandre M dos; MACIEL, Cristiano; ALONSO, Katia Morosov. Objetos de Aprendizagem: uma Proposta para Produção de Conteúdo Digital no NEAD. In: World Congress on Computer Science, Engineering and Tecnology Education, 2006, Itanhaém. WCCSETE'2006 New Engineering to a New World. Santos/SP: IEEE/COPEC, 2006

BARROS, J. P., D'AMBRÓSIO, U., Computadores, escola e sociedade, Scipione, SP, 1988

BRETON, Philippe. História da Informática. Trad. Elcio Fernandes. São Paulo: Ed.Unesp, 1991.

DERTOUZOS, M.; O Que Será – Como o Novo Mundo da Informação Transformará Nossas Vidas; Companhia das Letras; 1997.

FEDELI, Ricardo Daniel e Outros. Introdução à Ciência da Computação. São Paulo: Thomson Learning, 2003.

HOROWITZ, E., SAHNI, S., RAJASEKARAN, S., Computer Algorithms, Pseudocode, Computer Science ,1997

KNUTH, D. E., The Art of Computer Programming: Sorting and Searching, Addison-Wesley.

LADD, S. R., Java Algorithms, McGraw-Hill, 1998.

LANCHARRO, Eduardo A. Informática Básica. São Paulo, Makron Books, 1991.

LEVY, Pierre, As tecnologias da Inteligência – O Futuro do Pensamento na Era da Informática; editora 34, 1994

LEVY, Pierre, Cibercultura; Editora 34,1999.

MARTINS, O. B. A educação superior à distância e a democratização do saber. Petrópolis: Vozes, 1991.

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Federal de Mto Grosso. Período de vigência de 2013 a 2018. (disponível em <http://www.ufmt.br/ufmt/unidade/index.php/secao/visualizar/10063/PROPLAN>. Acesso em 24 nov. 2015)

PAPERT, S., LOGO: computadores e educação, Brasiliense, SP, 1985

PAPERT, S.; A máquina das crianças; Editora Artes Médicas; Porto Alegre; 1994.

PAULA FILHO, Wilson de Pádua. Multimídia – Conceitos e Aplicações. Rido de Janeiro: LTC, 2000.

PEREIRA, V. Multimídia computacional. São Paulo: Visual Books, 2001.

POZO, Juan Ignacio; Teorias Cognitivas da Aprendizagem; Artes Médicas, 3ª Edição, 1994.

ROCHA, H. V.; BARANAUSKAS, M. C. C. Design e avaliação de interfaces Humano-Computador. Campinas (SP). NIED Unicamp, 2003.

SBC, Revista Brasileira de Informática Educativa, UFSC

SEDEGWICK, R., Algorithms in C, Addison-Wesley, 1990.

SILVA, Diller Grisson. Manual de Informática. São Paulo: D ´ livros. 1997.

TENÓRIO, R. M., Computadores de papel: máquinas abstratas para um ensino concreto, Cortez, SP, 1991

TERADA, R., Desenvolvimento de algoritmo e estruturas da dados, Makron books, 1991.

TUBINO, M. J. G., Tecnologia educacional: das máquinas de aprendizagem à programação funcional por objetivos de ensino, Ibrasa, SP, 1984

VALENTE, J. A., Computadores e conhecimento, UNICAMP, Campinas, 1993

VASCONCELOS, Laércio. Multimídia nos PCs Modernos. São Paulo: Makron Books, 2003.

VIEIRA, Newton José; Introdução aos Fundamentos da Computação. São Paulo: Thomson Learning, 2006.

WAITE, M., LAFORE, R. Data Structures & Algorithms in Java, Waite Group Pr, 1998.

WHITE, Ron. Como funciona o computador. São Paulo: Quark, 1993.

WINN, R. L. Desvendando o hardware. Rio de Janeiro: Campus, 1993.

8. APÊNDICE A – EMENTAS

COMPONENTE CURRICULAR:	Carga horária:	Unidade Acadêmica Ofertante
Processos de Aprendizagem em EaD	48 horas	IE/DTFE
Carga horária prática	CH da Prática Como Componente Curricular	
8 horas	-	
Objetivo: Apresentar aos alunos os conceitos, definições e a organização do processo ensino/aprendizagem na Educação a Distância (EaD), capacitando-os para utilização do Ambiente Virtual de Aprendizagem – MOODLE		

EMENTA

A orientação em EaD; A organização do processo ensino/aprendizagem na EaD; Procedimentos de estudos; os diferentes estilos de aprendizagem; AVA/Moodle; Internet; Recursos de comunicação no ambiente web; Utilização de materiais didáticos impressos, virtual e audiovisual; A aprendizagem no cotidiano da EaD.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MARINONI, Luciane. Educação à Distância. Campinas: Autores Associados, 2001.

FRAGALE FILHO, Roberto da Silva. Educação à Distância: análise dos parâmetros legais e normativos. Rio de Janeiro: DP & A, 2003.

UNESCO. Aprendizagem aberta e a distância: perspectivas e considerações sobre políticas educacionais. Florianópolis: Imprensa Universitária, 1997.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BROOKSHEAR, J. Glenn. Ciência da Computação: uma visão abrangente; trad. Cheng Mei Lee. 5a Edição, Porto Alegre: Bookman, 2000.

CARVALHO, Marie Jane Soares et al. Aprendizagem em rede na educação a distância. Porto Alegre: Ricardo Lenz, 2007.

BEHAR, Patrícia A. Modelos Pedagógicos em Educação a Distância. Rio Grande do Sul: Artmed, 2008.

PAULINO FILHO, Athail R. Moodle: um sistema de gerenciamento de cursos. Brasília: Ed.UnB, 2006.

VIEIRA, Newton José. Introdução aos fundamentos da Ciência da Computação: linguagens e máquinas. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006.

TANENBAUM, A. S. Organização estruturada de computadores. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2004

STALLINGS, W. Arquitetura e organização de computadores. 5. ed. São Paulo: Prentice-Hall, 2002.

COMPONENTE CURRICULAR:	Carga horária:	Unidade Acadêmica Ofertante
Tecnologias Digitais da Informação de Comunicação (TDIC) na Educação	64 horas	IE/DTFE
Carga horária prática	CH da Prática Como Componente Curricular	
8 horas	-	
Objetivo: Propiciar visão sobre cultura digital e o uso mais intenso das TDIC na educação, considerando os processos do ensinar e aprender com tais tecnologias, evidenciando transformações curriculares, das práticas pedagógicas e discentes na organização escolar.		

EMENTA

Cultura digital; Histórico e importância das TDIC na educação. Abordagens sobre o uso de diferentes recursos tecnológicos na educação. Projetos educacionais com uso das TDIC e o currículo escolar. Educação Inclusiva. Acessibilidade. Introdução a tópicos como literacia digital, e linguagens multimídia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARROS, D. M. V. Estilos de Aprendizagem e o uso das Tecnologias. Artesanato Educacional, 2014.

CASTELLS, Manuel. A galáxia da Internet: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade. Trad. Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

LÉVY, Pierre (1999) Cibercultura. São Paulo: Editora 34, 1999.

MORAN, J. M.; MASETTO, M. T.; BEHRENS, M. A. Novas Tecnologias e Mediação Pedagógica. Campinas-SP: Papirus, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MATTAR, J. Web 2.0 e Redes Sociais na Educação. Artesanato Educacional, 2013.

Artigos Científicos publicados recentemente para buscar novas abordagens da aplicação da Informática na Educação em diferentes contextos.

OLIVEIRA, R. Informática educativa. Campinas: Papirus Editora, 1997. OLIVEIRA, C. COSTA, J. MOREIRA, M. Ambientes Informatizados de Aprendizagem: Produção e Avaliação de Software Educativo. Campinas (SP): Papirus, 2001.

PAPERT, Seymour. A máquina das crianças: repensando a escola na era da informática. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

ARMSTRONG, Alison; CASEMENT, Charles. A Criança e a Máquina: como os computadores colocam a educação de nossos filhos em risco. Trad. Ronaldo Cataldo Costa. Porto Alegre, RS: Artmed, 2001.

COMPONENTE CURRICULAR:	Carga horária:	Unidade Acadêmica Ofertante
Leitura e produção de textos	48 horas	FCA
Carga horária prática	CH da Prática Como Componente Curricular	
-	-	
Objetivo: Propiciar ao aluno condições para desenvolver habilidades de leitura crítica e produção textual escrita, possibilitando o reconhecimento da funcionalidade e dos modos de organização de gêneros textuais escritos próprios do contexto acadêmico		

EMENTA

Leitura e análise de textos em sua intertextualidade, observando as diferentes funções e análise dos elementos estruturais; Instrumentalização da língua portuguesa; Leitura e produção de parágrafos coerentes e coesos; Produção e análise de textos diversos, observação de suas qualidades da concisão, da progressividade, da lógica e da criatividade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ASTOS, Lúcia Kopschitz. A produção escrita e a gramática. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

EMEDIATO, Wander. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura. São Paulo: Geração Editorial, 2005.

ZILBERKNOP, Lúbia Scliar. Português instrumental. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABREU, Antônio Suárez. Curso de redação. 11. ed. São Paulo: Ática, 2001. CARNEIRO, Agostinho Dias. Redação em construção: a escritura do texto. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2001.

CARDOSO, Cancionila Janzkovski. Da oralidade à escrita: a produção do texto narrativo no contexto escolar. Cuiabá: UFMT, 2000.

FARACO, Carlos Alberto, TEZZA, Cristóvão. Prática de Texto: Língua portuguesa para estudantes universitários. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1992.

ANTUNES, I. Lutar com palavras: coesão e coerência. São Paulo: Parábola Editorial, 2005

FIORIN, J. L.; SAVIOLI, L. P. Para entender o texto. São Paulo: Ática, 1991

SOUZA, L. M.; CARVALHO, S. W. Compreensão e produção de textos. 2 ed. Petrópolis/ RJ: Vozes, 1997.

COMPONENTE CURRICULAR:	Carga horária:	Unidade Acadêmica Ofertante
História da Educação e Tecnologias	64 horas	IE/DTFE
Carga horária prática	CH da Prática Como Componente Curricular	
-	-	
Objetivo: Oportunizar aos alunos visão geral da educação no mundo e Brasil, destacando o uso das tecnologias nos processos educativos/escolares e implicações na organização dos sistemas educacionais.		

EMENTA

O fenômeno educacional na história da escolarização no mundo ocidental; A educação brasileira em diferentes momentos históricos; Propostas para o uso das tecnologias no processo histórico da universalização da educação; Os movimentos educacionais frente ao uso das tecnologias; Condicionantes socioeconômicos e políticos para o uso das tecnologias; Contexto educacional do século XXI para o uso das TDIC.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. História da Educação. São Paulo: Moderna, 2007.

FREITAG, Bárbara. Escola, Estado e Sociedade. São Paulo: Moraes, 1986.

JENKINS, Henry. Cultura da convergência. São Paulo: Aleph, 2006.

CASTELLS, Manuel. A Sociedade em Rede. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

MCLUHAN, Marshall. Os meios de comunicação como extensões do Homem. Trad. de Décio Pignatari. São Paulo: Cultrix, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9.394/96. Brasília: 1996.

GADOTTI, Moacir. Perspectivas Atuais da Educação. Porto Alegre: Artmed, 2000.

GUIRALDELLI JR, Paulo. História da Educação. São Paulo: Cortez, 1991.

MONROE, Paul. História da Educação. São Paulo: Nacional, 1979.

BUCKINGHAM, David. Crescer na era das mídias eletrônicas. Tradução: Gilka Girardello e Isabel Orofino. São Paulo, Loyola, 2007.

COMPONENTE CURRICULAR:	Carga horária:	Unidade Acadêmica Ofertante
TDIC e os Processos Cognitivos	64 horas	DEOE/IE
Carga horária prática	CH da Prática Como Componente Curricular	
-	-	
Objetivo: Oferecer ao aluno entendimento sobre os processos cognitivos e aprendizagem com ênfase nos conceitos de mediação e interação, considerando o uso das TDIC.		

EMENTA

Introdução à psicologia da educação; Introdução à psicologia e concepções de aprendizagem; Aprendizagem: aspectos bio-psico-sociais e culturais; Processos cognitivos e o contexto escolar; Processos cognitivos e a mediação tecnológica; Cooperação e colaboração nos processos educativos mediados pelas TDIC.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BIAGGIO, Ângela Maria B. Psicologia do desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 2008.

LÉVY, Pierre. A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço. Tradução Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

VYGOTSKY, Lev. A formação Social da Mente. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

EYSENCK, Michael W.; KEANE, Mark T. Reconhecimento de objetos. In: Manual de Psicologia Cognitiva. 5 ed. Porto Alegre: Artmed, 2007. cap. 3, p. 74-113.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AUSUBEL, D. et all. Psicologia Educacional. Porto Alegre: Art Médica,1987.

BOCK, A M. B. FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. O. Psicologias: uma introdução ao estudo de Psicologia. São Paulo: Saraiva, 2002.

COLL, César. Aprendizagem escolar e construção do conhecimento. Porto Alegre: Artes Médicas, 2002.

GOULART, I.B. Psicologia da Educação. Petrópolis: Vozes, 1987.

LEONTIEV, A. O desenvolvimento do psiquismo. Lisboa: Livros Horizontes, 1982.

COMPONENTE CURRICULAR:	Carga horária:	Unidade Acadêmica Ofertante
Metodologia de Pesquisa Científica e Educacional	48 horas	IE/DTFE
Carga horária prática	CH da Prática Como Componente Curricular	
8 horas	-	
Objetivo: Fornecer ao aluno conhecimentos sobre o método de estudo científico, capacitando-o para elaboração de estudos exploratórios e de revisão sistemática de modo articulado com a produção científica.		

EMENTA

Métodos de pesquisa científica; Estrutura e organização de trabalhos acadêmicos de acordo com normas técnicas; Estudos exploratórios e de Revisão Sistemática; Etapas de planejamento e condução de um processo de revisão sistemática; Ferramentas de apoio a edição de trabalhos científicos na internet; Pesquisa de artigos científicos na Internet.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANDRADE, M. M. Introdução à Metodologia do Trabalho Científico. São Paulo: Atlas, 2003

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2007.

GONSALVES, Elisa Perreira. Iniciação à pesquisa científica. Campinas: Alínea, 2007

LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos da Metodologia Científica. São Paulo: Atlas, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

APPOLINÁRIO, Fábio. Metodologia da Ciência: filosofia e prática da pesquisa. São Paulo: Ed. Thompson Learning.

ECO, Humberto. Como se faz uma monografia. São Paulo: Perspectiva, 2000.

MEDEIROS, João Bosco. Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. São Paulo: Atlas, 1990.

SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS, Antônio Raimundo. Metodologia Científica: a construção do conhecimento. Rio de Janeiro: DP & A Editora, 2006.

COMPONENTE CURRICULAR:	Carga horária:	Unidade Acadêmica Ofertante
Educação mediada por TDIC	64 horas	IE/DTFE
Carga horária prática	CH da Prática Como Componente Curricular	
-	-	
Objetivo: Possibilitar ao aluno a compreensão teórico-crítica da cultura digital e do uso intenso das TDIC em contextos de mediação pedagógica.		

EMENTA

A cultura digital e o uso das TDIC em processos de mediação pedagógica; Concepções de pedagogias construídas a partir dos processos de cooperação e colaboração no contexto da cultura digital.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MARIO, KAPLUN, Una Nueva Pedagogía de la Información y la Comunicacion. Espanha: Ediciones la Torres, 2000.

MORAES, Maria Cândida. O paradigma educacional emergente: implicações na formação do professor e nas práticas pedagógicas. In: Em aberto, Brasília, ano 16, Nº 70, abr/jun., 1996: 57-69.

MORIN, Edgar. Educar na era planetária: o pensamento complexo como método de aprendizagem pelo erro e incerteza humana. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2003.

PALOFF, Rena M.; PRATT, Keith. Construindo Comunidades de Aprendizagem no Ciberespaço: Estratégias eficientes para salas de aula on-line. Traduzido por: Vinícius Figueira. Porto Alegre: Artmed, [2002].

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BEHRENS, M. Novas tecnologias e mediação pedagógica. 8. ed. São Paulo: Papirus, 2004.

BELLONI, Educação a distância. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2006.

PALOFF, R. e PRATT, K. O aluno virtual – um guia para trabalhar com estudantes online. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MORIN, Edgar - Os sete Saberes Necessários à Educação do Futuro. 2a. ed. rev. - São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2011.

SIEMENS, G. Conectivismo: uma teoria da aprendizagem para a era digital. Trad. LEITE, B. S. Ano 2004. Disponível em: <<https://pt.slideshare.net/quimicadobruno/conectivismo-uma-teoria-para-a-era-digital>>. Acesso em: jan. 2017.

COMPONENTE CURRICULAR:	Carga horária:	Unidade Acadêmica Ofertante
Fundamentos em Sistemas de Computação	64 horas	IEng
Carga horária prática	CH da Prática Como Componente Curricular	
8 horas	-	
<p>Objetivo: Permitir aos estudantes o conhecimento sobre a arquitetura de computadores, redes de computadores, configuração e instalação de sistemas operacionais. Capacitar o aluno a caracterizar as principais tecnologias de redes de computadores. Fornecer uma visão detalhada dos principais mecanismos envolvidos na concepção de um sistema operacional moderno.</p>		

EMENTA

Conhecendo a arquitetura de computadores e seus principais componentes. Evolução das redes de computadores. Topologias de redes de computadores. Arquitetura Cliente/Servidor. Técnicas básicas de transmissão de informação. Arquitetura e protocolos de redes de comunicação. Serviços e estrutura de um sistema operacional. Conceitos de processos: concorrência, regiões críticas, escalonamento. Conceitos de espaços de endereçamento e de gerenciamento de memória, memória virtual, paginação, segmentação. Sistemas de arquivos: Hierarquia, proteção, organização, segurança. Gerenciamento de entrada/saída.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

TANENBAUM, A. S. Organização estruturada de computadores. São Paulo: Pearson/Prentice Hall, 2007.

KUROSE, J. F. & Ross, K. W. Redes de Computadores e a Internet: Uma Abordagem Top Down. São Paulo: Pearson/Addison Wesley, 2005.

TANENBAUM, A. Redes de Computadores. 4ª. Edição. São Paulo: Campus, 2003.

TANENBAUM, A. S. Sistemas Operacionais Modernos. 3. ed. Prentice Hall, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

HENNESSY, J. L.; PATTERSON, D. A. Computer Architecture, Fifth Edition: A Quantitative Approach. Morgan Kaufmann, 2011.

HARRIS, D.; HARRIS, S. Digital Design and Computer Architecture. 2 ed. Morgan Kaufmann, 2012.

MONTEIRO, M. A. Introdução à organização de computadores. Rio de Janeiro: LTC, 5ª Edição, 2007.

COMER, Douglas E. Redes de Computadores e Internet. 4ª edição. Ed. Bookman, 2007.

STALLINGS, W. Redes e Sistemas de Comunicação de Dados. São Paulo: Elsevier Editora LTDA, 2005.

DOWNEY, A. B. The Little Book of Semaphores: The Ins and Outs of Concurrency Control and Common Mistakes. 2 ed. CreateSpace Independent Publishing Platform, 2009.

Control and Common Mistakes. 2 ed. CreateSpace Independent Publishing Platform, 2009.

BOVET, D. P.; CESATI, M. Understanding the Linux Kernel. O'Reilly, 2005.

DOEPPNER, T. W. Operating Systems In Depth: Design and Programming. Wiley, 2010.

STALLINGS, W. Operating Systems: Internals and Design Principles. 8. ed. Prentice Hall, 2014.

COMPONENTE CURRICULAR:	Carga horária:	Unidade Acadêmica Ofertante
Introdução a Algoritmos	64 horas	IEng
Carga horária prática	CH da Prática Como Componente Curricular	
8 horas	-	
Objetivo: Permitir que o aluno desenvolva o raciocínio lógico aplicado à solução de problemas em nível computacional, além de introduzir os conceitos básicos de desenvolvimento de algoritmos, de forma a propiciar uma visão crítica e sistemática sobre resolução de problemas e prepará-lo para a atividade de programação.		

EMENTA

Noções de lógica de programação. Dados, expressões e algoritmos sequenciais. Estruturas de controle. Estruturas complexas. Modularização.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DE SOUZA, M. A. F.; GOMES, M. M.; SOARES, M. V.; CONCILIO, R.. Algoritmos e Lógica de Programação. Cengage, 2011.

MENEZES, N. N. C.. Introdução à Programação Com Python - Algoritmos e lógica de programação para iniciantes. NOVATEC, 2014.

PERKOIVC, L.. Introdução à Computação Usando Python - Um foco no desenvolvimento de aplicações. LTC, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

LOPES, A.; GARCIA, G.. Introdução à Programação: 500 algoritmos resolvidos. Campus, 2002.

MOKARZEL, Fabio Carneiro; SOMA, Nei Yoshihiro. Introdução à Ciência da Computação. Campus, 2008.

PIVA JUNIOR, D.; ENGELBRECHT, A. M.; NAKAMITI, G. S.; BIANCHI, F.. Algoritmos e Programação de Computadores. Campus Elsevier, 2012.

WIRTH, N. Algoritmos e estruturas de dados. 2 a edição. 1989.

FORBELLONE, A. L.V.; EBERSPACHER, H. F.. Lógica de programação. Makron Books, 2000.

COMPONENTE CURRICULAR:	Carga horária:	Unidade Acadêmica Ofertante
Fundamentos políticos, filosóficos e sociológicos das TDIC na educação	64 horas	DEOE/IE
Carga horária prática	CH da Prática Como Componente Curricular	
-	-	
Objetivo: Proporcionar ao aluno uma visão política, filosófica e crítica da educação, inserida em uma sociedade de profuso desenvolvimento intelectual, tecnológico e informacional, contrastando-se com a exclusão social.		

EMENTA

Interpretação das diferentes concepções e práticas educacionais explicitando os pressupostos teórico-metodológicos subjacentes e suas implicações nas ações desenvolvidas no âmbito da prática pedagógica, numa perspectiva filosófica, histórica e sociológica; os fundamentos sociais e culturais da educação; direitos humanos, diversidade ético-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional. A educação especial e direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARANHA, M. L. de A. et al. Filosofia da Educação. São Paulo: Moderna, 1989.

GADOTTI, Moacir. A educação contra a educação: o esquecimento da educação e a educação permanente. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

RODRIGUES. A. T. Sociologia da Educação. 5 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ADORNO, Theodor. Educação e emancipação. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

FAVERO, Altair A.; DALBOSCO, Claudio Almir.; MUHL, Eldon H. (org.). Filosofia, educação e sociedade. Passo Fundo: UPF, 2003.

ROMANELLI, Otaiza de O. História da Educação no Brasil. Petrópolis/RJ: Vozes, 1993.

SAVIANI, D. História e história da Educação: o debate teórico-metodológico atual.. Campinas: Autores Associados: 2000.

TOMAZI, N. D. Sociologia da Educação. 1 ed. São Paulo: Atual, 2002.

COMPONENTE CURRICULAR:	Carga horária:	Unidade Acadêmica Ofertante
Currículo escolar e as Tecnologias	64 horas	IE/DTFE
Carga horária prática	CH da Prática Como Componente Curricular	
-	-	
Objetivo: Propiciar ao aluno visão crítica sobre o currículo escolar, sua constituição e implicações no contexto da formação/cidadania e a influência da cultura digital nas transformações teórico-conceitual-práticas no cotidiano da escola e das instituições educativas.		

EMENTA

Contextualização teórica e tendências atuais sobre o currículo e cultura digital. O currículo no cotidiano educacional e implicações para o uso das TDIC; Análise da realidade educacional: o projeto político pedagógico com uso das TDIC. Instituições educativas e tecnologias no processo da formação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

APPLE, M. W. Ideologia e currículo. Trad. Vinicius Figueira. São Paulo: Artemad, 2006.

SILVA, T. T. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

GOODSON, Igor. F. O currículo em Mudança. Estudos na construção social do currículo. Portugal: Porto Editora, 2001.

VEEN, Wim; WRAKKING, Benn. Homo Zappiens: educando na era digital. Porto Alegre: Artmed, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini de. Transformações no trabalho e na formação docente na educação a distância on-line. Em Aberto, Brasília, v. 23, n. 84, p. 67-77, nov. 2010. _____. A presença de Paulo Freire nas pesquisas e nas políticas públicas de tecnologias na educação brasileira: reinventar a teoria, reconstruir a prática In: MERCADO, Luís Paulo Leopoldo. Formação do pesquisador em educação: questões contemporâneas. Maceió: EDUFAL, 2007. v.1, p.259 – 291.

COSTA, Fernando. & Viseu, S. Formação-Ação-Reflexão: um modelo de preparação para a integração curricular das TIC. In: As TIC na Educação em Portugal. Porto: Porto Editora, 2007. pp. 238-259.

GOODSON. Currículo, narrativa e o futuro social. Revista Brasileira de Educação. v. 12 n. 35 maio/ago. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n35/a05v123>

LOPES, A. C. e MACEDO, E. (Orgs.). Currículo: debates contemporâneos. São Paulo: Cortez, 2002.

TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

COMPONENTE CURRICULAR:	Carga horária:	Unidade Acadêmica Ofertante
Introdução a Banco de Dados	64 horas	IEng
Carga horária prática	CH da Prática Como Componente Curricular	
12 horas	-	
Objetivo: Permitir ao aluno entender os principais fundamentos de banco de dados e desenvolver um projeto lógico e físico de bancos de dados utilizando sistemas de gerenciamento de bancos de dados relacionais e/ou objetos-relacionais.		

EMENTA

Conhecer os sistemas de Banco de Dados e as funções de um SGBD. Identificar entidades e construir o modelo conceitual. Construir o modelo lógico. Construir modelos de análise de Banco de Dados (Entidades, Relacionamento e Cardinalidade). Entender e projetar um modelo de banco de dados identificando as entidades, atributos, relacionamentos, chaves primária, secundária e estrangeiras. Utilizar instruções de consulta de dados (SQL).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ELMASRI, R.; NAVATHE, S. B. Sistemas de Bancos de Dados. 6a. Ed. Addison-Wesley, 2011.

RAMAKRISHNAN, R.; GEHRKE, J. Database Management Systems, 3a. Ed. McGraw-Hill, 2002.

SILBERSCHATZ, A.; KORF, H. F.; SUDARSHAN, S. Sistemas de Banco de Dados, 6a. Ed. Elsevier, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DATE, C. J. Introdução a Sistemas de Bancos de Dados, Editora Campus, 2004.

GARCIA-MOLINA, H.; ULLMAN, J. D.; WIDOM, J. Database Systems: The Complete Book, 2. ed. Prentice Hall, 2008.

HEUSER, C. A. Projeto de Banco de Dados, 5a. ed. Sagra Luzzato, 2004.

CORONEL, C.; MORRIS, S.; ROB, P. Database Systems: Design, Implementation, and Management. Cengage Learning, 2012.

JUKIC, N.; VRBSKY S.; NESTOROV, S. Database Systems: Introduction to Databases and Data Warehouses. Prentice Hall, 2013.

COMPONENTE CURRICULAR:	Carga horária:	Unidade Acadêmica Ofertante
Análise e Projeto de Software Educacional	64 horas	IEng
Carga horária prática	CH da Prática Como Componente Curricular	
4 horas	-	
<p>Objetivo: Possibilitar ao aluno a compreensão de processos de análise e desenvolvimento de sistemas; conceitos e técnicas para coleta de requisitos de software e gerenciamento de projetos; apresentar as principais linguagens utilizadas para o desenvolvimento de sistemas computacionais de modo articulado com abordagens de programação estruturada, modular e orientada a objetivos; apresentar técnicas de compilação e interpretação utilizadas em desenvolvimento de sistemas.</p>		

EMENTA

Diferenças entre softwares de autoria, linguagens de programação e linguagens de formatação de páginas para internet; principais linguagens de programação utilizadas no mercado; conhecendo tipos de ambientes integrados de desenvolvimento, diferenças entre abordagens de programação estruturada e orientada a objetos; análise de requisitos: modelagem estática (de classes) e dinâmica (diagramas de estados e de sequência); projeto de sistemas: princípios de modelagem (definição de herança, cardinalidade, navegabilidade, coesão, acoplamento); projeto de arquitetura (modelo cliente/servidor); projeto das camadas do sistema; metodologias de desenvolvimento de software (Projeto e Implementação); introdução à gerencia de projetos de softwares educacionais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALMEIDA, Rafael S. Aprendendo Algoritmos com Visualg. Ciência Moderna.

ASCENCIO, A. F. G.; CAMPOS, E. A. V. Fundamentos da Programação de Computadores. 3ª. edição. Pearson – Longman do Brasil, 2012.

BEZERRA Eduardo. Princípios de Análise e Projeto de Sistemas com UML. 2ª Edição. Campus, 2007.

BOOCH, Gray. UML: guia do usuário. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

COAD, Peter. Análise baseada em objetos. Rio de Janeiro: Campus, 1991.

FEOFILOFF, Paulo. Algoritmos em Linguagem C. Elsevier, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COAD, Peter. Análise baseada em objetos. Rio de Janeiro: Campus, 1991.

FEOFILOFF, Paulo. Algoritmos em Linguagem C. Elsevier, 2008.

RUMBAUGH, J. et al. Modelagem e projetos baseados em objetos. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1997.

DAVIS, William S. Análise e Projeto de Sistemas: Uma Abordagem Estruturada. Rio de Janeiro: LTC, 1994.

WAZLAWICK, Raul S. Análise e Projeto de Sistemas de Informação Orientados a Objetos. Elsevier: Rio de Janeiro, 2004

COMPONENTE CURRICULAR:	Carga horária:	Unidade Acadêmica Ofertante
Didáticas e Práticas Pedagógicas com Tecnologias	64 horas	DEOE/IE
Carga horária prática	CH da Prática Como Componente Curricular	
4 horas	-	
Objetivo: Oferecer ao aluno visão crítica do cotidiano escolar e da prática docente, considerando as TDIC nos processos de mediação e interação didático-pedagógica em contextos educativos.		

EMENTA

Pedagogia e a prática docente; Conhecimento e contextos educativos com uso das TDIC; Didática e o processo de ensino-aprendizagem; Cooperação e colaboração no processo de aquisição do conhecimento; A Relação professor-aluno em contextos digitais. A organização do trabalho pedagógico com o uso das TDIC.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LIBÂNEO, José Carlos. Didática. São Paulo: 1990.

VEIGA, Ilma Passos A. A prática pedagógica do professor de didática. Campinas: Papyrus, 2002.

Moran, José Manuel (org.). Novas tecnologias e mediação pedagógica. Campinas, SP: Papyrus, 2000. MORAES, M. C.

TEDESCO, Juan Carlos. Educação e Novas Tecnologias. São Paulo: Cortez; Buenos Aires: Instituto Internacional de Planejamento de La Educacion; Brasília: UNESCO, 2004.

SILVA, M. Sala de Aula Interativa. Rio de Janeiro: Quartet, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

PIMENTA, Selma Garrido (Org.). Didática e formação de professores: percurso e perspectiva no Brasil e em Portugal. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1997.

VALENTE, José Arnaldo. A Espiral da Aprendizagem e as Tecnologias da Informação e Comunicação: Repensando Conceitos. In: JOLY, Maria Cristina Rodrigues Azevedo (Org). A Tecnologia no Ensino: Implicações para a Aprendizagem. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002. p. 15.

TOSCHI, Mirza Seabra (Org.). Leitura na tela: da mesmice à inovação. Goiânia: PUC Goiás, 2010.

SANCHO, J. M. (org.). Para uma tecnologia educacional. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2001.

KENSKI, Vani Moreira. Educação e Tecnologia: O novo ritmo da informação. Campinas: Papirus, 2007.

COMPONENTE CURRICULAR:	Carga horária:	Unidade Acadêmica Ofertante
Planejamento e Avaliação do uso de Tecnologias no Sistema Escolar	64 horas	IE/DTFE
Carga horária prática	CH da Prática Como Componente Curricular	
-	-	
Objetivo: Proporcionar ao aluno compreensão sobre o planejamento e avaliação escolar em contextos educativos, considerando o uso das TDIC e suas implicações sobre a prática docente.		

EMENTA

Planejamento educacional e avaliação numa perspectiva humana. Cultura digital e implicações sobre as práticas pedagógicas. Colaboração e cooperação como conceitos fundantes do planejamento e avaliação do processo ensino/aprendizagem. Ética e cibercultura; O Projeto Pedagógico da escola e as TDIC: processos e dinâmicas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- LUCKESI, Cipriano C. Avaliação da aprendizagem escolar. São Paulo: Cortez, 1998.
- SANT'ANNA, Flávio. Planejamento de ensino e avaliação. Porto Alegre: Sagra, 1998.
- VASCONCELLOS, Celso S. Planejamento: Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico. 14a Edição. São Paulo: Libertad editora, 2005.
- SANCHO, J. M. (org.). Para uma tecnologia educacional. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- MERCADO, Luis Paulo Leopoldo. Formação continuada de professores e novas tecnologias. Maceió. EDUFAL, 1999.
- _____. (Org.). Novas tecnologias na educação: Reflexões sobre a prática. Maceió. EDUFAL, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- ESTEBAN, Maria Teresa et al. Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2001.
- ROCHA, Carlos Alves. Pedagogia e a Tecnologia da Informação e da Comunicação: A importância de alguns aspectos na escolha da metodologia. Disponível em: <http://www.boaaula.com.br/iolanda/producao/me/pubonline/carlos10art.html>. Acesso em: jun. 2009.
- TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.
- VARELLA, Péricles Gomes et al. Aprendizagem Colaborativa em ambientes virtuais de aprendizagem: a experiência inédita da PUCPR, 2002, Revista Diálogo Educacional. v. 3, nº 6, p. 11-27, maio/agosto.
- PRETTO, Nelson Luca. Uma Escola com/sem futuro: educação multimídia. Campinas, SP: Papirus, 1996.

COMPONENTE CURRICULAR:	Carga horária:	Unidade Acadêmica Ofertante
Introdução ao Design Instrucional – Planejamento e Desenvolvimento	64 horas	IE/DTFE
Carga horária prática	CH da Prática Como Componente Curricular	
8 horas	-	
Objetivo: Proporcionar ao aluno conhecimentos para planejar e desenvolver materiais didáticos com base nos princípios de Design Instrucional (DI).		

EMENTA

Conceitos e fundamentos do Design Instrucional; Abordagens educacionais para o Design Instrucional; Modelos de Design Instrucional, Modelo ADDIE; Planejamento e análise de contexto; Design de unidades de aprendizagem; Matriz de Design Instrucional; Projetando uma solução educacional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FILATRO, Andrea. Design Instrucional na Prática. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2008.

FILATRO, Andrea. Design instrucional contextualizado: educação e tecnologia. São Paulo: SENAC, 2004.

MATTAR, João. Design educacional: educação a distância na prática. São Paulo: Artesanato Educacional, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BITTENCOURT, G. Inteligência Artificial – Ferramentas e Teorias. Florianópolis: Editora da Universidade Federal de Santa Catarina, 1998.

GAGNÉ, Robert et al. Principles of instructional design. 5th ed. Belmont, CA: Wadsworth, 2005.

PALLOFF, R. M. e PRATT, K. Construindo Comunidades de Aprendizagem no Ciberespaço. Porto Alegre: Artmed, 2002.

ROCHA, H. V. da, Baranauskas, M. C. C. Design e Avaliação de Interfaces Humano-Computador. São Paulo: UNICAMP, 2000.

SANCHO, Juana M.(org.) Para uma Tecnologia Educacional. Tradução Beatriz Afonso Neves. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

COMPONENTE CURRICULAR:	Carga horária:	Unidade Acadêmica Ofertante
Ambientes Virtuais de Aprendizagem	64 horas	IE/DTFE
Carga horária prática	CH da Prática Como Componente Curricular	
8 horas	-	
Objetivo: Capacitar o aluno na utilização e gerenciamento de Ambientes Virtuais de Aprendizagem, para estruturação de projetos educativos, com base nos preceitos de Design Instrucional.		

EMENTA

Aspectos conceituais dos Ambientes Virtuais de Aprendizagem e pressupostos educacionais; Os recursos do Ambiente Virtual de Aprendizagem em situações educativas; Estratégias eletrônicas de ensino-aprendizagem; Ferramentas e funcionalidades do Ambiente Virtual de Aprendizagem; Implementação de uma solução educativa projetada por um método de design instrucional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

PEREIRA, A. T. C.; SCHMITT, V.; DIAS, M. R. A. C. Ambientes Virtuais de Aprendizagem. In: PEREIRA, A. T. C. (Org.). Ambientes Virtuais de Aprendizagem - em diferentes contextos. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2007.

SILVA, Robson Santos da. Ambientes virtuais e multiplataformas online na EaD: didática e design tecnológico de cursos digitais. São Paulo: Novatec, 2015.

SILVA, Andreza R. Lopes da; SPANHOL, Fernando José. Design instrucional e construção do conhecimento. Jundiaí, SP: Paco, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANJOS, A. M. dos. Tecnologias da informação e da comunicação, aprendizado eletrônico e ambientes virtuais de aprendizagem. In: MACIEL, Cristiano (Org.). Educação a Distância – Ambientes Virtuais de Aprendizagem. Cuiabá: EdUFMT, 2013.

BARBOSA, Rommel, M. Ambientes Virtuais de Aprendizagem, Ed. Artmed, 2004.

DILLENBOURG, P. Virtual Learning Environment. Disponível em: <<http://tecfa.unige.ch/tecfa/publicat/dil-papers-2/Dil.7.5.18.pdf>>. Acesso em: 12nov 2015.

KENSKI, V. M. Educação e tecnologias: O novo ritmo da informação. 8. Ed. Campinas, SP: Papyrus, 2012.

TORRES, Patrícia I. Laboratório online de aprendizagem. Editora Unisul, 2004.

COMPONENTE CURRICULAR:	Carga horária:	Unidade Acadêmica Ofertante
Design e arte digital	64 horas	FCA
Carga horária prática	CH da Prática Como Componente Curricular	
8 horas	-	
Objetivo: Capacitar o aluno de forma técnica e cultural para um adequado relacionamento com os sistemas de representação bidimensional e a aquisição de conceitos e habilidades da representação gráfica, para que possa criar um repertório estético que lhe permita realizar uma correta manipulação das diferentes ferramentas do design para produção de arte digital.		

EMENTA

A representação gráfica; Concepções de Arte Digital; Técnicas de captura e edição de fotografias; Noções básicas sobre Edição e Tratamento de imagens digitais;

Noções básicas de perspectiva; Diagramas, gráficos e Figuras; Teoria da forma e efeitos visuais. A composição; Desenhando no computador; Teoria da cor e sua aplicação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARHEIM, Rudolf. Arte e percepção visual. Pioneira, São Paulo, 1984.

DONDIS, Donis. Sintaxe da Linguagem Visual. Martins Fontes, São Paulo, 1997.

FARINA, Modesto. Psicodinâmica das cores em comunicação. Editora Edgard Blücher Ltda, São Paulo, 1982.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRIDGEWATER, Peter. Introdução ao Design Gráfico. Editorial Estampa, Lisboa, 1999

COELHO, Luiz Antonio (org.). Conceitos-chave em design. Rio de Janeiro: PUC-Rio; Novas Idéias, 2008.

CONSOLO, Cecília. Anatomia do design: uma análise do design gráfico brasileiro . São Paulo: Blucher, 2009.

FRUTIGER, Adrián. Signos, símbolos, marcas y Señales. GG, Barcelona 1997.

GOMES FILHO, João. Gestalt do Objeto. Escrituras Editora. São Paulo, 2000.

COMPONENTE CURRICULAR:	Carga horária:	Unidade Acadêmica Ofertante
Estéticas Tecnológicas e Práticas Pedagógicas	64 horas	IE/DTFE
Carga horária prática	CH da Prática Como Componente Curricular	
8 horas	-	
Objetivo: compreender a relação entre estética e meios técnicos, tendo em conta que as tecnologias midiáticas instauram uma estética de fluxo que impacta entendimentos sobre a arte, produção e o cotidiano escolar.		

EMENTA

A estética do fluxo; Estéticas tecnológicas presentes em publicidade, designs de hipermídia, televisão, cinema, nas formas híbridas das imagens em movimento, na moda, nas sonoridades, nas infinidades de portais, sites e blogs; Ciberespaço presente nas telas dos dispositivos móveis e a sutileza de seus botões; Convergências e hibridismos: o mundo a um toque; O cotidiano escolar, a tecnologia nômade e os impactos sobre os fazeres de professores e alunos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DOMINGUES, Diana (org.) Arte, ciência e tecnologia: passado, presente e desafios. Flávia Gisele Saretta et al., tradutores. – São Paulo: Editora UNESP, 2009.

LEMONS, André. Cibercultura. Tecnologia e vida social na cultura contemporânea. Porto Alegre: Sulina, 2002.

SANTAELLA, Lucia & Arantes, Priscila. Organizadoras. Estéticas Tecnologias: Novos Modos de Sentir. São Paulo: Editora PUC-SP, 2008.

_____. Culturas e artes do pós-humano: da cultura das mídias à cibercultura. São Paulo: Paulus Editora, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BEZERRA, Leblam Tamar Silva, AQUINO, Mirian de Albuquerque. Ensinar e aprender na cibercultura. Revista Famecos mídia, cultura e tecnologia. Porto Alegre, v. 18, n. 3, setembro/dezembro 2011

LEMOS, André. Ciberensaios para o século XXI. Salvador: Edufba, 2002.

PORTO, Tania Maria Esperon. As tecnologias de comunicação e informação na escola: relações possíveis... relações construídas. Revista Brasileira de Educação, v.11, n. 31, jan./abr. 2006. Disponível em URL: < <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n31/a05v11n31.pdf>>. Acesso em 01 de março de 2012.

SANTAELLA, Lucia. Cultura das mídias. São Paulo: Experimento, 1992.

_____. Leitura de imagens. São Paulo: Melhoramentos, 2012.

COMPONENTE CURRICULAR:	Carga horária:	Unidade Acadêmica Ofertante
Planejamento e Produção de Material Didático - I	64 horas	DEOE/IE
Carga horária prática	CH da Prática Como Componente Curricular	
8 horas	-	
Objetivo: Propiciar ao aluno conhecimentos teóricos e práticos sobre projeto e editoração de materiais didáticos, capacitando-os para a produção de textos digitais em contextos educativos.		

EMENTA

Planejamento gráfico tradicional; Articulação entre projetista gráfico e o editor; Processo de diagramação; O projeto gráfico: personalidade e racionalidade; As malhas do espaço gráfico; As técnicas de pré-diagramação. Execução informatizada do diagrama por software especializado.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARNHEIM, Rudolf. Arte e percepção visual. São Paulo, Pioneira, 1994.

SILVA, Rafael Souza. Diagramação, São Paulo, Summus, 1985.

BRIDGEWATER, Peter. Introdução ao Design Gráfico. Editorial Estampa, Lisboa, 1999.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BELISÁRIO, Aluizio. O material didático na educação a distância e a constituição de propostas interativas. In: SILVA, Marco (org). Educação online. São Paulo: Loyola, 2003. p. 135-146.

COLLARO, Antonio Celso. Projeto Gráfico, São Paulo, Summus.

GIUSTA, Agneta da Silva. FRANCO, Iara Melo (org). Educação a distância: uma articulação entre a teoria e a prática. Belo Horizonte: PUC Minas Virtual, 2003.

WILLIAMS, Robin. Design para quem não é designer: noções básicas de planejamento visual. 2 ed. rev. e ampl. São Paulo: Callis, 2005.

TSCHICHOLD, Jan. A Forma do Livro - Ensaios sobre Tipografia e Estética do Livro. São Paulo: Atelie, 2007.

COMPONENTE CURRICULAR:	Carga horária:	Unidade Acadêmica Ofertante
Planejamento e Produção de Material Didático - II	64 horas	IE/DTFE
Carga horária prática	CH da Prática Como Componente Curricular	
4 horas	-	
Objetivo: Propiciar ao aluno conhecimentos sobre técnicas de produção e captura de vídeos educacionais, considerando pré-produção e produção deles com base em análise crítica da linguagem, formato, montagem e sincronização sonora.		

EMENTA

Concepções sobre vídeos educacionais; Sistemas de captação e produção de arquivos de imagem e som por meio digital; Produtos midiáticos; Planejamento e roteirização; Propósitos e aplicações de vídeos educacionais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FECHINE, Yvana. Roteiro em novas mídias: uma abordagem a partir da teoria da linguagem Revista Galáxia, São Paulo, n. 22, 222-236, dez. 2011.

GOSCIOLA, Vicente. Roteiro para as novas mídias – Do game à TV interativa. São Paulo: Ed. Senac, 2007.

MONTEZ, Carlos; BECKER, Valdecir. TV Digital Interativa: conceitos, desafios e perspectivas para o Brasil. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2005. 2ª edição.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DANCYNGER, Ken. Técnicas de Edição para Cinema e Vídeo. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

MURCH, Walter. Num piscar de Olhos: a edição de filmes sob a ótica de um mestre. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

PARRA, Nélío. Técnicas Audiovisuais de Educação. Ed.2 a , São Paulo/ SP. Editora: Edibell. 1970.

ROSA, Antônio Neto. Ambiente para Construção de Materiais Institucionais Apoiados por Vídeo. In: Revista Brasileira de Informática na Educação. Vol; 8. Porto Alegre/ RS. Sociedade Brasileira de Computação. 2001.

SERRA, F. A Arte e a Técnica do Vídeo: do roteiro à Edição. São Paulo: Summus, 1986.

COMPONENTE CURRICULAR:	Carga horária:	Unidade Acadêmica Ofertante
Teoria da Informação Audiovisual	64 horas	FCA
Carga horária prática	CH da Prática Como Componente Curricular	
-	-	
Objetivo: Oportunizar ao aluno conhecimentos sobre a teoria da representação da informação e elementos de informação audiovisual, envolvendo os arquétipos de som e imagem a partir de uma noção ampliada de tecnologias.		

EMENTA

Símbolos básicos da informação: ponto, linha, cor, enquadre, luz, tempo, sombra, som e o texto; Conceitos estéticos de montagem; A informação bidimensional e tridimensional; A teoria da representação da informação; Discurso e Manipulação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CHION, Michel. A audiovisão: som e imagem no cinema. Lisboa: Texto & Grafia, 2008.

ROBERTS-BRESLIN, Jan. Produção de Imagem e Som. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

SOARES, Ismar de Oliveira. Sociedade da Informação ou da Comunicação? São Paulo: Cidade Nova, 1996.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

APARICI, Roberto, Matilla Garcia, Valdivia Manuel. La imagen. Madrid: Toran S.A. 1992.

EPSTEIN, Isaac. Teoria da informação. 2. ed. São Paulo: Ática, 1988.

JACQUINOT, Geneviève. O que é o Educomunicador? Disponível em: <http://www.usp.br/nce>.

LAGO, Claudia e ALVES, Patrícia Horta. Raízes educomunicativas: do conceito à prática. Disponível em: <http://www.usp.br/nce>.

SOARES, Ismar de Oliveira. Gestão Comunicativa e Educação: Caminhos da Educomunicação. Disponível em: <http://www.usp.br/nce>

COMPONENTE CURRICULAR:	Carga horária:	Unidade Acadêmica Ofertante
Edição e publicação de vídeos educacionais	64 horas	FCA
Carga horária prática	CH da Prática Como Componente Curricular	
12 horas	-	
Objetivo: Proporcionar ao aluno conhecimento teórico-prático acerca das técnicas de pós-produção e edição vídeo educacional, práticas de edição não-linear, de forma embasada e refletida para a criação e publicação de vídeos para a Internet.		

EMENTA

Técnicas de pós-produção de materiais audiovisuais; Diferentes procedimentos de edição de imagem e som; Conceitos estéticos de montagem; Prática de edição de imagem e som; Diferenças de edição linear e não-linear; Edição e publicação de vídeos na Internet por softwares especializados.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALMEIDA, Candido José. O que é vídeo. São Paulo: Brasiliense, 1985.

EISENSTEIN, Sergei. A forma do Filme. Rio de Janeiro: Jorge Zaar, 2002.

MACHADO, Arlindo. A arte do vídeo. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

RIBEIRO, L. O. M. ; TIMM, M. I. ; ZARO, M. A. . Gestão de ead planejamento de ações de um cead para atender as demandas da equipe de produção de material. In: INTERTECH'2008 - International Conference on Technology and Engineering Education, 2008, Santos - SP. INTERTECH'2008 - International Conference on Technology and Engineering Education, 2008. v. 1 CD.

SERRA, F. A Arte e a Técnica do Vídeo: do roteiro à Edição. São Paulo: Summus, 1986.

TIMM, M. I. ; SCHNAID, F. ; ZARO, M. A. ; FERREIRA FILHO, R. C. M. ; CABRAL JR, P. A. F. ; ROSA, A. M. O. ; JESUS, M. A. S. . Tecnologia Educacional: mídias e suas linguagens. RENOTE - Revista Novas Tecnologias na Educação, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. ., 2003.

XAVIER, Ismail. O discurso cinematográfico. São Paulo: Paz e Terra, 2005, 3ª ed.

WATTS, Harris. On câmera: o curso de produção de filmes da BBC. São Paulo: Summus, 1990.

COMPONENTE CURRICULAR:	Carga horária:	Unidade Acadêmica Ofertante
Metodologias do Ensino e Aprendizado em Libras	64 horas	DEOE/IE
Carga horária prática	CH da Prática Como Componente Curricular	
8 horas	-	
Objetivo: Capacitar o aluno e proporcionar conhecimentos para planejamento de aulas por meio da LIBRAS.		

EMENTA

Diretrizes educacionais para a educação especial – PCN; Informática na educação especial; A diversidade humana e as necessidades educacionais individuais na sala de aula; Implicações da diversidade para a prática pedagógica; Concepções e paradigmas do trato à surdez; Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS; Metodologia para a prática docente na utilização de Libras em sala de aula.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL / SEESP. O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa / Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos - Brasília: MEC; SEESP, 2004.

BRASIL/SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. Educação Especial: língua brasileira de sinais. Brasília: SEESP, 1997.

BRASIL / SEESP – Saberes e Práticas de inclusão: Desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais de alunos surdos. [2ª ed] Coordenação geral: BRASIL/ SEESP/MEC; org: Maria Salete Fábio Aranha. Brasília: Mec, Seesp, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FERNANDES, S. Conhecendo a Surdez. Paraná: Curitiba, SEDUC / DEE. 2000.

LOPES, Maura; THOMA, Adriana da Silva. A invenção da surdez: cultura, alteridade, identidade e diferença no campo da educação. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.

SÁ, Nídia Regina Limeira de. Cultura, poder e educação de surdos. Manaus: EDUA, 2002.

SALLES, H. et al. Ensino de língua portuguesa para surdos: caminhos para a prática pedagógica - Brasília: MEC, SEESP, 2004.

RECHICO, Cinana Franco. Da educação especial à educação inclusiva: significado políticos, filosóficos e legais. Boa Vista: Editora da UFRR, 2008.

COMPONENTE CURRICULAR:	Carga horária:	Unidade Acadêmica Ofertante
Sistema multimídia para Educação	64 horas	IEng
Carga horária prática	CH da Prática Como Componente Curricular	
8 horas	-	
<p>Objetivo: Apresentar as ideias fundamentais e os conceitos de multimídia aplicados ao contexto educacional. Apresentar as tecnologias básicas necessárias ao desenvolvimento de sistemas multimídia. Analisar as diversas áreas de aplicação, técnicas, metodologias e ferramentas de autoria multimídia para o desenvolvimento de material hipermídia. Apresentar o estado da arte, perspectivas de evolução e desafios na área a serem vencidos. Permitir o contato do aluno com os aspectos relacionados à criação de sistemas multimídia.</p>		

EMENTA

Autoria e representação de dados multimídia. Compressão de dados multimídia. Transmissão e recuperação de dados multimídia. Aplicações e inovações de sistemas multimídias na educação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LI, ZN.; DREW, M. S.; LIU, J. Fundamentals of Multimedia. 2ª ed., Springer, 2014.

HVALDAR, P.; MEDIONI, G. Multimedia Systems: Algorithms, Standards, and Industry Practices. 1ª ed., Cengage Learning, 2009.

RIBEIRO, N. Multimédia e Tecnologias Interativas. 5ª ed., FCA/Lidel-Zamboni, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

PAULA FILHO, W. P. Multimídia - Conceitos e Aplicações. 2ª ed., LTC, 2011.

SOARES, L. F. G.; TUCHERMAN, L.; CASANOVA, M. A. Fundamentos de Sistemas Multimídia. VIII Escola de Computação da SBC - UFRGS, 1992.

STEINMETZ, R.; NAHRSTEDT, K. Multimedia fundamentals, volume 1: media coding and content processing. 2ª ed., Prentice Hall, 2002.

MITRA, S.; BHATNAGAR, G. Introduction to Multimedia Systems (Communications, Networking and Multimedia). 1ª ed., Academic Press, 2001.

VAUGHAN, T. Multimedia: Making It Work. 9ª ed., McGraw-Hill Education, 2014.

COMPONENTE CURRICULAR:	Carga horária:	Unidade Acadêmica Ofertante
Produção Multimídia	64 horas	IE/DTFE
Carga horária prática	CH da Prática Como Componente Curricular	
8 horas	-	
Objetivo: Possibilitar aos alunos conhecimentos sobre produção multimídia e publicação na internet		

EMENTA

Produção de páginas utilizando uma linguagem de formatação; produção de páginas utilizando HTML e XLM em um ambiente de apoio ao processo de produção de sites; folhas de estilos, tabelas, frames, noções sobre a linguagem interpretada java Script; incluindo Java Script em páginas HTML; alguns exemplos básicos de java scrip. Utilizando um software de autoria; seus objetos e propriedades; ambiente de desenvolvimento; produção de uma animação básica e inserção em uma página de internet. Publicando um material multimídia na Web.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CHAK, Andrew. Como Criar Sites Persuasivos. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2004.

DAMASCENO, Anielle. Webdesign: Teoria e Prática. Florianópolis, SC: Visual Books, 2004.

MEMÓRIA, F. Design para a Internet: projetando a experiência perfeita. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

BRUMBAUGH-DUNCAN, Cheryl. Aprendendo Marcromedia Flash 5. São Paulo: Makron Books, 2002.

BARBATANA, Fabricio Eras Manzi. Dreamweaver 8: Criação de Sites e loja virtual. 3. Ed. São Paulo: Érica 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FERRETTI, Celso João et al. Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar. Petrópolis: Vozes, 1994.

MORAN, José Manuel; MASETTO, Marcos T.; BEHRENS, Marilda Aparecida. Novas tecnologias e mediação pedagógica. Campinas: Papirus, 2000.

ROCHA, H. V.; BARANAUSKAS, M. C. C. Design e avaliação de interface humano-computador. Campinas: NIED/UNICAMP, 2003.

ROMISZOWSKI, Hermelina Pastor. Avaliação no design e desenvolvimento de multimídia edu-

cativa: estratégia de apoio ou parte do processo?. Rio de Janeiro: artigo disponível na Internet via <http://www.abed.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?UserActiveTemplate=4abed&inford=184&sid=102>.

SILVA, Osmar J. Programando com PHP 4: Conceitos e Aplicações. São Paulo: Érica, 2002.

COMPONENTE CURRICULAR:	Carga horária:	Unidade Acadêmica Ofertante
Programação Web I	64 horas	IEng
Carga horária prática	CH da Prática Como Componente Curricular	
4 horas	-	
Objetivo: Apresentar os fundamentos básicos de criação, divulgação e publicação de websites usando HTML e CSS, considerando os princípios ergonômicos.		

EMENTA

Estudo dos princípios ergonômicos para Interfaces Humano-Computador – IHC: recomendações ergonômicas para IHC; o ciclo da engenharia de usabilidade; diretrizes para navegação e arquitetura de informação; leitura, legibilidade e redação para a Web; as técnicas de concepção; as técnicas de avaliação; tipografia, teoria da cor, elementos e etapas de planejamento de um website. Desenvolvimento de páginas estáticas com HTML e folha de estilo CSS. Validação W3C: versões do HTML/(X)HTML; Validação de HTML/(X)HTML; Validação de CSS; Validação por arquivo e por endereço.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FREEMAN, Elisabeth; FREEMAN, Eric. Use a Cabeça - HTML com CSS e XHTML. 2 ed. Jacaré: Alta Books, 2008. 616 p. ISBN: 9788576082187.

GRANNELL, Craig. O Guia Essencial de Web Design com CSS e HTML. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2009. 648p. ISBN: 9788573937961.

SILVA, Maurício Samy. Criando Sites com HTML. São Paulo: Novatec, 2008. 432 p. ISBN: 9788575221662.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CAMARGOS, Luiz Fernando Macedo; MENEZES, Marco Antonio Figueiredo. Introdução à HTML e PHP. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2008. 112p. ISBN: 9788573936513.

OLIVEIRO, Carlos Antônio José. Faça um SITE – Comércio Eletrônico com ASP+HTML. 3ed. São Paulo: Erica. 288p. ISBN: 9788571947849.

SILVA, Maurício Samy. Construindo sites com CSS e (X)HTML: sites controlados por folhas de estilo em cascata. São Paulo: Novatec, 2007. 446p. ISBN: 9788575221396.

DALL’OGLIO, P. PHP Programando com Orientação a Objetos. 3 ed. Novatec, 2015.

DAVIS, M. E.; PHILLIPS, J. A. Aprendendo PHP e MySQL. Rio de Janeiro: Alta Books, 2008.

COMPONENTE CURRICULAR:	Carga horária:	Unidade Acadêmica Ofertante
Ambientes Virtuais de Aprendizagem Tridimensionais	64 horas	IE/DTFE
Carga horária prática	CH da Prática Como Componente Curricular	
8 horas	-	
Objetivo: Capacitar o aluno na utilização e gerenciamento de Ambientes Virtuais de Aprendizagem tridimensional, com o propósito de uso e aplicação em contextos educativos		

EMENTA

Aspectos conceituais dos Ambientes Virtuais de Aprendizagem tridimensionais; Os recursos do Ambiente Virtual de Aprendizagem Tridimensional em situações educativas; Estratégias eletrônicas de ensino-aprendizagem 3D; Ferramentas e funcionalidades do Ambiente Virtual de Aprendizagem 3D; Implementação de uma solução projetada por um método de design instrucional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

TORI, R.; KIRNER, C.; SISCOOTTO, R. Fundamentos e Tecnologia de Realidade

Virtual e Aumentada. Belém, PA: VIII Symposium on Virtual Reality, 2006.

VALENTE, C.; MATTAR, J. Second Life e WEB 2.0 na Educação: o potencial

revolucionário das novas tecnologias. São Paulo: Novatec, 2007.

ROCHA, H. V.; BARANAUSKAS, M. C. C. Design e avaliação de interface humano-computador. Campinas: NIED/UNICAMP, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

HAGUENAUER, Cristina; CUNHA, Gerson G.; CORDEIRO FILHO, Francisco (orgs.). Realidade virtual aplicada ao ensino. Curitiba: CRV, 2011.

PEREIRA, R. G. Sloodle: um ambiente virtual de ensino aprendizagem em três dimensões - Um estudo de caso no ensino superior. Disponível em:< <http://www.tise.cl/volumen9/TISE2012/645-648.pdf>>2013.

PREECE, J. Design de Interação: além da interação homem-computador. Porto Alegre: Bookman, 2005.

PEREIRA, A. T. C.; SCHMITT, V.; DIAS, M. R. A. C. Ambientes Virtuais de Aprendizagem. In: PEREIRA, A. T. C. (Ed.). Ambientes Virtuais de Aprendizagem - em diferentes contextos. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2007.

SCHNEIDER, Henrique N. (org) Informática e educação. Aracaju: SESI, 2011.

COMPONENTE CURRICULAR:	Carga horária:	Unidade Acadêmica Ofertante
Aspectos Éticos e Legais no uso da Internet	64 horas	IE/DTFE
Carga horária prática	CH da Prática Como Componente Curricular	
-	-	
Objetivo: Apresentar ao aluno os conceitos básicos de direito e ética para uso das TDIC em contextos educativos, considerando as práticas culturais da cultura digital.		

EMENTA

Ética e cultura digital; Direitos autorais e de propriedade; Registros; Marcas e patentes; Pirataria digital; O crime de invasão de sistemas e sites; O direito e o comércio eletrônico; Patrimônio digital da organização (software, dados, informação e conhecimento); Orientações legais para contratos de venda ou locação de software e para prestação de serviços na área de desenvolvimento e manutenção de software; Transformações nas condições de trabalho com uso intenso das TDIC; As TDIC e benefícios sociais; As TDIC e os desafios da inclusão social.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

REINALDO FILHO, Demócrito. Direito da informática: temas polêmicos. Bauru: São Paulo, 2002.

PAESANI, Liliana Minardi. Direito de informática: comercialização e desenvolvimento internacional de software. São Paulo: Atlas, 2009.

AGUIAR, Paulo Roberto M. Legislação sobre direitos autorais. Brasília: Senado Federal, 2007.

ORRICO JÚNIOR, Hugo. Pirataria de software. São Paulo: MM Livros, 2004.

YOUSSEF, Antonio Nicolau e FERNANDEZ, Vicente Paz. Informática e Sociedade. São Paulo: Ática, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARRAL, Welber; PIMENTEL, Luiz Otávio. Propriedade intelectual e desenvolvimento. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2007.

DUPAS, Gilberto. Ética e Poder na Sociedade de Informação. São Paulo: Unesp, 2000.

PAESANI, Liliana Minardi. Direito e Internet. 2ª Edição. São Paulo: Atlas, 2003.

SCHAFF, Adam. A Sociedade Informática. São Paulo: Brasiliense, 1996.

TAPIA, Jorge Rubem Biton. Trajetória da Política de Informática Brasileira. Campinas: Papyrus, 1995.

COMPONENTE CURRICULAR:	Carga horária:	Unidade Acadêmica Ofertante
Educação Inclusiva e Acessibilidade	64 horas	DEOE/IE
Carga horária prática	CH da Prática Como Componente Curricular	
4 horas	-	
Objetivo: Capacitar o aluno na prática e instrumentalização de recursos (hardware e software) assistivas para pessoas especiais.		

EMENTA

Estudos para uma reflexão crítica sobre o sistema educacional brasileiro, em seus aspectos filosóficos, sociais, econômicos, culturais e legais, que orientam e normatizam as políticas de atendimento aos alunos das instituições de ensino regular e especial; Análise das diretrizes sobre educação inclusiva; Acessibilidade; Prática em tecnologia assistiva: apresentação, softwares, hardwares, métodos e metodologias de implementação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRAGA, Maria Lúcia Santana; LOPES, Maria Auxiliadora. Acesso e permanência da população negra no ensino superior. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diver, 2007.

MACEDO, Lino de. Ensaio pedagógico: como construir uma escola para todos?. São Paulo: Artmed, 2005.

RECHICO, Cinara Franco. Da educação especial à educação inclusiva: significado políticos, filosóficos e legais. Boa Vista: Editora da UFRR, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRAGA, Maria Lúcia Santana; SILVEIRA, Maria Helena Vargas. O programa diversidade na universidade e a construção de uma política educacional anti-racista. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diver, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Educação Inclusiva: Atendimento educacional especializado para a Deficiência Mental. Brasília: MEC, SEESP, 2005.

GAIO, Roberta; MENEGHETTI, Rosa G. Krob (Org.). Caminhos da Educação Especial no Brasil. In: Caminhos Pedagógicos da educação especial. Petrópolis: Vozes, 2004.

GONZALÉZ, Eugenio & Colaboradores. Necessidades educacionais específicas: intervenção psicoeducacional. Porto Alegre: Artmed, 2007.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. Saberes, imaginários e representações na educação especial: a problemática ética da “diferença” e da exclusão social. Petrópolis: Vozes, 2005.

COMPONENTE CURRICULAR:	Carga horária:	Unidade Acadêmica Ofertante
Jogos digitais interativos educacionais	64horas	FCA
Carga horária prática	CH da Prática Como Componente Curricular	
-	-	
<p>Objetivo: Compreender os conceitos relacionados com jogos digitais interativos e entretenimento. Identificar os fatores críticos de sucesso na construção de jogos digitais pedagógicos. Identificar oportunidades do uso dos jogos digitais nas atividades de ensino. Avaliar propostas que envolvam a produção e uso de jogos digitais na educação.</p>		

EMENTA

Fundamentação: história e conceitos de jogos digitais interativos. Elementos de um jogo digital. Design de jogos digitais. Mensagens sócio-culturais em ambiente de jogos digitais. Ferramentas para produção de jogos digitais. Jogos digitais pedagógicos. Planejamento e utilização de jogos digitais no ensino. Avaliação de jogos digitais educacionais. Ética em aplicações de jogos e entretenimento digital. Tendências da área, em especial a introdução de novas tecnologias e sua integração na área educacional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MATTAR, J. Games em educação – como os nativos digitais aprendem. São Paulo: Pearson, 2010.

PRENSKY, M. Teaching Digital Natives: Partnering for Real Learning. Corwin. 2010.

SCHUYTEMA, P. Design de games: uma abordagem prática. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AZEVEDO, Eduardo. Desenvolvimento de Jogos 3D e Aplicações em Tempo Real. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

THOMPSON, J.; BERBANK, B.; CUSWORTH, N. Game design course: principles, practice, and techniques—the ultimate guide for the aspiring game designer. John Wiley & Sons, 2007.

HARBOUR, J. S. Programação de Games com Java. Cengage Learning, 2014.

MARTINHO, C.; PRADA, R.; SANTOS, P. Design e Desenvolvimento de Jogos. FCA (Brasil), 2014.

SANTEE, André. Programação de Jogos com C++ e DirectX. São Paulo : Novatec, 2005.

COMPONENTE CURRICULAR:	Carga horária:	Unidade Acadêmica Ofertante
Fundamentos de Interação Humano-Computador nos processos Educativos	64 horas	IEng
Carga horária prática	CH da Prática Como Componente Curricular	
-	-	
Objetivo: Capacitar o aluno a aplicar metodologias de Interação Humano-Computador na concepção de Ambientes Virtuais de Aprendizagem, Produções Multimídia e Design Instrucional, a fim de alcançar sistemas interativos com usabilidade, comunicabilidade e acessibilidade adequada aos usuários.		

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Conceitos básicos e terminologia empregada. Bases Teóricas: engenharia cognitiva e engenharia semiótica. Diretrizes de projeto de interface. Projeto de Interface: conceitos, modelos e técnicas. Usabilidade, Comunicabilidade e Acessibilidade. Avaliação de IHC

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARBOSA, S. D. J.; SANTANA, B. Interação Humano-Computador. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

BENYON, D. Interação Humano-Computador. 2ª ed. São Paulo: Pearson, 2011.

PREECE, Jennifer; ROGERS, Yvonne; SHARP, Helen. Design de Interação: além da interação homem-computador. 3ª ed. Porto Alegre (RS): Bookman, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

JOHNSON, Chirs. Human-Computer Interaction. Amsterdam: IOS Press, 1999.

ROCHA, Heloisa V. & BARANAUSKAS, Maria C. C. Design e Avaliação de Interfaces Humano-Computador. Campinas (SP): NIED/Unicamp, 2003.

LAZAR, Jonathan; FENG, Jinjuan Heidi; Hochheiser, Harry. Research Methods in Human-Computer Interaction. United Kingdom: John Wiley & Sons Ltda, 2010.

MACKENZIE, I. Scott. Human-Computer Interaction: An Empirical Research Perspective. USA: Elsevier, 2013.

PELVSO, Ângelo. Informática e Afetividade. Bauru, SP: EDUSC, 1998. SODRÉ, Muniz. Reinventando a Cultura. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

COMPONENTE CURRICULAR:	Carga horária:	Unidade Acadêmica Ofertante
Realidade virtual e aumentada para Educação	48 horas	IEng/IE/DTFE
Carga horária prática	CH da Prática Como Componente Curricular	
8 horas	-	
Objetivo: Apresentar conceitos, técnicas e dispositivos de Realidade Virtual e Aumentada e suas aplicações, especialmente, em contextos educacionais		

EMENTA

Conceitos de Realidade Virtual (RV), Realidade Aumentada (RA) e Realidade Misturada (RM). Sistemas de RV e RA: dispositivos de entrada/saída; sistemas de interação 3D; modelagem, ferramentas de desenvolvimento. Aplicações. Métricas de avaliação de sistemas de RV e RA. Tendências futuras e fronteiras de pesquisa em Realidade Virtual e Aumentada em contextos educacionais

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CUNHA, G. G.; HAGUENAUER, C.; FILHO, F. C. Realidade Virtual Aplicada ao Ensino. Editora CRV, 2011.

CRAIG, A. B.; SHERMAN, W. R.; WILL J. D. Developing Virtual Reality Applications: Foundations of Effective Design. USA: Elsevier, 2009.

SHERMAN, W. R.; CRAIG, A. B. Understanding Virtual Reality: interface, application, and design. San Francisco, CA: Morgan Kaufmann Publishers, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BURDEA, G. C.; COIFFET, P. Virtual Reality Technology, 2nd. edition, Wiley-Interscience, 2003.

CITELLI, Adilson O.; COSTA, Maria C. (orgs). Educomunicação: construindo uma nova área de conhecimento. São Paulo: Paulinas, 2011.

FUCHS, Philippe; MOREAU, Guillaume; GUITTON, Pascal (Editors). Virtual Reality: Concepts and Technologies, London: Taylor & Francis, 2011.

HAGUENAUER, Cristina; CUNHA, Gerson G.; CORDEIRO FILHO, Francisco (orgs.). Realidade virtual aplicada ao ensino. Curitiba: CRV, 2011.

VINCE, John. Introduction to Virtual Reality. London: Springer, 2004.

COMPONENTE CURRICULAR:	Carga horária:	Unidade Acadêmica Ofertante
Paradigmas de Programação Educacional	64 horas	IEng/IE/DTFE
Carga horária prática	CH da Prática Como Componente Curricular	
8 horas	-	
Objetivo: Capacitar o aluno a compreender os principais aspectos inerentes as linguagens de programação educacionais e apresentar sua utilização para o ensino de programação. Prover o conhecimento para construção de pequenos dispositivos a partir da utilização de hardware livre.		

EMENTA

Linguagens de programação educacionais. Construção de pequenos equipamentos usando hardwares livres.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Joshua Pearce, Open-Source Lab 1st Edition How to Build Your Own Hardware and Reduce Research Costs, Elsevier, 2013.

Uri Wilensky; William Rand (2015). An introduction to agent-based modeling: Modeling natural, social and engineered complex systems with NetLogo. Cambridge: MIT Press. ISBN 978-0-262-73189-8.

Learning With Logo, Daniel Watt, McGraw Hill, ISBN 0-07-068570-3.

Teaching With Logo: Building Blocks For Learning, Molly Watt and Daniel Watt, Addison Wesley (now Pearson) 1986.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

RUMBAUGH, J. et al. Modelagem e projetos baseados em objetos. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1997.

DAVIS, William S. Análise e Projeto de Sistemas: Uma Abordagem Estruturada. Rio de Janeiro: LTC, 1994.

WAZLAWICK, Raul S. Análise e Projeto de Sistemas de Informação Orientados a Objetos. Elsevier: Rio de Janeiro, 2004.

DEITEL, H. M.; DEITEL, P. J, “Como programar em C”, 6ª Edição, Pearson, 2011.

COUGO, Paulo. Modelagem Conceitual e Projeto de Bancos de Dados. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

COMPONENTE CURRICULAR:	Carga horária:	Unidade Acadêmica Ofertante
Programação para Jogos Educa- cionais	48 horas	IEng/IE/DTFE
Carga horária prática	CH da Prática Como Componente Curricular	
8 horas	-	
Objetivo: apresentar uma visão geral do processo de desenvolvimento de jogos digitais, com ênfase na especificação da estrutura, regras e interações que constituem o jogo. Dentro do escopo da disciplina também está incluído o estudo de tópicos de programação de jogos, visando fornecer ao aprendiz vivência do processo de projeto de um jogo digital.		

EMENTA

Conceitos de jogo e regras; Game design; Documentação de um jogo (“game design doc”); Organização de um jogo digital; Estruturas de controle para jogos digitais; Estruturas de dados para jogos digitais; Projeto e desenvolvimento de jogos digitais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DALMAU, D.S.C. Core Techniques and Algorithms in Game Programming. New Riders, 2003. 888p.

SALEN, K., ZIMMERMAN, E. Rules of Play: Game Design Fundamentals. MIT Press, 2004. 670p.

SCHUYTEMA, P. Design de Games: Uma Abordagem Prática. Cengage, 2008. 472p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BETHKE, E. Game Development and Production. Wordware, 2003. 412p.

KOSTER, R. A Theory of Fun for Game Design. Paraglyph Press, 2005. 244p.

LEINO, O., WIRMAN, H., FERNANDEZ, A. (ed.). Extending Experiences: Structure, Analysis and Design of Computer Game Player Experience. Lapland University Press, 2008. 298p.

REAS, C., FRY, B. Processing: a Programming Handbook for Visual Artists and Designers. MIT Press, 2007. 710p.

ROLLINGS, A., ADAMS, E. Andrew Rollings and Ernest Adams on Game Design. New Riders, 2003. 648p.

COMPONENTE CURRICULAR:	Carga horária:	Unidade Acadêmica Ofertante
Recursos Educacionais Abertos	64 horas	IEng/IE/DTFE
Carga horária prática	CH da Prática Como Componente Curricular	
8 horas	-	
Objetivo: compreender os conceitos, aplicações e as fronteiras dos Recursos Educacionais Abertos (REA) no âmbito da Educação a Distância e Educação Presencial.		

EMENTA

Recursos Educacionais Abertos (REA) como campo multidisciplinar emergente e seu impacto nas práticas de ensino e aprendizagem: de objetos de aprendizagem, conteúdo aberto e software livre a práticas e recursos educacionais abertos; discursos constitutivos do campo; interoperabilidade, sustentabilidade e direitos autorais; abertura, autoria e autonomia; modelos pedagógicos e teorias da aprendizagem com recursos abertos; REA e políticas públicas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DANIELS, H. Vygotsky e a pedagogia. São Paulo: Loyola, 2003.

PRETO, N. L.; SANTANA, B. Recursos Educacionais Abertos. EDUFBA, 2012.

SILVA, R. S. Objetos de Aprendizagem Para Educação a Distância - Recursos Educacionais Abertos Para Ambientes Virtuais de Aprendizagem. Novatec, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FONSECA, Renata Almeida. A Modelagem de Unidades de Aprendizagem Usando Recursos de Ambientes Virtuais. Universidade Estadual de Campinas, Centro de Computação, 2007. Disponível em: < <http://www.rautu.unicamp.br/nourau/ead/document/?view=100>>.

SANTOS, A. I. O conceito de abertura em EAD. In: LITTO, F. M.; FORMIGA, M. (Org.). Educação a Distância. O Estado da Arte (p.290-296). São Paulo: Pearson, 2009.

MESQUITA, Deleni; JUNIOR, Dilermando Piva; GARA, Elizabete Briani Macedo. Ambiente Virtual de Aprendizagem - Conceitos, Normas, Procedimentos e Práticas Pedagógicas no Ensino. Érica, 2014.

SANT'ANNA, Ilza Martins; SANT'ANNA, Victor Martins. Recursos Educacionais para o Ensino - Quando e Por Quê? Ed. Vozes, 2004.

BASTOS, F. P. ; ANGOTTI, J. A. P. ; TOLENTINO-NETO, L. C. B. ; REAL, M. P. C.. Educação Mediada por Tecnologias Educacionais Livres: Diálogo-Problematização necessário à formação de professores no âmbito da Universidade Aberta do Brasil. Inter-ação (UFG. Impresso), v. 35, p. 293-304, 2010.

COMPONENTE CURRICULAR:	Carga horária:	Unidade Acadêmica Ofertante
Programação para Web II	48 horas	IEng/IE/DTFE
Carga horária prática	CH da Prática Como Componente Curricular	
8 horas	-	
Objetivo: Capacitar o aluno para produção de aplicações para grande rede mundial de computadores.		

EMENTA

Desenvolvimento de aplicações web. Persistência de Dados. Ferramentas de desenvolvimento e versionamento de código fonte.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

SOARES, W. PHP 5: Conceitos, Programação e Integração. Ed. Érica, 2010.

PRESSMAN, R. S.; LOWE, D. Engenharia Web. LTC, 2009.

SOARES, W. Programação Web com PHP 5. Ed. Érica, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MEMÓRIA, F. Design para a Internet: projetando a experiência perfeita. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

HOGAN, B. P. HTML5 and CSS3: Level Up with Today's Web Technologies. 2ª edition. Pragmatic Bookshelf, 2013.

SOULDERS, Steve. Alta Performance em Sites Web. Alta Books, 2007.

DEITEL, H. M. Internet e World Wide Web: Como Programar. Editora BookMan, 2003.

COMPONENTE CURRICULAR:	Carga horária:	Unidade Acadêmica Ofertante
Governança de Tecnologia da Informação no setor público	48 horas	IEng/IE/DTFE
Carga horária prática	CH da Prática Como Componente Curricular	
8 horas	-	
Objetivo: Possibilitar ao aluno a compreensão de conceitos básicos sobre planejamento, governança de TI e processos de gestão de: planejamento, fornecedores e aquisição em instituições públicas		

EMENTA

Conceitos sobre governança de TI; Governança de TI no setor público; Planejamento tático, estratégico e operacional; Estudo de caso sobre um modelo de planejamento estratégico do setor público; Plano Diretor de TI (PDTI) no setor público; Estudo de caso sobre PDTI em uma instituição educacional; Princípios básicos da lei de licitações no setor público; Aquisição de bens e serviços de TI no setor público; Estudo de caso sobre gestão de processos de aquisição de TI em instituições educacionais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ASSIS, Celia B. Governança e Gestão da Tecnologia da Informação: Diferenças na aplicação em empresas brasileiras. São Paulo, 201.

FERNANDES, Aguinaldo Aragon; Abreu, Vladimir Ferraz de. Implantando a Governança de TI - da Estratégia À Gestão Dos Processos e Serviços - 3ª Ed. Brasport: 2012.

MANSUR, Ricardo. Governança da Nova TI - A Revolução. Ed. Ciência Moderna: 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALBERTIN, A. L.; MOURA, R. M. (Organizadores). Tecnologia de Informação. São Paulo: Atlas, 2004.

CID, Miranda; Pimentel, Luis F. Fundamentos de Governança de TI. In. Seminário Sucsusu, 2005. Rio de Janeiro.

FERNANDES, Aguinaldo Aragon; ABREU, Vladimir Ferraz. Implantando a Governança de TI - da

Estratégia à Gestão dos Processos e Serviços. Rio de Janeiro: Brasport, 2006.

SANTOS, Maria Helena. Governabilidade , governança e capacidade governativa. In: ENAP Texto para discussão. Nº 47. 2001.

Weill,Peter; Ross, Jeanne W.Governança de Ti - Tecnologia da Informação. Ed. M.Books:2005.

COMPONENTE CURRICULAR:	Carga horária:	Unidade Acadêmica Ofertante
Direitos Autorais para produção de material didático	48 horas	IEng/IE/DTFE
Carga horária prática	CH da Prática Como Componente Curricular	
8 horas	-	
Objetivo: Possibilitar ao aluno a compreensão de temas relacionadas ao direito autoral no Brasil para o desenvolvimento de material didático.		

EMENTA

Compreender temas relacionados aos direitos autorais no Brasil; distinguir conceitos relativos aos tipos de obras intelectuais e respectivos direitos; reconhecer as inter-relações e implicações concretas da legislação de direitos autorais em instituições educacionais; desenvolver reflexões sobre as determinações legais adequando-as às situações reais de uso; contextualizar as principais regulamentações de direitos autorais aplicadas no campo de informática com foco na produção de material digital.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MANSO, Eduardo J. Vieira. O que é Direito Autoral. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

GANDELMAN, Henrique. De Gutenberg à Internet: Direitos autorais na era digital. 1ªed. São Paulo: Record. 1997.

SOARES , Sávio De Aguiar. Direito Autoral Digital. Ed. D'Plácido, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRANCO JUNIOR, Sergio Vieira. Direitos autorais na internet e o uso de obras alheias. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2007.

HAMMES, Bruno Jorge. O Direito da Propriedade Intelectual. Ed. Unisinos, 3ª Ed., 2002

PIMENTA, Eduardo. Código de Direitos Autorais. Editora Lejus, 1ª Ed., 1998.

MARTINS FILHO, Plínio. Direitos autorais na Internet. Ci. Inf. [online]. 1998, vol.27, n.2, pp. nd-nd. ISSN 0100-1965. doi: 10.1590/S0100-19651998000200011.

CABRAL, Plínio. Revolução Tecnológica e Direito Autoral. São Paulo: Ed. Sagra Luzzatto, 1998.

COMPONENTE CURRICULAR:	Carga horária:	Unidade Acadêmica Ofertante
Inteligência Artificial na Educação	48 horas	IEng/IE/DTFE
Carga horária prática	CH da Prática Como Componente Curricular	
8 horas	-	
Objetivo: Capacitar o aluno para reconhecer e utilizar os principais recursos e ferramentas da Inteligência artificial, nas mais variadas aplicações em sistemas computacionais para educação.		

EMENTA

Inteligência artificial; Representação do conhecimento; Tópicos de Inteligência artificial tais como processamento da linguagem natural, sistemas especialistas, redes neurais artificiais, algoritmos genéticos e tutores inteligentes; A utilização de inteligência artificial na elaboração de estratégias educacionais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LUGER, George F. Inteligência Artificial: estruturas e estratégias para a resolução de problemas complexos. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FERNANDES, A. M. da R. Inteligência artificial: noções gerais. São Paulo: Visual Books, 2003.

RUSSELL, S.J. Inteligência artificial. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CARVALHO, Luís Alfredo Vidal de. Datamining: a mineração de dados no marketing, medicina, economia, engenharia e administração. São Paulo: Érica, 2001.

COELHO, Helder. Inteligência Artificial em 25 lições. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995

RICH, Elaine. Inteligência artificial. São Paulo: Makron Books, 1994.

ARARIBOIA, G. Inteligência artificial: um curso prático. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1988.

OTHERO, G. de A.; MENUZZI, S. de M. Linguística computacional: Teoria & Prática. 1ª Ed. São Paulo: Parábola, 2005

COMPONENTE CURRICULAR:	Carga horária:	Unidade Acadêmica Ofertante
Estágio Supervisionado I	100 horas	IE/DTFE
Carga horária prática	CH da Prática Como Componente Curricular	
100 horas	-	
Objetivo: Complementar a formação dos alunos por intermédio de atividades de base eminentemente pedagógicas desenvolvidas em ambiente profissional, promovendo a articulação teoria-prática iniciada e desenvolvida ao longo do curso.		

EMENTA

Fase de observação, investigação, reflexão e problematização da prática relacionada à gestão de sala de aula; Caracteriza-se como preparatória à elaboração do planejamento a ser apresentado como norteador das ações do processo ensino e aprendizagem a serem executadas nas próximas etapas; Participação em sala de aula, como observador crítico de aulas, desde o planejamento até a avaliação; Elaboração de relatório envolvendo as reflexões sobre as atividades observadas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DELLA TORRE, M. B. L. Caderno de orientação dos estágios: habilitação específica de 2º grau. São Paulo: T.A. Queiroz, 1983.

KENSKI, Vani Moreira. A prática de ensino e o estágio supervisionado. Campinas: Papirus, 2005.

PORTELA, Keyla C. A. Estágio supervisionado e prática. Santa Cruz do rio Prado: Viena, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALVARENGA, Marina. Manual de orientação: estágio supervisionado. São Paulo: Pioneira, 1998.

FREITAS, Helena C. L. O trabalho como princípio articulador na prática de ensino e nos estágios. Campinas: Papirus, 2002.

PICONEZ, S. C. B.(coord.) A prática de ensino e o estágio supervisionado. São Paulo: Papirus, 1994. 139 p.

PIMENTA, Selma Garrido. O estágio na formação de professores: teoria e prática. São Paulo: Cortez, 2001.

_____ ; LIMA, Maria do Socorro Lucena. Estágio e Docência. São Paulo: Cortez, 2004.

COMPONENTE CURRICULAR:	Carga horária:	Unidade Acadêmica Ofertante
Estágio Supervisionado II	100 horas	IE/DTFE
Carga horária prática	CH da Prática Como Componente Curricular	
100 horas	-	
Objetivo: Complementar a formação dos alunos por intermédio de atividades de base eminentemente pedagógicas desenvolvidas em ambiente profissional, promovendo a articulação teoria-prática iniciada e desenvolvida ao longo do curso.		

EMENTA

Fase de execução: prática de sala de aula. São propostas ações para a prática e aprofundamento do processo de construção do conhecimento. É a fase de construção do planejamento a partir de propostas de ações para a prática a qual será vivenciada na unidade escolar em questão, durante esses períodos. Participação em sala de aula, como participante e auxiliando o docente em aulas de informática em instituições de ensino. Discussão da prática vivenciada pelos alunos, e realização de proposição de ações de reencaminhamento da prática (ação – reflexão – ação). Elaboração de relatório conteúdo-planejamento com descrição das atividades, resultados obtidos e apreciação crítica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

PORTELA, Keyla C. A. Estágio supervisionado e prática. Santa Cruz do rio Prado: Viena, 2007.

CARVALHO, Anna Maria P. A formação do professor e a prática de ensino. São Paulo: Pioneira, 1988.

PIMENTA, Selma Garrido. Estágio e docência. São Paulo: Cortez, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALVARENGA, Marina. Manual de orientação: estágio supervisionado. São Paulo: Pioneira, 1998.

FREITAS, Helena C. L. O trabalho como princípio articulador na prática de ensino e nos estágios. Campinas: Papyrus, 2002.

KENSKI, Vani Moreira. A prática de ensino e o estágio supervisionado. Campinas: Papyrus, 2005. 1998.

PIMENTA, Selma Garrido. O estágio na formação de professores: teoria e prática. São Paulo: Cortez, 2001.

_____ ; LIMA, Maria do Socorro Lucena. Estágio e Docência. São Paulo: Cortez, 2004.

COMPONENTE CURRICULAR:	Carga horária:	Unidade Acadêmica Ofertante
Estágio Supervisionado III	100 horas	IE/DTFE
Carga horária prática	CH da Prática Como Componente Curricular	
100 horas	-	
Objetivo: Complementar a formação dos alunos por intermédio de atividades de base eminentemente pedagógicas desenvolvidas em ambiente profissional, promovendo a articulação teoria-prática iniciada e desenvolvida ao longo do curso.		

EMENTA

Fase de execução: realização da prática de sala de aula na unidade escolar definida; prática e aprofundando do processo de construção do conhecimento; propostas de ações para a prática a qual será vivenciada, durante o período. O planejamento, a regência de classe e a avaliação, como atividades críticas, capazes de revelar dificuldades e fomentar soluções diferenciadas para as necessidades dos alunos. análise dos trabalhos realizados e proposição de ações de encaminhamento da prática (ação – reflexão – ação). . Elaboração de relatório com descrição das atividades, resultados obtidos e apreciação crítica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FREITAS, Helena C. L. O trabalho como princípio articulador na prática de ensino e nos estágios. Campinas: Papyrus, 2002.

LISITA, Verbena Moreira. Políticas educacionais, práticas escolares e alternativas de inclusão escolar. Rio de Janeiro: DP & A, 2003.

PIMENTA, Selma Garrido. O estágio na formação de professores: unidade, teoria e prática. São Paulo: Cortez, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALVARENGA, Marina. Manual de orientação: estágio supervisionado. São Paulo: Pioneira, 1998.

CARVALHO, Anna Maria P. A formação do professor e a prática de ensino. São Paulo: Pioneira, 1998.

KENSKI, Vani Moreira. A prática de ensino e o estágio supervisionado. Campinas: Papirus, 2005.

PIMENTA, Selma Garrido. O estágio na formação de professores: teoria e prática. São Paulo: Cortez, 2001.

_____ ; LIMA, Maria do Socorro Lucena. Estágio e Docência. São Paulo: Cortez, 2004.

COMPONENTE CURRICULAR:	Carga horária:	Unidade Acadêmica Ofertante
Estágio Supervisionado IV	100 horas	IEng/IE/DTFE
Carga horária prática	CH da Prática Como Componente Curricular	
100 horas	-	
Objetivo: Complementar a formação dos alunos por intermédio de atividades de base eminentemente pedagógicas desenvolvidas em ambiente profissional, promovendo a articulação teoria-prática iniciada e desenvolvida ao longo do curso.		

EMENTA

Fase final de execução e avaliação do projeto de ensino e aprendizagem, inserido no contexto da escola. Aprofundamento do processo de construção do conhecimento; discussão da prática vivenciada; avaliação; elaboração do relatório final do estágio.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

PIMENTA, Selma Garrido. O estágio na formação de professores: unidade, teoria e prática. São Paulo: Cortez, 2005.

LISITA, Verbena Moreira S. de S. Políticas educacionais, práticas escolares e alternativas de inclusão escolar. Rio de Janeiro: DP & A, 2003.

FREITAS, Helena Costa Lopes de. O trabalho como princípio articulador na prática de ensino e nos estágios. Campinas: Papirus, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALVARENGA, Marina. Manual de orientação: estágio supervisionado. São Paulo: Pioneira, 1998.

KENSKI, Vani Moreira. A prática de ensino e o estágio supervisionado. Campinas: Papirus, 2005.

PIMENTA, Selma Garrido. O estágio na formação de professores: teoria e prática. São Paulo: Cortez, 2001.

_____; LIMA, Maria do Socorro Lucena. Estágio e Docência. São Paulo: Cortez, 2004

PERRENOUD, Philippe. Formando professores profissionais. Porto Alegre: Artmed, 2001.

COMPONENTE CURRICULAR:	Carga horária:	Unidade Acadêmica Ofertante
Seminário Integrador I	64 horas	IE/DTFE
Carga horária prática	CH da Prática Como Componente Curricular	
14	50 horas	
Objetivo: Realizar atividades que permitam ao educando a vivência e reflexão sobre práticas educacionais por meio de ambiências educacionais.		

EMENTA

Pesquisas de campo e bibliográficas, que promovam reflexões sobre aspectos relacionados à informática aplicada, à história e à política da Educação, com enfoque em conhecimentos relacionados ao desenvolvimento tecnológico e educacional e ao mundo do professor e a problemática predominantemente observada no sistema educacional brasileiro, assuntos atuais que contextualizam o ensino da informática e integram diversas áreas de conhecimentos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

UNESCO. Aprendizagem aberta e a distância: perspectivas e considerações sobre políticas educacionais. Florianópolis: Imprensa Universitária, 1997.

BARROS, D. M. V. Estilos de Aprendizagem e o uso das Tecnologias. Artesanato Educacional, 2014.

LÉVY, Pierre (1999) Cibercultura. São Paulo: Editora 34, 1999.

BASTOS, Lúcia Kopschitz. A produção escrita e a gramática. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. História da Educação. São Paulo: Moderna, 2007.

FREITAG, Bárbara. Escola, Estado e Sociedade. São Paulo: Moraes, 1986.

VYGOTSKY, Lev. A formação Social da Mente. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

EYSENCK, Michael W.; KEANE, Mark T. Reconhecimento de objetos. In: Manual de Psicologia Cognitiva. 5 ed. Porto Alegre: Artmed, 2007. cap. 3, p. 74-113.

GOULART, I.B. Psicologia da Educação. Petrópolis: Vozes, 1987.

COMPONENTE CURRICULAR:	Carga horária:	Unidade Acadêmica Ofertante
Seminário Integrador II	64 horas	IE/DTFE
Carga horária prática	CH da Prática Como Componente Curricular	
14	50 horas	
Objetivo: Realizar atividades que permitam ao educando a vivência e reflexão sobre requisitos de um projeto de software educacional por meio de ambiência educacional.		

EMENTA

Reflexões sobre aspectos relacionados aos processos de Educação Mediada por TICs, Organização de Computadores, Análise e projeto de Software Educacional. Conhecimentos e habilidades para criação formatação de um trabalho em formato científico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MEDEIROS, João Bosco. Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. São Paulo: Atlas, 1990.

MORIN, Edgar. Educar na era planetária: o pensamento complexo como método de aprendizagem pelo erro e incerteza humana. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2003.

TANENBAUM, A. S. Organização estruturada de computadores. São Paulo: Pearson/Prentice Hall, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

TANENBAUM, A. S. Sistemas Operacionais Modernos. 3. ed. Prentice Hall, 2010.

MENEZES, N. N. C.. Introdução à Programação Com Python - Algoritmos e lógica de programação para iniciantes. NOVATEC, 2014.

PERKOIVC, L.. Introdução à Computação Usando Python - Um foco no desenvolvimento de aplicações. LTC, 2016.

PALOFF, R. e PRATT, K. O aluno virtual – um guia para trabalhar com estudantes online. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Cortez, 2002.

COMPONENTE CURRICULAR:	Carga horária:	Unidade Acadêmica Ofertante
Seminário Integrador III	64 horas	IE/DTFE
Carga horária prática	CH da Prática Como Componente Curricular	
14	50 horas	
Objetivo: Realizar atividades que permitam ao educando a vivência e reflexão de aspectos relacionados à gestão educacional em ambiência educacional.		

EMENTA

Aspectos relacionados aos fundamentos sociológicos, políticos e filosóficos da educação, à gestão educacional, banco de dados e redes de computadores. Diferentes planos de gestão escolar de instituições escolares, com destaque para os aspectos inovadores.

BIBLIOTECA BÁSICA

ARANHA, M. L. de A. et al. Filosofia da Educação. São Paulo: Moderna, 1989.

GADOTTI, Moacir. A educação contra a educação: o esquecimento da educação e a educação permanente. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

SILVA, T. T. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

BIBLIOTECA COMPLEMENTAR

CORONEL, C.; MORRIS, S.; ROB, P. Database Systems: Design, Implementation, and Management. Cengage Learning, 2012.

JUKIC, N.; VRBSKY S.; NESTOROV, S. Database Systems: Introduction to Databases and Data Warehouses. Prentice Hall, 2013.

CAMARGOS, Luiz Fernando Macedo; MENEZES, Marco Antonio Figueiredo. Introdução à HTML e PHP. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2008. 112p. ISBN: 9788573936513.

OLIVEIRO, Carlos Antônio José. Faça um SITE – Comércio Eletrônico com ASP+HTML. 3ed. São Paulo: Erica. 288p. ISBN: 9788571947849.

GOODSON, Igor. F. O currículo em Mudança. Estudos na construção social do currículo. Portugal: Porto Editora, 2001.

COMPONENTE CURRICULAR:	Carga horária:	Unidade Acadêmica Ofertante
Seminário Integrador IV	64 horas	IE/DTFE
Carga horária prática	CH da Prática Como Componente Curricular	
14	50 horas	
Objetivo: Realizar atividades que permitam ao educando a vivência e reflexão de aspectos relacionados a matriz de design para uma unidade didática em ambiência educacional.		

EMENTA

Aspectos relacionados ao planejamento educacional, planejamento de matriz de design instrucional e ambientes virtuais de aprendizagem.

BIBLIOTECA BÁSICA

LIBÂNEO, José Carlos. Didática. São Paulo: 1990.

VEIGA, Ilma Passos A. A prática pedagógica do professor de didática. Campinas: Papyrus, 2002.

LUCKESI, Cipriano C. Avaliação da aprendizagem escolar. São Paulo: Cortez, 1998.

BIBLIOTECA COMPLEMENTAR

FILATRO, Andrea. Design Instrucional na Prática. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2008.

ANJOS, A. M. dos. Tecnologias da informação e da comunicação, aprendizado eletrônico e ambientes virtuais de aprendizagem. In: MACIEL, Cristiano (Org.). Educação a Distância – Ambientes Virtuais de Aprendizagem. Cuiabá: EdUFMT, 2013.

BARBOSA, Rommel, M. Ambientes Virtuais de Aprendizagem, Ed. Artmed, 2004.

PRETTO, Nelson Luca. Uma Escola com/sem futuro: educação multimídia. Campinas, SP: Papirus, 1996

SANT'ANNA, Flávio. Planejamento de ensino e avaliação. Porto Alegre: Sagra, 1998.

COMPONENTE CURRICULAR:	Carga horária:	Unidade Acadêmica Ofertante
Seminário Integrador V	64 horas	IE/DTFE
Carga horária prática	CH da Prática Como Componente Curricular	
14	50 horas	
Objetivo: Realizar atividades que permitam ao educando a vivência e reflexão de aspectos relacionados a um texto digital ilustrado em ambiência educacional.		

EMENTA

Aspectos relacionados à produção de texto digital e design e arte digital.

BIBLIOTECA BÁSICA

ARHEIM, Rudolf. Arte e percepção visual. Pioneira, São Paulo, 1984.

SANTAELLA, Lucia. Cultura das mídias. São Paulo: Experimento, 1992.

ARNHEIM, Rudolf. Arte e percepção visual. São Paulo, Pioneira, 1994.

BIBLIOTECA COMPLEMENTAR

BELISÁRIO, Aluizio. O material didático na educação a distância e a constituição de propostas interativas. In: SILVA, Marco (org). Educação online. São Paulo: Loyola, 2003. p. 135-146.

LEMOS, André. Cibercultura. Tecnologia e vida social na cultura contemporânea. Porto Alegre: Sulina, 2002.

PORTO, Tania Maria Esperon. As tecnologias de comunicação e informação na escola: relações possíveis... relações construídas. Revista Brasileira de Educação, v.11, n. 31, jan./abr. 2006. Disponível em URL: < <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n31/a05v11n31.pdf>>. Acesso em 01 de março de 2012.

WILLIAMS, Robin. Design para quem não é designer: noções básicas de planejamento visual. 2 ed. rev. e ampl. São Paulo: Callis, 2005.

TSCHICHOLD, Jan. A Forma do Livro - Ensaios sobre Tipografia e Estética do Livro. São Paulo: Atelie, 2007.

COMPONENTE CURRICULAR:	Carga horária:	Unidade Acadêmica Ofertante
Seminário Integrador VI	64 horas	IE/DTFE
Carga horária prática	CH da Prática Como Componente Curricular	
14	50 horas	
Objetivo: Realizar atividades que permitam ao educando a vivência e reflexão de aspectos relacionados a vídeo educacional em contexto escolar.		

EMENTA

Aspectos relacionados ao planejamento e produção de um vídeo educacional.

BIBLIOTECA BÁSICA

FECHINE, Yvana. Roteiro em novas mídias: uma abordagem a partir da teoria da linguagem Revista Galáxia, São Paulo, n. 22, 222-236, dez. 2011.

GOSCIOLA, Vicente. Roteiro para as novas mídias – Do game à TV interativa. São Paulo: Ed. Senac, 2007.

CHION, Michel. A audiovisão: som e imagem no cinema. Lisboa: Texto & Grafia, 2008.

BIBLIOTECA COMPLEMENTAR

APARICI, Roberto, Matilla Garcia, Valdivia Manuel. La imagen. Madrid: Toran S.A. 1992.

EPSTEIN, Isaac. Teoria da informação. 2. ed. São Paulo: Ática, 1988.

SERRA, F. A Arte e a Técnica do Vídeo: do roteiro à Edição. São Paulo: Summus, 1986.

XAVIER, Ismail. O discurso cinematográfico. São Paulo: Paz e Terra, 2005, 3ª ed.

BRASIL / SEESP. O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa / Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos - Brasília: MEC; SEESP, 2004.

COMPONENTE CURRICULAR:	Carga horária:	Unidade Acadêmica Ofertante
Seminário Integrador VII	64 horas	IE/DTFE
Carga horária prática	CH da Prática Como Componente Curricular	
14	50 horas	
Objetivo: Realizar atividades que permitam ao educando a vivência e reflexão de aspectos relacionados a curso virtual 3D e páginas da Web para uma unidade educacional.		

EMENTA

Aspectos relacionados à produção multimídia e hipermídia em contextos educacionais e ambientes virtuais tridimensionais de aprendizagem.

BIBLIOTECA BÁSICA

RIBEIRO, N. Multimídia e Tecnologias Interativas. 5ª ed., FCA/Lidel-Zamboni, 2012.

CHAK, Andrew. Como Criar Sites Persuasivos. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2004.

BARBOSA, S. D. J.; SANTANA, B. Interação Humano-Computador. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

BIBLIOTECA COMPLEMENTAR

TORI, R.; KIRNER, C.; SISCOOTTO, R. Fundamentos e Tecnologia de Realidade Virtual e Aumentada. Belém, PA: VIII Symposium on Virtual Reality, 2006.

ROCHA, H. V.; BARANAUSKAS, M. C. C. Design e avaliação de interface humano-computador. Campinas: NIED/UNICAMP, 2003.

FERRETTI, Celso João et al. Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar. Petrópolis: Vozes, 1994.

PAULA FILHO, W. P. Multimídia - Conceitos e Aplicações. 2ª ed., LTC, 2011.

VAUGHAN, T. Multimedia: Making It Work. 9ª ed., McGraw-Hill Education, 2014.

COMPONENTE CURRICULAR:	Carga horária:	Unidade Acadêmica Ofertante
Seminário Integrador VIII	64 horas	IE/DTFE
Carga horária prática	CH da Prática Como Componente Curricular	
14	50 horas	
Objetivo: Realizar atividades que permitam ao educando a vivência e reflexão de aspectos relacionados a práticas e temas inovadores utilizando as TDIC em ambiência educacional.		

EMENTA

Aspectos relacionados a jogos educacionais digitais interativos e práticas e temas inovadores na educação, utilizando as TDIC.

BIBLIOTECA BÁSICA

REINALDO FILHO, Demócrito. Direito da informática: temas polêmicos. Bauru: São Paulo, 2002.

PAESANI, Liliana Minardi. Direito de informática: comercialização e desenvolvimento internacional de software. São Paulo: Atlas, 2009.

MACEDO, Lino de. Ensaio pedagógico: como construir uma escola para todos?. São Paulo: Artmed, 2005.

BIBLIOTECA COMPLEMENTAR

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. Saberes, imaginários e representações na educação especial: a problemática ética da “diferença” e da exclusão social. Petrópolis: Vozes, 2005.

AZEVEDO, Eduardo. Desenvolvimento de Jogos 3D e Aplicações em Tempo Real. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

COAD, Peter. Análise baseada em objetos. Rio de Janeiro: Campus, 1991.

FEOFILOFF, Paulo. Algoritmos em Linguagem C. Elsevier, 2008.

RUMBAUGH, J. et al. Modelagem e projetos baseados em objetos. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1997.

MATTAR, J. Games em educação – como os nativos digitais aprendem. São Paulo: Pearson, 2010.

9. APÊNDICE B – REGULAMENTO DE ESTÁGIO

De acordo com a Resolução CONSEPE nº 117 de 11 de agosto de 2009, baseada nas disposições constantes na Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008 que regulamenta o estágio supervisionado nacional, o Colegiado de curso de graduação em Tecnologia Educacional, Licenciatura, no uso de suas atribuições legais, define as diretrizes aplicáveis ao estágio supervisionado obrigatório e não obrigatório dos alunos do curso de graduação em Tecnologia Educacional, Licenciatura, a Distância, da Universidade Federal de Mato Grosso.

REGULAMENTO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. O Estágio Supervisionado - ES é uma atividade obrigatória para os estudantes do curso de graduação em Tecnologia Educacional, Licenciatura, ofertado na modalidade a Distância da Universidade Federal de Mato Grosso e será regido por estas normas e demais disposições acadêmicas, obedecidos os dispositivos legais aplicáveis, em conformidade com o Art. 1º da Resolução CONSEPE nº 117/2009.

§1º. O Estágio Supervisionado tem caráter curricular, consistindo-se de Relatórios Parciais e de Relatório Final de Estágio Supervisionado, dividido entre as etapas de Estágio Supervisionado I, II, III e IV, para a obtenção do título de Licenciado em Tecnologia Educacional.

§2º. Ao firmar o convênio para receber o curso de graduação em Tecnologia Educacional, Licenciatura, o município ou o Estado ficará responsável por intermediar por meio da coordenação de polo a disponibilização de vagas de estágio aos estudantes nos órgãos públicos municipais e estaduais.

CAPÍTULO II

DOS OBJETIVOS

Art. 2º. São objetivos do estágio:

- I. Possibilitar ao estudante o contato com a prática da Informática, proporcionando-lhe uma oportunidade de confrontar as teorias estudadas com as práticas existentes, oferecendo-lhe oportunidades de executar tarefas relacionadas com sua área de interesse;
- II. Complementar a formação do estudante através do desenvolvimento de habilidades e análises de situações relacionadas com o seu campo de atuação profissional;

- III. Proporcionar ao aluno oportunidade de rever posições teóricas quanto à prática profissional em suas relações da sociedade com a Universidade possibilitando a reflexão dos respectivos currículos, organização e funcionamento do curso;
- IV. Promover a integração dos discentes do curso graduação em Tecnologia Educacional, Licenciatura, da Universidade Federal de Mato Grosso com a comunidade local e regional, onde o estudante estiver inserido; e
- V. Cumprir a responsabilidade social, inerente à atividade da formação de mão de obra especializada para atender a demanda do mercado.

CAPÍTULO III

DA MATRÍCULA E DA DURAÇÃO DO ESTÁGIO

Art. 3º. É obrigatória a formalização do **Termo de Compromisso** para iniciação do estágio na instituição escolhida e/ou determinada.

Art. 4º. O Estágio Supervisionado em Tecnologia Educacional terá duração de quatro semestres letivos, prevendo-se a sua realização em fases práticas a se realizarem em uma escola pública e ainda a elaboração de relatórios parciais.

§1º. Cada etapa do Estágio Supervisionado I, II, III e IV prevê a carga horária de 100 horas perfazendo um total de 400 (quatrocentas) horas.

§2º. O Estágio Supervisionado I é pré-requisito para o Estágio Supervisionado II, assim como o Estágio Supervisionado II é pré-requisito para o Estágio Supervisionado III e este para o Estágio Supervisionado IV.

Art. 5º. Caberá à entidade concedente e ao acadêmico a fixação da carga horária para o cumprimento das cargas horárias do Estágio Supervisionado I, II, III e IV, desde que não ultrapasse 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, de acordo com a Lei 11.788/08.

Parágrafo único. A duração do estágio, na mesma parte concedente, não poderá exceder 04 (quatro) semestres, exceto quando se tratar de estagiário portador de deficiência, de acordo com a Resolução CONSEPE nº 117/2009 (com base na Lei 11.788/08).

CAPÍTULO IV

DA ESCOLHA DA ORGANIZAÇÃO

Art. 6º. Apesar do convênio com o poder público municipal e estadual, o local de estágio é de livre escolha do acadêmico e poderá ser realizado em escolas públicas desde que:

§1º. A instituição concedente indique um profissional capacitado, preferencialmente ligado à área de Educação ou áreas afins, para supervisionar e acompanhar as atividades do estagiário na escola.

Art. 7º. As escolas concedentes deverão atender aos seguintes requisitos para a realização do estágio obrigatório:

- I. Propiciar condições que satisfaçam os objetivos do estágio.
- II. Possuir, em seu quadro de pessoal, profissional capacitado que possa supervisionar e orientar as atividades do estudante na organização. Preferencialmente o profissional deverá ter graduação em Pedagogia ou áreas de licenciaturas afins, se não for possível um profissional com formação superior e em último caso um profissional que esteja exercendo uma função gerencial e que ocupe posição hierárquica superior ao estagiário(a).
- III. Dispor-se a colaborar no acompanhamento e supervisão do estágio.
- IV. Celebre convênio com a da Universidade Federal de Mato Grosso de acordo com o modelo do curso.

Art. 8º. A entidade concedente deverá assinar convênio com a UFMT, por meio de Contrato de convênio (modelo próprio da instituição).

Parágrafo único. Em conformidade com o Art. 9º, §1º, da Resolução CONSEPE nº 117/2009, com base no Art. 12, cap. IV da Lei 11.788/08, se assevera que “A realização do estágio, não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, mesmo que o aluno receba bolsas ou outra forma de contra prestação, bem como auxílio-transporte, alimentação e saúde, entre outros, paga pela organização ou instituição concedente de estágio, que venha a ser acordada”.

CAPÍTULO V

DA FORMALIZAÇÃO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Art. 9º. Para que dê início à realização do Estágio Supervisionado obrigatório, é necessário que o aluno formalize o **Termo de compromisso** (instruções anexo I e modelo anexo II).

§1º. O termo de compromisso é um **documento obrigatório**, que deverá ser assinado pelo estudante, pela UFMT, pelo Polo de Apoio presencial e pela entidade que oferecerá o estágio, ou seja, o aluno deve providenciar 4 cópias do termo e distribuí-los devidamente assinados.

Art. 10º. Uma vez realizado o contrato e a entidade concedente manifestar-se favoravelmente ao oferecimento do estágio, o aluno encaminhará para o docente responsável pelo estágio o

termo de compromisso devidamente preenchido e assinado, em 04 (três) vias, para ulteriores providências de assinatura por parte da UFMT.

§1º. O Colegiado do curso fica responsável pela indicação do professor orientador ou supervisor do estágio.

Art. 11º. O aluno somente computará horas de estágio curricular obrigatório após a assinatura do termo de compromisso pela UFMT.

CAPÍTULO VI

DOS RELATÓRIOS DE ESTÁGIO E DA AVALIAÇÃO

Art. 12º. Ao final das etapas I, II, III e IV, o aluno deverá elaborar Relatórios, de acordo com a orientação do docente responsável.

Art. 13º. Ao final da etapa IV, o aluno entregará o Relatório Final de Estágio Supervisionado ao professor supervisor de estágio, de acordo com as orientações deste, para fins de controle e registro, definido na legislação vigente.

Art. 14º. A entidade concedente, ao final de cada etapa (100h) do Estágio Supervisionado, deverá providenciar o preenchimento do formulário de avaliação final, conforme orientação do docente responsável pelo estágio.

Art. 15º. A cada etapa do Estágio Supervisionado o aluno terá o seu desempenho avaliado pelo docente/ supervisor do estágio do seu polo.

Art. 16º. A validação das horas de estágio supervisionado obrigatório será feita pelo docente responsável pelo estágio com base nas informações constantes do termo de compromisso, plano de trabalho, relatórios de estágio.

CAPÍTULO VII

DA ESTRUTURA DE ESTÁGIO

Art. 17º. A estrutura do estágio supervisionado (ES) será composta por professores responsáveis/ supervisores de estágio e tutores responsáveis pelo ES em cada polo de apoio presencial

Art. 18º. O supervisor de estágio deverá ser um professor efetivo do curso de Tecnologia Educacional, responsável por um dos polos presenciais ofertantes do curso.

CAPÍTULO VIII

DAS COMPETÊNCIAS

Art. 19º. Compete a Coordenação do curso:

- I. Coordenar, acompanhar e orientar o desenvolvimento do estágio;
- II. Orientar os tutores e professores supervisores no desenvolvimento do estágio;
- III. Assinar termo de compromisso dos alunos;
- IV. Coordenar a formação do professor supervisor das escolas que vão acompanhar os estagiários.

Art. 20º. Compete ao Professor especialista:

- I. Acompanhar e avaliar os planos de trabalho dos alunos;
- II. Participar das bancas de avaliação dos relatórios de estágio, quando houver.

Art. 21º. Compete ao Professor Supervisor e ao Tutor:

- I. Orientar o aluno-estagiário sobre atividades de planejamento, execução, acompanhamento e avaliação do processo de ensino-aprendizagem, em conformidade com o Projeto Político Pedagógico, currículos, programas e calendário da escola;
- II. Indicar bibliografias e outras fontes de consultas;
- III. Avaliar os relatórios entregues pelos alunos, apresentando parecer à Coordenação do Curso;
- IV. Apresentar a frequência dos estagiários à Coordenação de Estágio;
- V. Avaliar periodicamente o estagiário, indicando, se necessário for, as alterações no cronograma;
- VI. Estar atento à postura ética que o trabalho requer.
- VII. Observar e cumprir as normas que emanam das coordenações de cursos;
- VIII. Orientar o aluno-estagiário nas atividades de estágio, nos relatórios parciais e no relatório final de estágio.

Art. 22º. Compete a Escola receptora do estagiário:

- I. Oferecer os meios necessários à realização dos trabalhos do estagiário;
- II. Auxiliar o estagiário nas suas dificuldades, como na obtenção dos dados, acesso aos espaços de observação, acesso ao material didático entre outras;
- III. Manter contato com a Instituição, quando necessário;
- IV. Acompanhar o estagiário nos seus trabalhos e encaminhar Relatório de Acompanhamento de atividades, de acordo com a solicitação do supervisor do estágio;

Art. 23º. Compete ao Aluno estagiário:

- I. Apresentar documentação exigida, acatando as exigências legais;
- II. Elaborar o plano de estágio juntamente com o professor supervisor da escola, apresentando-o obrigatoriamente ao tutor;
- III. Manter sigilo profissional quanto à situação em que se envolve para realização do estágio;
- IV. Atender às solicitações de caráter acadêmico e respeitar as especificidades da instituição escolar na qual fará o estágio;
- V. Comunicar ao professor supervisor e ao tutor todo acontecimento importante relacionado ao andamento do estágio;
- VI. Comparecer aos encontros previstos periodicamente com o tutor para análise dos trabalhos e/ou discussão de possíveis problemas;
- VII. Comparecer nos encontros agendados para o trabalho coletivo junto ao tutor ou professores especialistas;
- VIII. Observar e cumprir as normas que emanam das coordenações de cursos;
- IX. Elaborar relatórios conforme as instruções específicas e orientação do coordenador do curso;
- X. Ser assíduo e pontual, apresentando-se de forma adequada ao ambiente escolar.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 24º. As atividades de extensão, de monitorias e de iniciação científica na educação superior, desenvolvidas pelo estudante, não poderão ser equiparadas ao estágio supervisionado, conforme o artigo 5º da Resolução CONSEPE nº 117/2009, que confere a decisão ao Colegiado de curso.

Art. 25º. A aprovação do Estágio será feita ao final de cada etapa do ES dentro dos prazos estabelecidos pelo curso no início de cada semestre.

Art. 26º. Os casos não previstos neste regulamento serão analisados pelo Colegiado do curso de graduação em Tecnologia Educacional, Licenciatura.

Art. 27º. Integram o presente regulamento os seguintes anexos:

- I. Anexo I – Protocolo para realização e início do estágio: passos importantes
- II. Anexo II – Termo de Compromisso de Estágio Curricular Obrigatório.

10. ANEXO I – Protocolo para realização e início do estágio: passos importantes

1º PASSO: ASSINATURA DO TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO

Para a realização do estágio obrigatório, é fundamental que o aluno atenda a resolução, bem como providencie a assinatura do Termo de compromisso.

O Termo de compromisso é um **documento obrigatório**, que deverá ser assinado pelo estudante, pela UFMT e pela entidade que oferecerá o estágio.

2º PASSO: ENCAMINHAMENTO DO TERMO DE COMPROMISSO

Uma vez realizado o contrato e a entidade concedente manifestar-se favoravelmente ao oferecimento do estágio, o aluno encaminhará à coordenadoria de estágio o termo de compromisso devidamente preenchido e assinado, em 03 (três) vias, para ulteriores providências de assinatura por parte da UFMT.

O docente responsável, após colher assinatura da autoridade responsável, enviará uma via para o aluno e uma via para a entidade concedente, ficando uma via arquivada na Secretaria do Curso para consultas de acompanhamento e providências decorrente do término do estágio.

3º PASSO: INÍCIO DO ESTÁGIO

Somente após a **formalização do termo de compromisso** é que o aluno estará apto a iniciar seu estágio e as respectivas horas passarão a ser computadas como horas de estágio obrigatório.

4º PASSO: ENVIO DE RELATÓRIO TÉCNICO

Após término de cada etapa do estágio o aluno deverá encaminhar à coordenação do curso e/ou supervisor do estágio os documentos solicitados pelo docente, além dos relatórios solicitados e constantes deste regulamento.

11. ANEXO II - TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO

(INSTRUMENTO JURÍDICO QUE TRATA A LEI 11.788, DE 25 DE SETEMBRO DE 2008)

Em _____ de _____ de _____, na cidade _____ neste ato, as partes a seguir nomeadas:

EMPRESA/INSTITUIÇÃO CONCEDENTE

Razão Social: _____

Endereço: _____

Bairro: _____ **Cidade:** _____ **UF:** _____ **CEP:** _____

CNPJ: _____

Representada por: _____ **Cargo:** _____

Supervisor(a) do Estágio: _____ **Cargo/setor:** _____

INSTITUIÇÃO DE ENSINO

Razão Social: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso

Neste ato representada por: Prof^a Myrian Thereza de Moura Serra

CNPJ: 33.004.540/0001-00

Endereço: Av. Fernando Corrêa da Costa nº 2367. Cidade Universitária “Gabriel Novis Neves”

Bairro: Boa Esperança **Cidade:** Cuiabá **UF:** MT **CEP:** 78060-900

Instituto/Faculdade: _____

Coord. Estágios/Responsável: _____

ESTUDANTE/ESTAGIÁRIO

Nome: _____

Endereço: _____ Bairro: _____

Cidade: _____ UF: _____ CEP: _____

Fone: _____ e-mail: _____

Regularmente Matriculado: sim () não() Curso: _____

Semestre/ano do Curso: _____ RGA/Matrícula: _____

CPF: _____ RG: _____ Data Nascimento: __/__/____

Celebram entre si este TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO, convencionando as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA 1ª - Este termo tem por objetivo formalizar e particularizar a relação jurídica especial existente entre o ESTAGIÁRIO, EMPRESA/INSTITUIÇÃO CONCEDENTE e INSTITUIÇÃO DE ENSINO, caracterizando a não vinculação empregatícia.

CLÁUSULA 2ª - O estágio supervisionado OBRIGATÓRIO dos acadêmicos atende ao Projeto Pedagógico do curso, conforme seu regulamento nos termos da Lei n.º 11.788/08.

CLÁUSULA 3ª - Ficam compromissadas entre as partes as seguintes condições básicas para a realização do estágio:

a) Vigência de: __/__/____ até __/__/____;

b) Horário de estágio: das ____ às ____ e das ____ às ____;

c) Carga Horária semanal: _____;

d) Bolsa-Auxílio: R\$ _____, (a critério da Concedente, conforme Art. 12 da Lei 11.788).

e) O PLANO DE ATIVIDADES a ser desenvolvido pelo ESTAGIÁRIO, em caráter subsidiário e complementar com o Convênio Básico da Profissão ao qual o curso refere constitui-se de:

f) Coordenador(a) de Ensino do Curso: _____

CLÁUSULA 4ª – O Seguro de Acidentes Pessoais em favor do estagiário fica a cargo da UFMT, na vigência do presente Termo, pela APÓLICE DE SEGURO ACIDENTES PESSOAIS COLETIVO Nº 1018200518981, com vigência até 25/07/2018.

CLÁUSULA 5ª – Cabe à INSTITUIÇÃO DE ENSINO:

A COORDENAÇÃO DO CURSO:

- Aprovar, acompanhar e avaliar o estágio, visando à complementação do ensino e da aprendizagem, conforme proposta pedagógica do curso;
- Indicar professor orientador, na área a ser desenvolvida no estágio, como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do estagiário;
- Avaliar as instalações da parte concedente do estágio e sua adequação à formação cultural e profissional do educando;
- Avaliar e aprovar Plano de Atividades, conforme competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular;
- Informar à CONCEDENTE do estágio as datas das avaliações acadêmicas, no início do seu período letivo;
- Disponibilizar cópia do termo de compromisso ao aluno.

CLÁUSULA 6ª - Cabe à EMPRESA/INSTITUIÇÃO CONCEDENTE:

- Oferecer ao ESTAGIÁRIO, instalações que tenham condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem social, profissional, cultural e compatíveis com o respectivo curso de formação;
- Nos períodos de avaliação acadêmica, informados previamente pelo ESTAGIÁRIO ou INSTITUIÇÃO DE ENSINO, reduzir a jornada de estágio para garantir o bom desempenho do estudante;
- Proporcionar à Instituição de Ensino, com periodicidade mínima de 6 (seis) meses, re-

latório individual de atividades, devidamente assinado pelo Supervisor de estágio, com vista obrigatória do estagiário;

- Por ocasião de desligamento do estagiário, entregar termo do estágio com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho;
- Em caso de Rescisão do presente termo, informar imediatamente à Instituição de Ensino para as devidas providências;
- Manter, à disposição da fiscalização, documentos que comprovem a relação de estágio;
- Garantir que as atividades de estágio iniciarão somente após a celebração deste termo, devidamente assinado pelas partes envolvidas;
- Indicar funcionário de seu quadro de pessoal com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientá-lo e supervisioná-lo no desenvolvimento das atividades de estágio;
- Requerer, sempre que julgar necessário, documentos que comprovem a regularidade escolar, condição determinante para a realização do estágio.

CLÁUSULA 7ª - Cabe ao ESTAGIÁRIO:

- Cumprir a programação estabelecida para seu ESTÁGIO;
- Obedecer às normas internas da EMPRESA/INSTITUIÇÃO CONCEDENTE;
- Manter confidencial e não divulgar a quaisquer terceiros as Informações Confidenciais, sem a prévia autorização por escrito da EMPRESA/INSTITUIÇÃO CONCEDENTE;
- Apresentar os documentos comprobatórios da regularidade da sua situação escolar, sempre que solicitado pelas partes;
- Atualizar dados cadastrais e escolares junto à CONCEDENTE;
- Informar, qualquer alteração na sua situação escolar, tais como o abandono, a transferência do curso, trancamento da matrícula e alterações cadastrais gerais;
- Encaminhar, à INSTITUIÇÃO DE ENSINO e à EMPRESA/INSTITUIÇÃO CONCEDENTE, uma via do presente termo assinado por todas as partes;
- Comprometer-se a preencher, relatório de atividades, com periodicidade mínima de seis meses ou quando solicitado.

CLÁUSULA 8ª – O presente instrumento e o Plano de Atividades de Estágio serão alterados ou prorrogados através de TERMOS ADITIVOS.

E por estarem de inteiro e comum acordo com as condições e diretrizes do TERMO DE CONVÊNIO, do decorrente TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO e do PLANO DE ATIVIDADES as partes assinam em 3 (três) vias de igual teor.

EMPRESA/INSTITUIÇÃO CONCEDENTE
(carimbo e assinatura)

**INSTITUIÇÃO DE ENSINO/
COORDENAÇÃO DE CURSO**
(carimbo e assinatura)

ESTAGIÁRIO

REPRESENTANTE LEGAL
(estudante menor)

RG: _____

12. REGULAMENTO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO NÃO OBRIGATÓRIO

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. O Estágio Supervisionado Não Obrigatório é uma atividade educativa de natureza opcional, realizado pelo aluno com a finalidade de complementação da formação profissional, acrescida à carga horária de integralização curricular regular e obrigatória (de acordo com o § 2º do artigo 2º da Lei nº 11.788/2008 e Resolução CONSEPE nº 117/2009).

Art. 2º. O estágio supervisionado não obrigatório tem como objetivos:

- I. proporcionar e ampliar a formação acadêmico-profissional do estudante;
- II. preparar e dar segurança aos estudantes para o futuro desenvolvimento da atividade profissional;
- III. promover a integração social do estudante.

Art. 3º. O período máximo permitido para as atividades de estágio supervisionado não obrigatório será de 06 (seis) horas por dia ou 30 (trinta) horas semanais, podendo ser desenvolvida a partir do cumprimento integral de 1.860 carga horárias cursadas.

Parágrafo único. Nenhum estágio supervisionado não obrigatório poderá ser contabilizado para fins da validação do estágio obrigatório.

Art. 4º. As atribuições de todas as partes envolvidas respeitarão o disposto no Termo de Compromisso firmado entre as instâncias (Anexo I deste regulamento).

Art. 5º. É vedado ao estudante:

- I. realizar simultaneamente dois estágios não obrigatórios;
- II. realizar estágio em instituição com a qual mantenha vínculo empregatício ou da qual seja sócio.

Art. 6º. Para que dê início à realização do Estágio Supervisionado não obrigatório, é necessário que o aluno formalize o Termo de compromisso (Anexo I).

Art. 7º. Os casos não previstos neste regulamento serão analisados pelo Colegiado do curso de graduação em Tecnologia Educacional, Licenciatura, a partir da legislação vigente.

Art. 8º. Integra o presente regulamento o seguinte anexo:

- I. Anexo I – Termo de Compromisso de Estágio Supervisionado Não Obrigatório.

13. TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO NÃO OBRIGATÓRIO

(INSTRUMENTO JURÍDICO QUE TRATA A LEI 11.788, DE 25 DE SETEMBRO DE 2008)

Em _____ de _____ de _____, na cidade _____ neste ato, as partes a seguir nomeadas:

EMPRESA/INSTITUIÇÃO CONCEDENTE

Razão Social: _____

Endereço: _____

Bairro: _____ **Cidade:** _____ **UF:** _____ **CEP:** _____

CNPJ: _____

Representada por: _____ **Cargo:** _____

Supervisor(a) do Estágio: _____ **Cargo/setor:** _____

INSTITUIÇÃO DE ENSINO

Razão Social: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso

Neste ato representada por: Prof^a Myrian Thereza de Moura Serra

CNPJ: 33.004.540/0001-00

Endereço: Av. Fernando Corrêa da Costa nº 2367. Cidade Universitária “Gabriel Novis Neves”

Bairro: Boa Esperança **Cidade:** Cuiabá **UF:** MT **CEP:** 78060-900

Instituto/Faculdade: _____

Coord. Estágios/Responsável: _____

ESTUDANTE/ESTAGIÁRIO

Nome: _____

Endereço: _____ Bairro: _____

Cidade: _____ UF: _____ CEP: _____

Fone: _____ e-mail: _____

Regularmente Matriculado: sim () não() Curso: _____

Semestre/ano do Curso: _____ RGA/Matrícula: _____

CPF: _____ RG: _____ Data Nascimento: __/__/____

Celebram entre si este TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO, convencionando as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA 1ª - Este termo tem por objetivo formalizar e particularizar a relação jurídica especial existente entre o ESTAGIÁRIO, EMPRESA/INSTITUIÇÃO CONCEDENTE e INSTITUIÇÃO DE ENSINO, caracterizando a não vinculação empregatícia.

CLÁUSULA 2ª - O estágio curricular NÃO OBRIGATÓRIO dos acadêmicos atende ao Projeto Pedagógico do curso, conforme seu regulamento nos termos da Lei n.º 11.788/08.

CLÁUSULA 3ª - Ficam compromissadas entre as partes as seguintes condições básicas para a realização do estágio:

a) Vigência de: __/__/____ até __/__/____;

b) Horário de estágio: das ____ às ____ e das ____ às ____;

c) Carga Horária semanal: _____;

d) Bolsa-Auxílio: R\$ _____, (a critério da Concedente, conforme Art. 12 da Lei 11.788).

e) O PLANO DE ATIVIDADES a ser desenvolvido pelo ESTAGIÁRIO, em caráter subsidiário e complementar com o Convênio Básico da Profissão ao qual o curso refere constitui-se de:

f) Coordenador(a) de Ensino do Curso: _____

CLÁUSULA 4ª – Cabe à INSTITUIÇÃO DE ENSINO:

A COORDENAÇÃO DO CURSO:

- a. Aprovar, acompanhar e avaliar o estágio, visando à complementação do ensino e da aprendizagem, conforme proposta pedagógica do curso;
- b. Indicar professor orientador, na área a ser desenvolvida no estágio, como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do estagiário;
- c. Avaliar as instalações da parte concedente do estágio e sua adequação à formação cultural e profissional do educando;
- d. Avaliar e aprovar Plano de Atividades, conforme competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular;
- e. Informar à CONCEDENTE do estágio as datas das avaliações acadêmicas, no início do seu período letivo;
- f. Disponibilizar cópia do termo de compromisso ao aluno;

CLÁUSULA 5ª - Cabe à EMPRESA/INSTITUIÇÃO CONCEDENTE:

- Oferecer ao ESTAGIÁRIO, instalações que tenham condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem social, profissional, cultural e compatíveis com o respectivo curso de formação;
- Garantir ao ESTAGIÁRIO cobertura do Seguro Contra Acidentes Pessoais, na vigência do presente Termo, pela APÓLICE nº 1018200518981 – (CAPEMISA-Seguradora), no caso de estágio supervisionado não obrigatório;
- Concessão de auxílio transporte e recesso remunerado, no caso de estágio supervisionado não obrigatório nos termos dos artigos 12 e 13 da Lei 11.788/2008;
- Nos períodos de avaliação acadêmica, informados previamente pelo ESTAGIÁRIO ou INSTITUIÇÃO DE ENSINO, reduzir a jornada de estágio para garantir o bom desempenho do estudante;

- Proporcionar à Instituição de Ensino, com periodicidade mínima de 6 (seis) meses, relatório individual de atividades, devidamente assinado pelo Supervisor de estágio, com vista obrigatória do estagiário;
- Por ocasião de desligamento do estagiário, entregar termo do estágio com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho;
- Em caso de Rescisão do presente termo, informar imediatamente à instituição de ensino para as devidas providências;
- Manter, à disposição da fiscalização, documentos que comprovem a relação de estágio;
- Garantir que as atividades de estágio iniciarão somente após a celebração deste termo, devidamente assinado pelas partes envolvidas;
- Indicar funcionário de seu quadro de pessoal com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientá-lo e supervisioná-lo no desenvolvimento das atividades de estágio;
- Requerer, sempre que julgar necessário, documentos que comprovem a regularidade escolar, condição determinante para a realização do estágio.

CLÁUSULA 6ª - Cabe ao ESTAGIÁRIO:

- Cumprir a programação estabelecida para seu ESTÁGIO;
- Obedecer às normas internas da EMPRESA/INSTITUIÇÃO CONCEDENTE;
- Manter confidencial e não divulgar a quaisquer terceiros as Informações Confidenciais, sem a prévia autorização por escrito da EMPRESA/INSTITUIÇÃO CONCEDENTE;
- Apresentar os documentos comprobatórios da regularidade da sua situação escolar, sempre que solicitado pelas partes;
- Atualizar dados cadastrais e escolares junto à CONCEDENTE;
- Informar, qualquer alteração na sua situação escolar, tais como o abandono, a transferência do curso, trancamento da matrícula e alterações cadastrais gerais;
- Encaminhar, à INSTITUIÇÃO DE ENSINO e à EMPRESA/INSTITUIÇÃO CONCEDENTE, uma via do presente termo assinado por todas as partes;
- Comprometer-se a preencher, relatório de atividades, com periodicidade mínima de seis meses ou quando solicitado;

CLÁUSULA 7ª – O presente instrumento e o Plano de Atividades de Estágio serão alterados ou prorrogados através de TERMOS ADITIVOS;

E por estarem de inteiro e comum acordo com as condições e diretrizes do TERMO DE CONVÊNIO, do decorrente TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO e do PLANO DE ATIVIDADES as partes assinam em 3 (três) vias de igual teor.

EMPRESA/INSTITUIÇÃO CONCEDENTE
(carimbo e assinatura)

**INSTITUIÇÃO DE ENSINO/
COORDENAÇÃO DE CURSO**
(carimbo e assinatura)

ESTAGIÁRIO

REPRESENTANTE LEGAL
(estudante menor)

RG: _____

14. APÊNDICE C – REGULAMENTO DAS ATIVIDADES TEÓRICO-PRÁTICAS

CAPÍTULO I

DIRETRIZES GERAIS

O presente Regulamento baseia-se na instituição da obrigatoriedade do cumprimento de horas destinadas a Atividades Teórico-Práticas do curso de graduação em Tecnologia Educacional, Licenciatura, na Modalidade a distância ofertado pelo Instituto de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso em parceria com a Universidade Aberta do Brasil.

DA CARACTERIZAÇÃO

Art. 1º . As Atividades Teórico-Práticas são componentes curriculares que possibilitam o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos e competências do aluno, inclusive adquiridas fora do ambiente escolar, incluindo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mundo do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade.

Parágrafo único: Em linhas gerais, relacionam-se ao ensino, pesquisa e extensão, mas também aos aspectos culturais e profissionais relevantes à formação do profissional. Portanto, constituem um amplo leque de opções, conforme discriminado neste regimento, a serem desenvolvidas pelo aluno.

Art. 2º. As Atividades Teórico-Práticas são práticas acadêmicas obrigatórias que enriquecem a formação do aluno, sendo o seu cumprimento indispensável para a obtenção do grau correspondente, atendendo às normas estabelecidas pelo Ministério da Educação e Cultura. Sua realização depende exclusivamente da iniciativa dos alunos.

Art. 3º. As Atividades Teórico-Práticas possibilitam o aproveitamento de conhecimentos adquiridos pelo aluno em atividades curriculares e extracurriculares, de interesse para sua formação profissional e pessoal. Elas são um importante instrumento de enriquecimento do perfil do egresso.

Art. 4º. As Atividades Teórico-Práticas são integradas por diversos tipos de atividades e estudos. É importante ressaltar que as disciplinas curriculares e o estágio supervisionado não podem ser considerados como Atividades Teórico-Práticas.

Art. 5º. As Atividades Teórico-Práticas são um requisito indispensável à colação de grau dos alunos do curso de graduação em Tecnologia Educacional – Licenciatura na Modalidade a distância da UFMT. O aluno deve realizar um total de 200 (duzentas) horas de Atividades Teóri-

co-Práticas, contemplando atividades de natureza de pesquisa, de extensão e de ensino. Sua integralização deve acontecer ao longo do curso e elas devem, obrigatoriamente, constar no histórico escolar dos alunos.

CAPÍTULO II

DOS OBJETIVOS

Art. 6º. O objetivo das Atividades Teórico-Práticas é enriquecer a Matriz Curricular do curso de graduação em Tecnologia Educacional, Licenciatura, possibilitando aos alunos o aprofundamento de atividades teórico-práticas à estrutura curricular básica, contribuindo assim para o desenvolvimento de competências e habilidades importantes para a sua formação profissional.

Art. 7º. As Atividades Teórico-Práticas possibilitam o reconhecimento de conhecimentos, competências e habilidades, adquiridas pelos alunos, tanto no contexto interno, quanto fora do âmbito institucional, de acordo com as modalidades descritas no Capítulo III deste regulamento.

Parágrafo único. As Atividades Teórico-Práticas devem estar relacionadas a conteúdos que estejam de acordo com o projeto pedagógico do curso.

CAPÍTULO III

DAS ATIVIDADES TEÓRICO-PRÁTICAS

Art. 8º. Serão consideradas Atividades Teórico-Práticas – desde que, oferecidos por instituições e entidades legalmente constituídas e reconhecidas oficialmente, apresentem carga horária devidamente comprovada por meio de atestado ou certificado –, as seguintes atividades: Monitoria remunerada ou voluntária; Participação em Projetos de Pesquisa Científica ou de Ensino; Participação em Projetos de Extensão Universitária; Publicação de artigo em revista/periódico com corpo editorial; Publicação de artigos de divulgação em jornais, revistas não especializadas ou sem corpo editorial; Trabalhos apresentados em eventos com publicação de resumo; Apresentação de seminários ou palestras; Participação em eventos envolvendo atividades científicas ou de ensino (congressos, conferências, palestras, seminários e debates, semanas acadêmicas, encontros científicos e acadêmicos e eventos dessa natureza); Disciplina em outro curso; Participação em cursos de extensão; outras atividades que forneçam conhecimentos considerados relevantes ao exercício profissional reconhecido pelo colegiado de curso; Participação em eventos promovidos por escolas como feira de conhecimento, jornada de ciências, atividade sócio-culturais, entre outras desde que certificada ou atestada sua participação; Participação em projetos sociais, consultoria na área de educação, representação em conselhos, comissões e colegiados institucionais.

CAPÍTULO IV

DA VALIDAÇÃO DAS ATIVIDADES TEÓRICO-PRÁTICAS

Art. 9º. Para o aproveitamento destas Atividades Teórico-Práticas, o estudante deverá apresentar, anualmente, seu pedido de aproveitamento devidamente comprovado e encaminhado ao Colegiado de Curso.

Art. 10º. Para efeito de carga horária válida, será considerada a carga horária expressa nos comprovantes apresentados.

Art. 11º. Para validação da carga horária, é necessário que o acadêmico realize atividades de caráter de extensão, de pesquisa e de ensino, respeitando a proporção definida no quadro apresentado na sequência.

Natureza da Atividade Teórico-Prática	Carga horária a ser cumprida	Atividades
Atividades de Extensão	100 (cem) horas	Monitoria remunerada ou voluntária; Participação em Projetos de Extensão Universitária; Apresentação de seminários ou palestras; Participação em cursos de extensão; Participação em eventos promovidos por escolas como feira de conhecimento, jornada de ciências, atividade sócio-culturais, entre outras desde que certificada ou atestada sua participação como responsável por atividade(s); Participação em projetos sociais, consultoria na área de educação e/ou informática, representação em conselhos, comissões e colegiados institucionais; Outras atividades que forneçam conhecimentos considerados relevantes ao exercício profissional, reconhecido pelo colegiado de curso.

Natureza da Atividade Teórico-Prática	Carga horária a ser cumprida	Atividades
Atividades de Pesquisa	70 (setenta) horas	Participação em Projetos de Pesquisa Científica; Publicação de artigo em revista/periódico com corpo editorial; Publicação de artigos de divulgação em jornais, revistas não especializadas ou sem corpo editorial; Trabalhos apresentados em eventos com publicação de resumo; Participação em eventos científicos e acadêmicos; Outras atividades que forneçam conhecimentos considerados relevantes ao exercício profissional, reconhecido pelo colegiado de curso.
Atividades de Ensino	30 (trinta) horas	Participação em Projetos de Ensino; Disciplina em outro curso; Participação em eventos promovidos por escolas como feira de conhecimento, jornada de ciências, atividade sócio-culturais, entre outras desde que certificada ou atestada sua participação; Outras atividades que forneçam conhecimentos considerados relevantes ao exercício profissional, reconhecido pelo colegiado de curso.

Art. 12º. Só serão reconhecidas e validadas as atividades realizadas após o ingresso no curso.

Art. 13º. As Atividades Teórico-Práticas não poderão ser aproveitadas para fins de dispensa de disciplinas que integram a Matriz Curricular do curso.

Art. 14º. As Atividades Teórico-Práticas para o curso de graduação em Tecnologia Educacional, Licenciatura, da UFMT deverão totalizar, 200 (duzentas) horas.

Art. 15º. Todas as Atividades Teórico-Práticas desenvolvidas pelos discentes necessitam ser homologadas pelo Colegiado de Curso. O não cumprimento da carga horária das Atividades Teórico-Práticas impossibilita o término do curso e conseqüente colação de grau do estudante.

15. APÊNDICE D – REGULAMENTO DAS PRÁTICAS COMO COMPONENTE CURRICULAR

Conforme Resolução nº CNE/CP n. 2, de junho de 2015, os cursos de Licenciatura deverão contemplar 400 (quatrocentas) horas de prática como componente curricular, distribuídas ao longo do processo formativo.

A Prática como Componente Curricular (PCC) no curso de graduação em Tecnologia Educacional, Licenciatura, acontecerá continuamente desde o início do processo formativo, proporcionando uma articulação com as demais áreas e, particularmente, com o estágio supervisionado e com a formação da identidade profissional. A carga horária total destinada à PCC será de 400 horas e está organizada ao longo do Curso em momentos definidos como Seminário Integrador, conforme estrutura curricular.

Vale ressaltar que os Seminários Integradores contemplam as PCC (400 horas destinadas às Práticas) e atividades de extensão, totalizando 112 horas para este fim, visto que os Seminários são atividades que tem por objetivo proporcionar ao acadêmico a elaboração de um produto destinado a um ambiente educacional, prioritariamente instituições de ensino.

Os momentos da PCC visam também proporcionar, principalmente na integração com o Estágio Supervisionado, a busca de significados resolução de situações próprias do ambiente da educação escolar.

Tendo em vista a sua natureza enquanto componente curricular, a PCC está intimamente ligada as disciplinas do curso de graduação em Tecnologia Educacional, Licenciatura, que abordarão as bases teóricas e técnicas de ensino. Proporcionará, ainda, aos estudantes, a percepção da sala de aula como espaço educativo em que ensino e pesquisa não pode ocorrer de maneira dissociada.

16. APÊNDICE E – REGULAMENTO DOS LABORATÓRIOS DIDÁTICOS

Considera-se “Laboratório Didático” do curso de graduação em **Tecnologia Educacional, Licenciatura**, o laboratório composto por microcomputadores agrupados num único local físico, de uso comum, para atender os alunos de graduação do referido curso, em suas atividades didáticas, extraclasse, como preparação de trabalhos, pesquisa na internet e o oferecimento de aulas.

Art. 1º. O Laboratório de Informática do curso de graduação em **Tecnologia Educacional, Licenciatura**, destina-se aos alunos, professores e tutores.

Art. 2º. As atividades desempenhadas nos Laboratórios devem ser restritas ao ambiente acadêmico, orientadas às disciplinas do curso.

Art. 3º. O Laboratório poderá ser utilizado de forma individual, para pesquisa e elaboração de trabalhos, ou de forma coletiva, para aulas regulares.

Art. 4º. Em aulas coletivas, é de responsabilidade do professor da disciplina/tutor orientar os trabalhos e zelar pela ordem e utilização dos equipamentos.

Art. 5º. O professor responsável deve solicitar os materiais necessários à condução de seus trabalhos à Coordenação do Polo, com antecedência.

Art. 6º. As aulas coletivas a serem ministradas nos Laboratórios devem ser preparadas com antecedência pelo professor, com a preocupação de verificar a compatibilidade dos equipamentos às necessidades previstas.

Art. 7º. Cabe ao professor responsável orientar a preparação e a utilização dos programas e equipamentos. A requisição de programas deve ser feita com antecedência ao Coordenador do Polo.

Art. 8º. Ao término dos trabalhos, o professor/tutor responsável deve solicitar aos alunos que recolorem as cadeiras em seus devidos lugares, desliguem os equipamentos corretamente, retornando-os à posição de origem, trancar o laboratório, e que mantenham limpo o ambiente.

Art. 9º. A utilização de forma individual do Laboratório é permitida fora dos horários de aulas regulares, com a autorização da Coordenação do Polo.

Parágrafo único. Para fazer uso dos equipamentos do Laboratório, o aluno deverá identificar-se à Coordenação com a respectiva identidade estudantil.

Art. 10. Para a utilização dos equipamentos, os alunos deverão observar os procedimentos e recomendações afixadas no Laboratório para a utilização e o manuseio dos equipamentos.

Art. 11. Para a preservação do meio ambiente acadêmico necessário às atividades do Laboratório, é importante:

- Não fumar;
- Manter silêncio;
- Preservar a limpeza do ambiente;
- Não escrever nas mesas;
- Não colocar os dedos ou as mãos sobre a tela nem objetos sobre o monitor;
- Não comer ou beber no recinto;
- Entrar e sair do Laboratório de forma tranquila, sem arrastar os móveis;
- Utilizar as instalações e os equipamentos do Laboratório da forma recomendada pelos procedimentos da sala (em caso de dúvida, informar-se com os técnicos responsáveis);
- Não levar equipamentos pessoais ou de terceiros ao Laboratório; caso isso aconteça, informar antecipadamente.
- Identificar-se sempre que solicitado.
- Observar o horário de funcionamento fixado.

Art. 12. Ao fazer uso dos equipamentos, o aluno deve:

- Verificar se a máquina apresenta as condições necessárias para uso;
- Reportar qualquer problema ao responsável, caso constate alguma irregularidade;
- No caso de não observância do inciso anterior, a responsabilidade pela utilização passa a ser do próprio aluno.

Art. 13. Ao fazer uso da máquina, o aluno não deve:

- Utilizar o equipamento com o intuito de alterá-lo, mudá-lo de posição, retirar ou conectá-lo a qualquer outro equipamento; e
- Causar danos nos equipamentos.

Art. 14. O uso de equipamentos, acessórios, softwares entre outros deve ser objeto de requisição pelo professor da disciplina à Coordenação do Polo

Art. 15. Fica expressamente proibida à instalação de softwares e o acesso a sites pornográficos e jogos.

Art. 16. Por questões legais referentes aos Direitos Autorais, não é permitida a gravação, reprodução ou a utilização de quaisquer programas sem a autorização ou permissão por escrito da Coordenação do Polo.

Parágrafo único. As impressoras, quando disponíveis, devem ser usadas de forma ordenada entre os alunos que se encontram no Laboratório. Não será permitida a impressão de trabalhos extensos como monografias, teses etc.

Art. 17. O descumprimento de qualquer artigo deste regulamento será considerado falta grave, com responsabilidade administrativa, civil e criminal, se o caso assim o requerer.

Art. 18. É de competência da Coordenação do Polo estabelecer as demais normas e procedimentos para o bom andamento dos trabalhos no Laboratório e se manifestar nos casos omissos do presente Regulamento.

Art. 19. É expressamente proibido o uso do Laboratório por pessoas estranhas ao meio acadêmico do curso de graduação em **Tecnologia Educacional, Licenciatura, UFMT/UAB.**



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MATO GROSSO**



SETEC
SECRETARIA DE
TECNOLOGIA EDUCACIONAL



**UNIVERSIDADE
ABERTA DO BRASIL**